

Ao Chefe da Seção  
para providenciar.

*de Publicações*  
*"Arquivar-se".*  
*Em 05/03/82*  
*Isidoro*  
Diretora



# SENADO FEDERAL

# Relatório da Presidência

Referente aos trabalhos da 3ª Sessão  
Legislativa Ordinária da 46.ª Legislatura.

Presidência do Senhor

Senador JARBAS PASSARINHO

## ÍNDICE

	Pág.
III — APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO .....	9
II — REUNIÕES PREPARATÓRIAS .....	13
I — INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA .....	21
IV — O SENADO FEDERAL NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 46ª LEGISLATURA .....	23
A — Composição .....	25
A.1 — Alteração na Representação .....	27
A.2 — Comunicações de afastamento do País .....	29
a) em caráter particular .....	29
b) a convite de Entidades Estrangeiras .....	29
A.3 — Licença .....	31
a) para tratamento de saúde .....	31
b) para tratar de interesses particulares .....	31
B — Direção .....	33
C — Lideranças .....	35
D — O Senado Federal em Funcionamento .....	37
D.1 — Sessões Realizadas .....	37
D.1.1 — Comparecimento de Ministros de Estado .....	38
D.2 — Representação Externa .....	39
D.2.1 — Missões do Senado .....	39
a) no Exterior .....	39
b) no País .....	40
D.2.2 — Missões do Executivo .....	40
D.3 — Comissões .....	41
D.3.1 — Comissões Permanentes .....	41
a) Composição .....	41
b) Direção .....	47
D.3.2 — Comissões Parlamentares de Inquérito .	48
a) CPI sobre o Acordo Nuclear.....	48
b) CPI sobre a devastação da Floresta Amazônica .....	48

	<b>Pág.</b>
c) CPI sobre a Violência Urbana . . . . .	49
d) CPI que apura as causas da rotatividade de mão-de-obra no País . . . . .	49
e) CPI que investiga o funcionamento do mercado financeiro do País . . . . .	50
D.3.3 — Comissão Especial do Júri Popular . . . . .	51
D.4 — Participação dos Senhores Senadores nos Trabalhos da Casa . . . . .	53
D.4.1 — Pronunciamentos . . . . .	53
D.4.2 — Proposições apresentadas . . . . .	55
D.5 — Matéria Legislativa . . . . .	57
D.5.1 — Projetos de Lei do Senado . . . . .	57
a) de sessões legislativas anteriores . . . . .	57
b) da presente sessão legislativa . . . . .	95
c) emendados pela Câmara dos Deputados . . . . .	121
d) súmula . . . . .	121
D.5.2 — Projetos de Lei da Câmara . . . . .	123
a) de sessões legislativas anteriores . . . . .	123
b) da presente sessão legislativa . . . . .	124
c) súmula . . . . .	137
D.5.3 — Projetos de Decreto Legislativo . . . . .	139
a) de sessões legislativas anteriores . . . . .	139
b) da presente sessão legislativa . . . . .	142
c) emendado pela Câmara dos Deputados . . . . .	146
d) súmula . . . . .	146
D.5.4 — Projetos de Resolução . . . . .	147
a) de sessões legislativas anteriores . . . . .	147
b) da presente sessão legislativa . . . . .	152
c) súmula . . . . .	179
D.5.5 — Indicações . . . . .	181
a) de sessões legislativas anteriores . . . . .	181
b) da presente sessão legislativa . . . . .	181
D.5.6 — Requerimentos . . . . .	183
a) da sessão legislativa anterior . . . . .	183
b) da presente sessão legislativa . . . . .	183
c) súmula . . . . .	198
D.5.7 — Parecer . . . . .	199
D.5.8 — Escolha de Autoridades . . . . .	200
E — O Senado Federal em suas relações com outros Órgãos . . . . .	203

	<b>Pág.</b>
E.1 — Elementos de Ligação .....	203
E.2 — Jornalistas Credenciados .....	205
V — ADMINISTRAÇÃO INTERNA (*) .....	209
VI — O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO .....	211
A — Sessões realizadas .....	213
B — Comissões Mistas .....	215
B.1 — Para estudo de matéria legislativa .....	215
B.2 — Parlamentares de Inquérito .....	217
a) CPMI sobre o crescimento populacional brasileiro .....	217
b) CPMI sobre a ação terrorista no País .....	219
C — Matéria legislativa .....	221
C.1 — Propostas de Emenda à Constituição .....	221
a) da sessão legislativa anterior .....	221
b) da presente sessão legislativa .....	222
c) súmula .....	227
C.2 — Projetos de Lei .....	229
a) da presente sessão legislativa .....	229
b) súmula .....	231
C.3 — Projetos de Decreto Legislativo .....	233
a) da sessão legislativa anterior .....	233
b) da presente sessão legislativa .....	234
c) súmula .....	240
C.4 — Propostas de Delegação Legislativa .....	241
a) de sessões legislativas anteriores .....	241
b) súmula .....	242
C.5 — Projetos de Resolução .....	243
a) da sessão legislativa anterior .....	243
b) da presente sessão legislativa .....	243
c) súmula .....	243
C.6 — Vetos Presidenciais .....	245
a) da sessão legislativa anterior .....	245
b) da presente sessão legislativa .....	245
c) súmula .....	246
C.7 — Requerimentos .....	247
D — Participação dos Senhores Congressistas nos trabalhos .....	253

(\*) Será publicada, posteriormente, em suplemento

## **I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO**

## I – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente relatório registra, em resumo, os trabalhos realizados pelo Senado Federal e pelo Congresso Nacional reunido na 3ª sessão legislativa da 46ª Legislatura.

Convém registrar, nesta oportunidade, o fato de o Congresso Nacional ter sido convocado extraordinariamente, pelo Presidente da República, a fim de, nos termos da Mensagem abaixo transcrita, lida na sessão ordinária do Senado realizada no dia 3 de dezembro de 1981, funcionar em período constitucionalmente destinado ao recesso parlamentar.

### **MENSAGEM Nº 114, de 1981 (CN) (Nº 607/81, na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Com fundamento no art. 29, § 1º, letra **b** da Constituição, convoco extraordinariamente o Congresso Nacional, no período de 6 de dezembro de 1981 a 15 de janeiro de 1982, para discussão e votação das seguintes proposições, ora em tramitação nas duas Casas: **a)** projeto de lei complementar sobre inelegibilidades (Mensagem nº 416/81); **b)** projeto de lei complementar que cria o Estado de Rondônia (Mensagem nº 319/81); **c)** projeto de lei que estabelece normas sobre a realização das eleições de 1982 (Mensagem nº 581/81); **d)** projeto de lei que autoriza a abertura de créditos suplementares no valor de Cr\$ 13.833.334.000,00 (Mensagem nº 546/81); **e)** mensagens sobre empréstimos, externos e internos, a Estados e Municípios; **f)** mensagens sobre indicação de Embaixadores.

Brasília, 3 de dezembro de 1981. — **João Figueiredo.**

## **II – REUNIÕES PREPARATÓRIAS**

## **REUNIÕES PREPARATÓRIAS**

A 24 de fevereiro de 1981, realizou o Senado Federal duas reuniões preparatórias destinadas à eleição, respectivamente, do Presidente da Casa e dos demais membros de sua Mesa Diretora, com mandatos de dois anos.

A primeira, presidida pelo Sr. Senador Luiz Viana, iniciou-se às 14 horas e 30 minutos, com a presença de 64 Srs. Senadores.

Procedida a eleição para Presidente, votaram 63 Srs. Senadores; 62 sufragaram o nome do Sr. Senador Jarbas Passarinho e foi computado 1 voto para o Sr. Senador Orestes Quércia.

Na segunda reunião preparatória, ainda presidida pelo Senhor Senador Luiz Viana, procedeu-se à eleição, em um único escrutínio, em virtude da aprovação de requerimento de

autoria do Senhor Senador Aloysio Chaves, para o preenchimento dos cargos de 1º e 2º-Vice-Presidentes e 1º, 2º, 3º e 4º-Secretários, constatando-se o seguinte resultado:

para 1º-Vice-Presidente	— Senador Passos Pôrto 61 votos em branco: 1 voto; nulo: 1 voto
para 2º-Vice-Presidente	— Senador Gilvan Rocha, 61 votos; em branco: 1 voto; nulo: 1 voto
para 1º-Secretário	— Senador Cunha Lima, 61 votos; em branco: 1 voto; nulo: 1 voto
para 2º-Secretário	— Senador Jorge Kalume, 61 votos; em branco: 1 voto; nulo: 1 voto
para 3º-Secretário	— Senador Itamar Franco, 61 votos; em branco: 1 voto; nulo: 1 voto
para 4º-Secretário	— Senador Jutahy Magalhães, 61 votos; em branco: 1 voto; nulo: 1 voto

Após a proclamação dos eleitos, realizou-se a eleição dos suplentes de Secretário. Após a apuração dos votos, anunciou-se o seguinte resultado:

Senador Almir Pinto — 63 votos;  
Senador Lenoir Vargas — 63 votos;  
Senador Agenor Maria — 63 votos;  
Senador Gastão Müller — 63 votos.

Após completar a composição da Mesa, que dirigirá os trabalhos do Senado Federal nas duas próximas sessões legislativas, o Senhor Senador Luiz Viana enunciou algumas breves palavras:

“Embora não deseje retardar, por maior tempo, a posse do eminente Senador Jarbas Passarinho, peço licença aos colegas para enunciar algumas breves palavras.

As primeiras são, como é natural, de agradecimento a todos: aos colegas, sem qualquer distinção de partido, não apenas por me haverem eleito para dirigir, num biênio, os trabalhos desta Casa, mas, sobretudo, pelo apoio que sempre recebi, sem discrepância, dos Srs. Senadores em todos os momentos, mesmo naqueles mais difíceis que vivemos no Congresso Nacional.

É, portanto, para mim, motivo não apenas de honra, mas que me faz muito grato a cada

um dos meus colegas. Podem estar certos de que a minha memória, o meu coração, portanto, não esquecerá estes momentos em que aqui vivi cercado pela estima e pelo apoio dos meus companheiros do Senado Federal.

Não precisarei dizer que, dentro das minhas limitações, fiz o que pude quanto em mim estava para não deslustrar este alto posto. Não sei se o consegui, mas jamais me afastei do Regimento, que sempre tive como a âncora mais forte, não somente para a Mesa, mas também para o Senado e, em especial, para os que integram a Oposição nesta Casa.

Quero, porém, agora, congratular-me pela eleição não apenas do Sr. Senador Jarbas Passarinho, mas também dos demais componentes da Mesa.

Devo, porém, algumas palavras, que acredito justas, necessárias, em relação à pessoa do eminente Líder, que praticamente a unanimidade da Casa — e isto não acontece nem por acaso nem por uma composição política — eleva à sua suprema direção. É que, no convívio que temos tido aqui, puderam os Srs. Senadores sentir, de perto, as altas qualidades intelectuais, morais e culturais que marcam a personalidade do eminente Senador Jarbas Passarinho.

Mas, se a eleição é honrosa para S. Ex<sup>a</sup>, sobretudo pela unanimidade de que se reveste, quero também pedir a S. Ex<sup>a</sup> que me permita dizer alguma coisa mais sem lhe ferir a modestia. É para nós, neste momento, no Senado, e para o Brasil, alto testemunho da nossa vida democrática vermos chegar aqui à presidência do Senado aquele cidadão de origem modesta, que nascido no Acre, bem longe do centro do poder, do centro das decisões, dos Estados mais fortes e mais ricos, empreendeu a sua caminhada, poderei dizer, sozinho, para chegar a este alto posto.

Isto é o sentido de que vivemos realmente numa democracia, numa democracia social, onde não há nenhuma barreira que se oponha aos méritos da inteligência, do trabalho e do caráter. Foi apenas munido desses instrumentos que aquele modesto órfão empreendeu a sua longa caminhada para chegar a esta Casa e hoje à sua Presidência. Isto honra S. Ex<sup>a</sup>, mas também é um testemunho de que vivemos realmente numa democracia.

Eu prefiro a democracia que permite que algum brasileiro ou qualquer brasileiro, seja qual for a sua condição social, possa partir dos postos mais modestos até se elevar às culminâncias da vida pública brasileira, do que a democracia que é entendida como um regime que permite apenas o ataque, o apodo, muitas vezes, a infâmia e as injustiças. Isto não é democracia! A democracia é esta que traz a esta Presidência o Senador Jarbas Passarinho, que realmente é um exemplo para o País e uma honra para o Senado Federal. S. Ex<sup>a</sup> empreendeu realmente, através da sua vida, uma magnífica jornada que honra o País, que honra o Senado Federal e honra S. Ex<sup>a</sup>.

Quero, portanto, congratular-me com o Senado Federal e, poderia mesmo dizer, com o Brasil, por que vivemos num regime de tal maneira aberto, de tal maneira justo, de tal maneira sem barreiras de ordem social e econômica, que qualquer um, venha de onde vier, mas tendo as qualidades necessárias de inteligência, de trabalho, de caráter, pode alçar-se até os mais altos postos da República.

Convido, neste momento, S. Ex<sup>a</sup> o Senador Jarbas Passarinho e os seus colegas, que vão integrar a futura Mesa do Senado, a se empossarem na direção da Casa."

Ao assumir a Presidência, o Presidente eleito, Senador Jarbas Passarinho, proferiu a seguinte oração:

"Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Jair Soares, Deputado pelo Rio Grande do Sul, que nos honra com sua presença; Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Clóvis Ramallete, Consultor-Geral da República; Exm<sup>o</sup> Dr. Firmino Ferreira, Procurador-Geral da República; Exm<sup>o</sup> Sr. Aldyr Passarinho, Representante do Presidente do Tribunal Federal de Recursos; Exm<sup>o</sup> Dr. Raymundo de Souza Moura, Minis-

tro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Exm<sup>o</sup> Sr. Comandante Anibal Barcelos, Governador do Amapá; Sr. Almirante Almar Azevedo de Souza, Comandante Naval de Brasília; minhas Senhoras; meus Senhores, Senhores Senadores:

Sou profundamente grato a Vossas Excelências por me haverem conduzido ao posto que representa, para uma carreira política, o seu honroso coroamento. A nada mais alto poderia eu aspirar quando, em novembro de 1966, postulei vitoriosamente, junto ao dileto povo paraense, o meu primeiro mandato de Senador da República. Se não cheguei ao generalato, a partir do noviciado castrense iniciado na querida escola preparatória de cadetes, de Porto Alegre, profissão que busquei por vocação incoercível, eis que atinjo outro tipo de generalato, ao presidir a esta Casa ilustre, pelo voto de meus pares e sob a confiança do governo a que servi lealmente como Líder. Como a confirmar que as carreiras mais fascinantes são aquelas não deliberadas, atinjo a culminância da vida pública parlamentar, para a qual fui atraído por acidente. De sorte que identifico, nos sufrágios com que fui distinguido, o que há de mais ambicioso na vida de um homem: o julgamento favorável de seus pares. Daí a renovação de meu agradecimento a Vossas Excelências.

Bem sei que minha tarefa é um dos desafios mais altos e estimulantes de toda a minha vida. Não esquecerei que os olhos de Vossas Excelências estarão prostados, confiantes mas potencialmente críticos, nos atos que eu praticar nesta curul.

Homem afeito à disciplina, não me afastarei do Regimento Interno, em que me inspirarei permanentemente, para ter a certeza de praticar justiça, seja para com meus pares, seja para com o funcionalismo dedicado desta Casa, ao qual tanto devemos todos.

Estou perfeitamente advertido para a alta responsabilidade de suceder, nesta presidência, a Luís Viana Filho, político de formação polimorfa e rica experiência pública, no Legislativo como no Executivo, Ministro de Estado que foi de várias pastas, cavalheiro de trato irrepreensível, amigo cativante e adversário leal e generoso. A ele, como aos seus companheiros de Comissão Diretora, os nobres Senadores Nilo Coelho, Dinarte Mariz, Alexandre Costa, Gabriel Hermes, Lourival Baptista e Gastão Müller, pelo exemplo primoroso que nos legam de exação no cumprimento do dever, testemunhamos a nossa admiração e endereçamos o nosso aplauso sem reservas.

Ao nobre Senador Luiz Viana Filho, esta extraordinária personalidade de intelectual, de político, desde a sua juventude, de homem público na expressão mais ampla do termo, tri-

buto a minha homenagem muito especial e sincera e agradeço a Deus ter-me proporcionado oportunidades, na vida pública, de fazer amigos tão bons que nos fazem esquecer os agravos e cicatrizar mais depressa as ofensas, que são inevitáveis, também, na vida de cada homem. S. Ex<sup>a</sup> nos deixa aqui um exemplo que tudo farei para tentar igualar, absolutamente certo de que jamais poderei ultrapassar.

O Senado Federal, minhas Senhoras, meus Senhores, é a Casa do comedimento, sem a perda da combatividade; da reflexão, sem prejuízo da firmeza na posição partidária; da veemência no debate, sem rebaixamento do nível dos argumentos; mas é sobretudo a Casa da concórdia, na qual as posições doutrinárias ou ideológicas mais conflitantes não implicam paixões nutridas e de ordem pessoal de ódios. Por isso mesmo, o papel que nos cabe desempenhar a todos é da maior relevância, especialmente nesta quadra de transição da vida brasileira, em que o racional deve sobrepor-se, sempre, ao emocional, e em que o sectarismo deve ser bandeira sem seguidores.

Por dois anos, coube-me a grata e fascinante missão de liderar a douta Bancada da Maioria e defender o governo do honrado Presidente João Figueiredo, no que serei sucedido, certamente com vantagem para Maioria e Governo, pelo notável político que é o nobre representante de Pernambuco, o Senador Nilo Coelho. Foram dois anos de dedicação à missão quiçá a mais nobilitante do Presidente da República: a condução da abertura política, rumo à edificação de um regime democrático e duradouro num País e num continente que, em regra, têm vivido apenas momentos de democracia, submetida a constantes reveses. Cada promessa do Presidente tem sido escrupulosamente resgatada, de tal modo que ouvimos com frequência o testemunho de sofridos e eminentes políticos da América do Sul que, ao visitar-nos e ao constatar os ventos libertários que nos afagam, confessam candidamente a sua justificada inveja. Foram dois anos, por vezes, marcados pela incompreensão dos apaixonados, pela negação dos céticos ou pela insatisfação dos afoitos, mas nos quais se estabeleceram, com pertinácia e sabedoria, as fundações sobre as quais construiremos uma nação justa e livre.

Foram dois anos terçando armas parlamentares com a Oposição comandada por essa figura excepcional de brasileiro que é o Senador Paulo Brossard. Dois anos em que nenhum de nós concedeu um milímetro sequer de terreno nas suas convicções pessoais. Mas dois anos em que o respeito mútuo fez possível a festa de democracia de hoje; entendimento de Oposição e Governo, Maioria e Minoria, para

uma eleição que consagra cada um de nós e não apenas o Presidente.

Os próximos dois anos serão tão fascinantes quanto os dois pretéritos. O Congresso terá papel de significativo relevo a desempenhar, contando certamente com o desvelo com que profissionais da imprensa, do rádio e da televisão se desincumbem de sua importante missão de formar a opinião pública. Sem eles, o Senado e os Srs. Senadores mal poderiam fugir ao anonimato e livrar-se do silêncio que amortalharia a vibração de suas lutas, a ebulição de suas idéias e propósitos e a exposição de suas virtudes e defeitos.

Ingressamos na fase decisiva para a consolidação do processo democrático em curso. Não fomos um Estado totalitário, mas autoritário, é força convir que fomos. Enquanto o totalitarismo, como se vê no mundo de hoje, reage violentamente a qualquer esforço de liberalização, fechando-se ainda mais em torno de si próprio, o autoritarismo, como solução de compromisso entre a liberdade da pessoa humana e a segurança do Estado, tende à liberalização. Sabíamos que ela traria dificuldades. Alguns receiam que possa ser usada pelos que usam as franquias democráticas visando a destruí-las; outros, nela vêem a ameaça à racionalidade no emprego dos recursos e na gestão da economia, pelo crescimento do poder de barganha dos políticos, ou o aumento das pressões distributivistas, que resultam na estagnação econômica. Outros, ainda, temem, no clima de abertura, o comprometimento do rendimento do trabalho, pela sucessão das greves, enquanto no campo estritamente partidário preocupa a proliferação das legendas, muitas vezes para uso esconso.

Não ignoro esse lado desvantajoso da abertura política, mas os seus lados vantajosos são extraordinariamente mais importantes, e enxergo este fato como consequência de uma década de autoritarismo, que reclama uma reeducação de quase todos nós, para a prática da democracia. Uns por falta; outros, por excesso.

Sou dos que confiam que venceremos a escassez e a demasia. A democracia, nós a alcançaremos, sem receios infundados e sem desmandos provocadores, que a nada de bom conduzem. Como ensina Georges Burdeau, a democracia atualmente é uma filosofia, uma maneira de viver, e quase acessoriamente uma forma de governo. De um lado, é realidade; de outro, crença de uma vida melhor, em que o homem se liberte definitivamente do medo e das vicissitudes materiais.

Encerro, Srs. Senadores, estas palavras pensando, porém, que parece que uma das enfermidades mais graves do mundo contemporâneo é a sua incapacidade de crer. Nós cre-

mos, até porque sabemos que o que de mais terrível pode acontecer a um povo — mais até que seu aniquilamento ou sua escravidão — é a indiferença que ele possa ter para com o seu destino.

Assim como na guerra, em que a vitória nas batalhas começa no coração dos combatentes, assim na política, a vitória da esperança

numa sociedade justa e livre começa na capacidade de crer nessa esperança e nessa liberdade. Ao usarmos do privilégio de falar a Vossas Excelências, pela primeira vez, no alto desta cadeira, queremos falar-lhes da fé, no destino vitorioso da democracia brasileira, que jamais poderia ser colimado sem o nosso concurso, sem a participação decisiva do Congresso Nacional.”

### **III – INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA**

## INSTALAÇÃO DA SESSÃO LEGISLATIVA

Em obediência a preceitos constitucionais, o Congresso Nacional, sob a Presidência do Senhor Senador Jarbas Passarinho, reuniu-se solenemente às 10:00 horas do dia 1º de março de 1981, instalando a 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura.

Presentes à Mesa, além de seus membros, o Senhor Deputado Nelson Marchezan, Presidente da Câmara dos Deputados e o Senhor Ministro Xavier de Albuquerque, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Após a execução do Hino Nacional deu entrada em Plenário o Senhor Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, General Golbery do Couto e Silva, procedendo à entrega da Mensagem Presidencial.

Na oportunidade, o Senhor Presidente, Senador Jarbas Passarinho, proferiu a seguinte oração:

“Exmº Sr. Presidente da Câmara dos Deputados; Exmº Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmºs. Srs. Chefes de Missão Diplomática; Ministro Golbery do Couto e Silva, portador da Mensagem do Exmº Sr. Presidente da República; Exmºs Srs. Ministros de Estado; Exmº Sr. Governador do Distrito Federal; Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União; Exmºs Srs. Oficiais Gerais; Exmºs Srs. Ministros dos Tribunais Superiores; Exmºs Srs. Membros do Corpo Diplomático.

Srs. Congressistas: honra-me, sobremaneira, instalar a 3ª Sessão Legislativa, da 46ª Legislatura. A coincidência desfavorável de estarmos em pleno tríduo momesco não obscurece a significação desta cerimônia. Aqui estamos não na desobriga maquinal de um mandamento da Carta Magna, centrada no recebimento e na leitura sintética da Mensagem anual do Sr. Presidente da República, mas, igualmente, para renovar esperanças e reafirmar propósitos e convicções.

Nesta ilustre Casa vive-se e encarna-se a política. Nada me sugere, ao longo da História, que haja equívoco, no conceito weberiano, que define política como “luta para influir na distribuição do poder, seja entre Estados, seja entre grupos, dentro de um Estado”.

A democracia moderna exercita o poder de tal forma que a famosa sentença de Lincoln — “Governo do povo, pelo povo e para o povo” — está reservada mais aos efeitos retóricos e destinada aos entusiasmos juvenis que a traduzir a realidade. É do insuspeito Maurice Duverger a constatação:

“Nunca se viu, nunca se verá um povo governar-se a si próprio.”

De fato, estamos muito distanciados dos tempos da democracia direta, da *ekklesia* grega ou da *polis* romana, do povo decidindo na praça pública, o que durou apenas duzentos anos.

Já que hoje é inexecutável a prática da democracia direta daqueles tempos remotos, são os políticos os intermediários que expressam a vontade popular, o que se viabiliza através dos partidos, aos quais alguém designou como “a maior invenção do século XIX”. Tão característicos são eles, como instrumentos autênticos para a representação das diversas tendências do pensamento, que é possível distinguir, pela sua existência plural ou singular, a democracia da ditadura. Através dos partidos políticos, os povos livres lutam para a conquista ou a manutenção do poder. O partido único, típico dos totalitarismos, é uma fraude destinada a ser presença ubíqua na vida nacional, encarregado de administrar, de distribuir favores e privilégios, de espionar, de delatar, de punir, enfim de manipular o homem e dirigir-lhe a vontade.

Abrimos a presente Sessão Legislativa conscientes do relevante papel que os partidos políticos brasileiros podem desempenhar, nesta fase de transição do autoritarismo, que ficou para trás, rumo à democracia plena, a que as-

piramos. A reformulação partidária, consequência inelutável da anistia política, tem um grande e fascinante desafio a vencer. Sua consolidação marcará o fim do bipartidarismo, estatuído como solução de compromisso, mas cuja manutenção, modificada a realidade nacional, seria um equívoco. O bipartidarismo cumpriu sua finalidade, cedendo lugar à ampliação do leque de escolhas partidárias, capazes de abrigar a variedade de concepções doutrinárias democráticas. Construir, pois, o multipartidarismo é missão das mais importantes a realizar-se paralelamente à presente sessão legislativa, que haverá de contribuir para o aperfeiçoamento da legislação eleitoral.

Concomitantemente, reabre-se, por oportuno, o debate sobre a missão e as atribuições inerentes ao Congresso, na democracia, dentro do quadro da divisão de poderes, que não significa separação hermética. Membros do Poder Legislativo, cabe-nos honrá-lo e prestigiá-lo. Para esse fim, urge reestruturá-lo, imprimindo-lhe condições de atender à crescente complexidade técnica, não só no que se refere às leis de ordenação econômica, bem como da demanda geral da sociedade civil. Mais que uma prestigiosa caixa de ressonância das reivindicações do povo, o Congresso deve ser instrumento decisivo na satisfação de suas aspi-

rações. Para que os congressistas cumpram, sem coerção de qualquer natureza, os seus deveres, impõe-se assegurar-lhes ampla liberdade no exercício de seus mandatos, fruto da fonte original de poder. Não se reclama irresponsabilidade nem imunidade absoluta, já que todo poder tem limitações, ou se deprava. Mas é imperativo que as garantias para a execução das tarefas que nos cabem, como representantes do povo ou da Federação, nos sejam asseguradas plenamente. Essa matéria que, decerto, ocupará as atenções dos Srs. Congressistas, em caráter prioritário, no decorrer do presente ano.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, esta sessão, que dou por inaugurada, está fadada a conhecer e praticar o embate político intensamente. Oxalá dele se resulte o fortalecimento do nosso processo liberalizante, em curso, e a conquista definitiva do único regime político que, comprovado pela História, é capaz de assegurar ao homem a fruição da liberdade.

Que Deus nos ajude e proteja!"

Após a leitura da Mensagem Presidencial, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, passando as duas Casas do Congresso Nacional a se reunirem separadamente ou em conjunto, para a realização de seus trabalhos.

## **IV – O SENADO FEDERAL**

**Na Terceira Sessão Legislativa Ordinária da  
46ª Legislatura**

## A — COMPOSIÇÃO

Ao iniciar-se a 3ª sessão legislativa ordinária, representando os Estados da Federação, integravam a composição do Senado 36 Senadores do Bloco Parlamentar do Partido Democrático Social, 20 do Bloco Parlamentar do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, 10 do Bloco Parlamentar do Partido Popular e 1 sem filiação partidária.

### BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

#### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA POR ESTADO

Estados	Senadores	Estados	Senadores
Acre	Jorge Kalume José Guiomard	Alagoas	Arnon de Mello Luiz Cavalcante
Amazonas	Eunice Michiles Raimundo Parente	Sergipe	Lourival Baptista Passos Pôrto
Pará	Aloysio Chaves Gabriel Hermes Jarbas Passarinho	Bahia	Jutahy Magalhães Lomanto Júnior Luiz Viana
Maranhão	Alexandre Costa José Sarney	Espírito Santo	João Calmon Moacyr Dalla
Piauí	Bernardino Viana Helvídio Nunes	Rio de Janeiro	Amaral Peixoto Hugo Ramos
Ceará	Almir Pinto José Lins	Minas Gerais	Murilo Badaró
Rio Grande do Norte	Dinarte Mariz Martins Filho	São Paulo	Amaral Furlan
Paraíba	Maurício Leite *	Goiás	Benedito Ferreira
Pernambuco	Aderbal Jurema Nilo Coelho	Mato Grosso	Benedito Canelas Vicente Vuolo
		Santa Catarina	Lenoir Vargas
		Rio Grande do Sul	Tarso Dutra

(\*) Suplente, em exercício, até 12-3-81, na licença do Titular, Senador Milton Cabral.

**BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

<b>Estados</b>	<b>Senadores</b>	<b>Estados</b>	<b>Senadores</b>
Acre	Adalberto Sena	Minas Gerais	Itamar Franco
Amazonas	Evandro Carreira	São Paulo	Franco Montoro Orestes Quércia
Ceará	Mauro Benevides	Goiás	Henrique Santillo Lázaro Barboza
Rio Grande do Norte	Agenor Maria	Paraná	José Richa Leite Chaves
Paraíba	Cunha Lima Humberto Lucena	Santa Catarina	Jaison Barreto
Pernambuco	Marcos Freire	Rio Grande do Sul	Paulo Brossard Pedro Simon
Alagoas	Teotônio Vilela		
Rio de Janeiro	Nelson Carneiro Roberto Saturnino		

**BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO POPULAR**

<b>Estados</b>	<b>Senadores</b>	<b>Estados</b>	<b>Senadores</b>
Maranhão	Luiz Fernando Freire	Mato Grosso do Sul	José Fragelli Mendes Canale Saldanha Derzi
Piauí	Alberto Silva		
Sergipe	Gilvan Rocha	Paraná	Afonso Camargo
Minas Gerais	Tancredo Neves	Santa Catarina	Evelásio Vieira
Mato Grosso	Gastão Müller		

**SEM FILIAÇÃO PARTIDÁRIA**

<b>Estado</b>	<b>Senador</b>
Espírito Santo	Dirceu Cardoso

## A.1 — ALTERAÇÃO NA REPRESENTAÇÃO

Em virtude da modificação constitucional, introduzida pela Emenda nº 13, de 10 de outubro de 1979 e que permitiu a convocação de suplente em caso de licença do Senador por período igual ou superior a 120 dias, a Representação no Senado foi por várias vezes alterada, conforme demonstra o seguinte quadro:

Senador licenciado	Suplente convocado	Período do exercício do mandato pelo Suplente
Adalberto Sena (PMDB — AC)	Laélia de Alcântara	3- 4-81 a 29- 7-81
(*) Jaison Barreto (PMDB — SC)	Dejandir Dalpasquale	8- 4-81 a 10- 6-81
	e	
	Maria Syrlei	11- 6-81 a 5- 8-81
Arnon de Mello (PDS — AL)	João Lúcio	22- 4-81 a 3- 4-82
Benedito Ferreira (PDS — GO)	José Caixeta	29- 5-81 a 27- 9-81
		e
		16-10-81 a 12- 2-82
Lenoir Vargas (PDS — SC)	Arno Damiani	26- 6-81 a 23-10-81
Gastão Müller (PP — MT)	Valdon Varjão	5-10-81 a 14- 3-82
Tarso Dutra (PDS — RS)	Octávio Cardoso	2-12-81 a 31- 3-82

(\*) A 2ª Suplente, Maria Syrlei, foi convocada para completar o período da licença concedida ao Senador Jaison Barreto, em virtude do afastamento do 1º Suplente, Senador Dejandir Dalpasquale.

**Obs.:** Em 16 de março de 1981, comparece ao Senado reassumindo o mandato o Senador Milton Cabral, em virtude do término, a 12 do mesmo mês, da licença que lhe fora concedida.

## A.2 — COMUNICAÇÕES DE AFASTAMENTO DO PAÍS

Para afastamento do País, nos termos regimentais, foram encaminhadas à Presidência da Casa as seguintes comunicações:

### a) Em caráter particular:

- 1) Durante o período de recesso — dezembro/80 a fevereiro/81  
Senador Affonso Camargo — de 30-12-80 a 10-1-81  
Senador Lourival Baptista — de 4-2-81 a 20-2-81  
Senador Luiz Fernando Freire — de 27-2-81 a 14-3-81
- 2) Durante o 1º período das sessões — 1º de março a 30 de junho/81  
Senadora Eunice Michiles — de 4-4-81 a 15-4-81  
Senador José Sarney — de 15-4-81 a 21-4-81  
Senador José Sarney — de 19-5-81 a 24-5-81  
Senador Luiz Viana — de 1º-6-81 a 13-6-81
- 3) Durante o período de recesso — julho de 1981  
Senador Evandro Carreira — durante o mês de julho  
Senador Nelson Carneiro — durante o mês de julho  
Senador José Fragelli — a partir de 2 de julho  
Senador João Calmon — de 3-7-81 a 7-7-81  
Senadora Laélia de Alcântara — de 9-7-81 a 29-7-81  
Senador Luiz Fernando Freire — de 17-7-81 a 1-8-81  
Senador Raimundo Parente — de 20-7-81 a 13-8-81  
Senador Amaral Furlan — a partir de 28 de julho
- 4) Durante o 2º período das sessões — de 1º de agosto a 5 de dezembro/81  
Senador Lourival Baptista — a partir de 30 de setembro  
Senador Amaral Furlan — de 23-10-81 a 10-11-81

### b) A convite de Entidades Estrangeiras:

- |                                      |  |
|--------------------------------------|--|
| Senador Franco Montoro — 4-5 a 8-5   | Associação de Estudos Europa—América Latina—Itália   |
| Senador Franco Montoro — 15-9 a 23-9 | Fundações Konrad Adenauer, Friedrich Ebert, Friedrich Naumann e Hanns Seidel, em Bonn — Alemanha Ocidental |

### A.3 — LICENÇA

a) O Senado concedeu licença para tratamento de saúde, nos termos do art. 47, inciso I, do Regimento Interno, aos Senadores:

- Adalberto Sena — Requerimento nº 24/81, período de 1º de abril a 29 de julho de 1981
- Jaison Barreto — Requerimento nº 56/81, período de 8 de abril a 5 de agosto de 1981
- Arnon de Mello — Requerimento nº 59/81, período de 6 de abril a 6 de agosto de 1981  
Requerimento nº 267/81, período de 7 de agosto a 4 de dezembro de 1981, em prorrogação  
Requerimento nº 415/81, período de 5 de dezembro de 1981 a 4 de abril de 1982, em prorrogação
- Gabriel Hermes — Requerimento nº 89/81, período de 11 de maio a 11 de junho de 1981
- Gastão Müller — Requerimento nº 324/81, período de 5 de outubro de 1981 a 14 de março de 1982
- Tarso Dutra — Requerimento nº 416/81, período de 2 de dezembro de 1981 a 1 de abril de 1982

b) O Senado concedeu licença para tratar de interesses particulares, nos termos do art. 47, inciso II, do Regimento Interno, aos Senadores:

- Benedito Ferreira — Requerimento nº 119/81, período de 28 de maio a 27 de setembro de 1981  
Requerimento nº 344/81, período de 16 de outubro de 1981 a 12 de fevereiro de 1982
- Lenoir Vargas — Requerimento nº 148/81, período de 26 de junho a 23 de outubro de 1981

## B — DIREÇÃO

A Comissão Diretora, a quem compete exercer a administração interna do Senado Federal, é constituída dos titulares da Mesa que é, observadas as normas constitucionais e regimentais, eleita nas reuniões preparatórias que antecedem a instalação da 1ª e 3ª sessões legislativas ordinárias de cada Legislatura, para um mandato de dois anos.

Desta forma, dirigiu a Casa nesta 3ª Sessão Legislativa, a seguinte Mesa, eleita a 24 de fevereiro de 1981:

Presidente:	Jarbas Passarinho
1º Vice-Presidente:	Passos Pôrto
2º Vice-Presidente:	Gilvan Rocha
1º Secretário:	Cunha Lima
2º Secretário:	Jorge Kalume
3º Secretário:	Itamar Franco
4º Secretário:	Jutahy Magalhães
Suplentes de Secretários.	Almir Pinto
	Lenoir Vargas
	Agenor Maria
	Gastão Müller

## C — LIDERANÇAS

Nos termos do disposto no art. 64 do Regimento Interno, os três Blocos Partidários — Bloco do Partido Democrático Social, Bloco do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Bloco do Partido Popular — indicaram à Mesa seus Líderes em documentos subscritos pela maioria de seus membros.

Os Senhores Líderes, por sua vez, comunicaram à Mesa, no prazo regimental, as indicações para as respectivas Vice-Lideranças, ficando o Colégio de Líderes nesta Casa assim constituído:

### **Liderança do Bloco do Partido Democrático Social**

LÍDER — Senador Nilo Coelho

VICE-LÍDERES — Senadores:

Aderbal Jurema  
Aloysio Chaves  
Bernardino Viana  
Gabriel Hermes  
José Lins  
Lomanto Júnior  
Moacyr Dalla  
Murilo Badaró

### **Liderança do Bloco do Partido do Movimento Democrático Brasileiro**

LÍDER — Senador Marcos Freire

VICE-LÍDERES — Senadores

Roberto Saturnino  
Mauro Benevides  
Humberto Lucena  
Pedro Simon  
Orestes Quércia  
Henrique Santillo  
Lázaro Barboza  
Evandro Carreira

### **Liderança do Bloco do Partido Popular**

LÍDER — Senador Evelásio Vieira

VICE-LÍDERES — Senadores

Affonso Camargo  
José Fragelli  
Gastão Müller  
Mendes Canale  
Saldanha Derzi

Ainda em virtude de requerimentos aprovados pelo Plenário, o expediente de várias sessões foi dedicado a homenagens e comemorações:

Req.	Autor	Data	Finalidade
007	Dirceu Cardoso	13-03-81	Reverenciar a memória do ex-Senador Raul Giuberti
080	Mauro Benevides	07-05-81	Centenário de nascimento do ex-Deputado Federal e Jornalista Hermenegildo Firmeza.
084	Pedro Simon	14-05-81	Comemorar os 90 anos do aparecimento da Encíclica "Rerum Novarum", de Leão XIII.
126	Bernardino Viana	11-06-81	Dedicado à memória do ex-Senador Leônidas Melo.
102	Dirceu Cardoso	17-06-81	Dedicado à memória do ex-Senador Hamilton Nogueira.
096	Laélia de Alcântara	23-06-81	Dedicado a homenagear o ex-Senador Antônio Muniz Sodré.
284	José Sarney	02-09-81	Dedicado a homenagear a memória do cineasta Glauber Rocha.
124	Dirceu Cardoso	23-09-81	Dedicado a homenagear a Dra. Carmem Annes Dias Prudente, agraciada por Sua Santidade, o Papa, como "A Mulher do Ano".
372	Murilo Badaró	01-12-81	Dedicado a homenagear a memória do ex-Senador Arthur Bernardes Filho.

#### D.1.1 — COMPARECIMENTO DE MINISTRO DE ESTADO

A Constituição Federal, no seu art. 38, **caput**, regula o comparecimento de Ministros de Estado ao Plenário do Senado Federal, quando convocados para prestarem, pessoalmente, informações acerca de assunto previamente determinado.

Nos termos do art. 418, item II, letra **a**, do Regimento Interno, compareceu ao Senado, na Sessão Extraordinária, realizada em 28 de abril de 1981, por força da aprovação do Requerimento nº 11, de 1981, de autoria do Senador Marcos Freire, o Sr. Ministro do Interior, Mário Andreazza, para debater a problemática nordestina face à atual conjuntura.

Após a explanação do Sr. Ministro, foram interpelantes os Srs. Senadores Marcos Freire, Helvídio Nunes, Agenor Maria, Passos Pôrto, Alberto Silva, Lourival Baptista, Cunha Lima, Humberto Lucena, Dirceu Cardoso, José Lins e Nilo Coelho.

Em virtude da aprovação do Requerimento nº 114, de 1981, de autoria do Líder do PMDB, Senador Marcos Freire, compareceu à Comissão de Relações Exteriores do Senado, em 12-8-81, o Sr. Ministro das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos sobre a "viagem do General VERNON WALTERS ao Brasil, como emissário do novo governo norte-americano".

## D — O SENADO FEDERAL EM FUNCIONAMENTO

### D.1 — SESSÕES REALIZADAS

O Senado fez realizar 226 sessões plenárias, sendo:

151 ordinárias

72 extraordinárias

3 especiais

Deixaram de ser realizadas 19 sessões ordinárias em virtude de:

Realização de sessão especial do Senado Federal .....	3
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional .....	5
Requerimento .....	6
Falta de <b>quorum</b> .....	4
Encerramento dos trabalhos da presente sessão legislativa .....	1

Como homenagem de pesar, foram levantadas as seguintes sessões:

Em 09-03-81 — Falecimento do Deputado Wilmar Guimarães

Em 16-03-81 — Falecimento do Deputado Joaquim Coutinho

Em 17-06-81 — Falecimento do Deputado Figueiredo Correia

Em 09-11-81 — Falecimento do Deputado Paulo Ferraz

Em virtude de requerimento aprovado pelo Plenário, foram realizadas as seguintes sessões especiais:

Req.	Autor	Data	Finalidade
101	José Sarney	03-06-81	Comemorar o centenário de falecimento do ex-Senador Cândido Mendes.
069	Jorge Kalume	09-06-81	Homenagear o Correio Aéreo Nacional pelo transcurso do 50º aniversário de sua criação.
136	Luiz Fernando Freire	24-06-81	Homenagear a memória do Brigadeiro Eduardo Gomes.

## D. 2 — REPRESENTAÇÃO EXTERNA

### D. 2.1 — MISSÕES DO SENADO

Na presente sessão legislativa, a Presidência teve oportunidade de designar, para representar o Senado em eventos de interesse Parlamentar, realizados no Exterior e no País, os seguintes Senhores Senadores:

#### a) NO EXTERIOR:

Senador Mendes Canale Senador Bernardino Viana	Delegação Brasileira à 5ª Reunião Conjunta do Parlamento Latino-Americano e Parlamento Europeu, realizada na cidade de Bogotá, Colômbia, em janeiro de 1981.
Senador Murilo Badaró Senador Almir Pinto Senador Mauro Benevides Senador Orestes Quércia Senador Raimundo Parente	Delegação Brasileira à 128ª Reunião do Conselho Interparlamentar, realizada em Manila, Filipinas, de 20 a 25 de abril de 1981.
Senador Saldanha Derzi	Representante da Delegação Brasileira na Reunião dos Membros Filiados da Organização Mundial de Turismo, realizada na cidade de Madri, Espanha, a partir de 18 de maio de 1981.
Senador José Richa	Representante do Senado na Conferência Parlamentar sobre População e Desenvolvimento, na África, realizada em Nairobi, em julho de 1981.
Senador Murilo Badaró Senador Affonso Camargo Senador Itamar Franco Senador João Calmon Senador Leite Chaves Senador Mauro Benevides Senador Tarso Dutra	Representante do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, à 68ª Conferência Interparlamentar, realizada em Havana (Cuba), de 14 a 23 de setembro de 1981.
Senador Lourival Baptista	Designado pela Presidência para representar o Senado, atendendo a convite formulado pelo Governo Americano, através da Universidade Estadual de Nova Iorque.
Senador Saldanha Derzi Senador Moacyr Dalla Senador Cunha Lima	Representantes do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo na 4ª Assembléia Geral da OMT, realizada em Roma, Itália, de 14 a 25 de setembro de 1981.
Senador Gilvan Rocha Senador Martins Filho Senador Murilo Badaró Senador João Calmon Senador Mendes Canale	Delegação do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, que visitou o Parlamento Búlgaro, a partir de 8 de novembro de 1981.
Senador Amaral Peixoto Senador Paulo Brossard	Representantes do Senado na Reunião Conjunta das Comissões de Integração Política e de Integração Econômica do Parlamento Latino-Americano, na cidade do México, de 22 a 24 de novembro de 1981.

**b) NO PAÍS:**

Senador Almir Pinto Senador Helvídio Nunes Senador Martins Filho Senador Alberto Silva Senador Marcos Freire Senador Mauro Benevides	Designados pela Presidência para visitar as áreas mais atingidas pela atual estiagem no Nordeste, verificar a extensão do flagelo e as medidas que estão sendo postas em prática.
Senador José Richa	Representante do Senado na XXI Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina.
Senador Lázaro Barboza	Representante da Comissão de Assuntos Regionais na reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, realizada nos dias 28 e 29 de maio, na cidade de Goiânia.
Senador Almir Pinto	Representante da Comissão de Assuntos Regionais na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada nos dias 28 e 29 de maio, na cidade do Recife.
Senador Cunha Lima Senador Almir Pinto Senador José Lins Senador Martins Filho	Representantes do Senado na visita às Guarnições do Exército na Faixa de Fronteira, no Sul do País, no período de 10 a 16 de agosto, a convite do Ministro de Estado do Exército.
Senador Almir Pinto	Representante da Comissão de Assuntos Regionais na reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada no período de 27 de setembro a 2 de outubro, na cidade de Recife.
Senador Aloysio Chaves	Representante da Comissão de Assuntos Regionais na reunião do Conselho Deliberativo da SUDAM, realizada no período de 24 a 25 de setembro, na cidade de Belém.
Senador Almir Pinto Senador Mauro Benevides Senador José Lins	Representantes do Senado no IV Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos, realizado em Fortaleza, no período de 15 a 19 de novembro.

**D.2.2 — MISSÕES DO EXECUTIVO**

O Senado Federal concedeu, ainda, licença para aceitarem missões, para as quais foram designados pelo Poder Executivo, aos seguintes Senhores Senadores:

Senador Luiz Viana	Integrante da Comitativa Presidencial na visita à França e Portugal.
Senador Aloysio Chaves Senador José Lins Senador José Sarney	Integrantes da Comitativa Presidencial na visita à Colômbia.
Senador Paulo Brossard Senador Dirceu Cardoso	Integrantes da Delegação do Brasil à X Sessão Reconvocada da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar.
Senador Nilo Coelho	Integrante da Comitativa Presidencial na visita à República Federal da Alemanha.
Senador Mendes Canale	Integrante, como Observador Parlamentar, da Delegação do Brasil à 67ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, Suíça, no período de 3 a 24 de junho.
Senadora Eunice Michiles	Integrante da Comitativa Presidencial na visita à República do Peru.
Senador Marcos Freire Senador Milton Cabral	Integrantes da Delegação do Brasil à XI Sessão Reconvocada da III Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar.
Senador Luiz Viana Senador Evandro Carneira Senador Alexandre Costa Senador Aderbal Jurema Senador Tancredo Neves Senador Roberto Saturnino	Integrantes, como Observadores Parlamentares, da Delegação do Brasil à XXXVI Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas.

### D.3 — COMISSÕES

#### D.3.1 — COMISSÕES PERMANENTES

##### a) Composição

De acordo com indicação das Lideranças, ficaram assim constituídas as Comissões Permanentes do Senado Federal nesta 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura:

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA

##### PDS

##### Titulares

Benedito Canelas  
Martins Filho  
João Calmon  
Luiz Cavalcante \*

##### Suplentes

Dinarte Mariz  
Lourival Baptista  
Benedito Ferreira \*\*

##### PMDB

Leite Chaves  
José Richa

Agenor Maria

##### PP

Mendes Canale

Evelásio Vieira

(\*) Substituído, em 29-4-81, pelo Senador João Lúcio

(\*\*) Substituído, em 1º-6-81 e em 19-10-81, pelo Senador José Caixeta

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

##### PDS

##### Titulares

José Lins  
Eunice Michiles  
Gabriel Hermes  
Benedito Canelas

##### Suplentes

Raimundo Parente  
Almir Pinto  
Aloysio Chaves

##### PMDB

Marcos Freire \*  
Mauro Benevides

Evandro Carreira \*

##### PP

Alberto Silva

Mendes Canale

(\*) Em 26-3-81 o Senador Marcos Freire passa a suplente e o Senador Evandro Carreira a titular

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PDS

#### Titulares

Aloysio Chaves  
Hugo Ramos  
Helvídio Nunes \*  
Murilo Badaró  
Bernardino Viana  
Amaral Furlan  
Moacyr Dalla  
Raimundo Parente

#### Suplentes

Lenoir Vargas  
João Calmon  
Almir Pinto  
Martins Filho  
Aderbal Jurema  
Benedito Canelas \*\*

### PMDB

Paulo Brossard \*\*\*  
Marcos Freire \*\*\*\*  
Nelson Carneiro  
Leite Chaves  
Orestes Quêrcia

Franco Montoro \*\*\*\*  
Lázaro Barboza  
Humberto Lucena

### PP

Tancredo Neves  
José Fragelli

Mendes Canale

(\*) Substituído, em 28-4-81, pelo Senador Lenoir Vargas

(\*\*) Indicado, em 13-8-81, para vaga existente

(\*\*\*) Substituído, em 18-8-81, pelo Senador Humberto Lucena

(\*\*\*\*) Em 18-8-81 o Senador Franco Montoro passa a titular e o Senador Marcos Freire a suplente

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

### PDS

#### Titulares

Lourival Baptista  
Bernardino Viana  
Moacyr Dalla  
Benedito Ferreira \*\*\*  
Martins Filho  
Murilo Badaró

#### Suplentes

Luiz Cavalcante  
Hugo Ramos \*\*  
Aderbal Jurema  
José Lins

### PMDB

Lázaro Barboza  
Mauro Benevides  
Adalberto Sena \*

Henrique Santillo  
Evandro Carreira

### PP

Saldanha Derzi  
Luiz Fernando Freire

Affonso Camargo

(\*) Substituído, de 9-4-81 a 5-8-81, pela Senadora Laélia de Alcântara

(\*\*) Substituído, em 1º-6-81, pelo Senador Almir Pinto

(\*\*\*) Substituído, em 1º-6-81 e em 19-10-81, pelo Senador José Caixeta

## COMISSÃO DE ECONOMIA

### PDS

#### Titulares

Bernardino Viana  
José Lins  
Lenoir Vargas \*\*  
Milton Cabral  
Luiz Cavalcante  
Benedito Ferreira \*

#### Suplentes

Lomanto Júnior  
Gabriel Hermes  
Vicente Vuolo  
Benedito Canelas

### PMDB

Roberto Saturnino  
Marcos Freire \*\*\*  
José Richa

Pedro Simon \*\*\*  
Teotônio Vilela

### PP

José Fragelli  
Alberto Silva

Afonso Camargo

(\*) Substituído, em 1º-6-81 e em 19-10-81, pelo Senador José Caixeta

(\*\*) Substituído, em 29-6-81, pelo Senador Arno Damiani

(\*\*\*) Em 13-8-81 o Senador Pedro Simon passa a titular e o Senador Marcos Freire a suplente

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### PDS

#### Titulares

Aderbal Jurema  
João Calmon  
Eunice Michiles  
Lenoir Vargas \*\*\*  
José Sarney

#### Suplentes

Lomanto Júnior  
Gabriel Hermes  
Helvídio Nunes \*\*

### PMDB

Adalberto Sena \*  
Franco Montoro  
Pedro Simon

Marcos Freire  
Mauro Benevides

### PP

Gastão Müller

Evelásio Vieira

(\*) Substituído, em 9-4-81, pela Senadora Laélia de Alcântara

(\*\*) Substituído, em 23-4-81, pelo Senador João Lúcio

(\*\*\*) Substituído, em 21-5-81, pelo Senador Tarso Dutra

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### PDS

#### Titulares

Raimundo Parente  
Lomanto Júnior  
Amaral Furlan  
Amaral Peixoto  
Martins Filho  
Tarso Dutra  
Gabriel Hermes  
Hugo Ramos \*  
Almir Pinto

#### Suplentes

José Guimard  
Bernardino Viana \*\*  
Benedito Canelas  
Vicente Vuolo  
José Lins

(\*) Substituído, em 1º-6-81, pelo Senador Bernardino Viana

(\*\*) Substituído, em 1º-6-81, pelo Senador Lourival Baptista

Mauro Benevides  
Roberto Saturnino  
Pedro Simon  
Teotônio Vilela  
Franco Montoro

Tancredo Neves  
Affonso Camargo  
Mendes Canale

**PMDB**

Humberto Lucena  
Paulo Brossard  
José Richa

**PP**

Saldanha Derzi  
José Fragelli

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

**Titulares**

Raimundo Parente  
Aloysio Chaves  
Hugo Ramos \*\*  
Eunice Michiles  
Gabriel Hermes

Franco Montoro  
Humberto Lucena  
Jaison Barreto \*

José Fragelli

**PDS**

**Suplentes**

Lenoir Vargas \*\*\*  
Aderbal Jurema  
Almir Pinto

**PMDB**

Agenor Maria  
Nelson Carneiro

**PP**

Luiz Fernando Freire

(\*) Substituído, em 9-4-81, pelo Senador Dejandir Dalpasquale e, em 16-6-81, pela Senadora Maria Syrlei

(\*\*) Substituído, em 1º-6-81, pelo Senador Moacyr Dalla

(\*\*\*) Substituído, em 5-8-81, pelo Senador Arno Damiani

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

**PDS**

**Titulares**

Milton Cabral  
Luiz Cavalcante  
José Lins  
Almir Pinto

Henrique Santillo  
Teotônio Vilela

Affonso Camargo

**Suplentes**

Dinarte Mariz  
Gabriel Hermes  
Martins Filho

**PMDB**

Roberto Saturnino

**PP**

Alberto Silva

## COMISSÃO DE MUNICÍPIOS

### PDS

#### Titulares

Almir Pinto  
Lomanto Júnior  
Amaral Furlan  
Amaral Peixoto  
Benedito Canelas  
Lenoir Vargas \*\*\*  
Moacyr Dalla  
Raimundo Parente  
Vicente Vuolo

#### Suplentes

Tarso Dutra  
Aderbal Jurema  
José Sarney  
Murilo Badaró  
Benedito Ferreira \*\*

### PMDB

José Richa  
Orestes Quércia  
Evandro Carreira  
Lázaro Barboza  
Agenor Maria

Marcos Freire  
Jaison Barreto \*  
Humberto Lucena

### PP

Gastão Müller \*\*\*\*  
Affonso Camargo  
Mendes Canale

Alberto Silva  
Luiz Fernando Freire

(\*) Substituído, em 9-4-81 pelo Senador Dejandir Dalpasquale e, em 16-6-81, pela Senadora Maria Syrlei

(\*\*) Substituído, em 1º-6-81 e em 19-10-81, pelo Senador José Caixeta

(\*\*\*) Substituído, em 5-8-81, pelo Senador Arno Damiani

(\*\*\*\*) Substituído, em 7-10-81, pelo Senador Valdon Varjão

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### PDS

#### Titulares

João Calmon  
Murilo Badaró  
Helvídio Nunes \*

#### Suplentes

José Sarney  
Moacyr Dalla

### PMDB

Adalberto Sena

Evandro Carreira

### PP

Saldanha Derzi

Mendes Canale

(\*) Substituído, em 13-4-81, pelo Senador Aderbal Jurema

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

### PDS

#### Titulares

Luiz Viana  
Bernardino Viana \*  
Lomanto Júnior  
Amaral Peixoto  
Aderbal Jurema \*\*  
Aloysio Chaves  
José Sarney  
Lourival Baptista

#### Suplentes

João Calmon  
Luiz Cavalcante \*\*\*  
Amaral Furlan  
Moacyr Dalla  
Martins Filho

(\*) Substituído, em 19-3-81, pelo Senador Tarso Dutra

(\*\*) Substituído, em 19-3-81, pelo Senador João Calmon

(\*\*\*) Substituído, em 19-3-81, pelo Senador Bernardino Viana

PMDB

Paulo Brossard  
Nelson Carneiro  
José Richa  
Mauro Benevides  
Marcos Freire

Leite Chaves  
Pedro Simon  
Roberto Saturnino

PP

Luiz Fernando Freire  
Tancredo Neves

Saldanha Derzi

COMISSÃO DE SAÚDE

PDS

**Titulares**

Lomanto Júnior  
Almir Pinto  
José Guiomard  
Lourival Baptista

**Suplentes**

Benedito Canelas  
João Calmon  
Lenoir Vargas \*\*

PMDB

Henrique Santillo  
Jaison Barreto

Adalberto Sena \*

PP

Saldanha Derzi

Gastão Müller \*\*\*

(\*) Substituído, em 9-4-81, pela Senadora Laélia de Alcântara

(\*\*) Substituído, em 5-8-81, pelo Senador Arno Damiani

(\*\*\*) Substituído, em 7-10-81, pelo Senador Valdon Varjão

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

PDS

**Titulares**

Dinarte Mariz  
Luiz Cavalcante  
José Guiomard  
Murilo Badaró

**Suplentes**

Raimundo Parente  
Amaral Furlan  
Benedito Ferreira \*

PMDB

Mauro Benevides  
Agenor Maria

Orestes Quércia

PP

José Fragelli

Gastão Müller \*\*

(\*) Substituído, em 19-6-81, e em 19-10-81, pelo Senador José Caixeta

(\*\*) Substituído, em 7-10-81, pelo Senador Valdon Varjão

## COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

### PDS

#### Titulares

Raimundo Parente  
Aderbal Jurema  
Lourival Baptista  
Moacyr Dalla

#### Suplentes

Helvídio Nunes  
Bernardino Viana  
José Guiomard

### PMDB

Evandro Carreira \*  
Humberto Lucena

Lázaro Barboza

### PP

Gastão Müller \*\*

Luiz Fernando Freire

(\*) Substituído, em 28-4-81, pelo Senador Agenor Maria

(\*\*) Substituído, em 7-10-81, pelo Senador Valdon Varjão

## COMISSÃO DE TRANSPORTES

### PDS

#### Titulares

Vicente Vuolo  
Benedito Ferreira  
Aloysio Chaves  
Milton Cabral

#### Suplentes

Lomanto Júnior  
Luiz Cavalcante  
Amaral Peixoto

### PMDB

Evandro Carreira  
Lázaro Barboza

Orestes Quércia

### PP

Alberto Silva

Afonso Camargo

### b) DIREÇÃO

Dirigiram os trabalhos das Comissões Permanentes, nesta 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 46ª Legislatura, os seguintes Senhores Senadores:

#### Comissões

Agricultura  
Assuntos Regionais  
Constituição e Justiça

Distrito Federal  
Economia  
Educação e Cultura  
Finanças  
Legislação Social  
Minas e Energia  
Municípios  
Redação  
Relações Exteriores

Saúde  
Segurança Nacional  
Serviço Público Civil  
Transportes, Comunicações e  
Obras Públicas

#### Presidentes

Leite Chaves  
Alberto Silva  
Aloysio Chaves

Lourival Baptista  
José Richa  
Aderbal Jurema  
Franco Montoro  
Raimundo Parente  
Milton Cabral  
Lomanto Júnior  
Adalberto Sena  
Luiz Viana

Jaison Barreto  
Dinarte Mariz  
Agenor Maria  
Vicente Vuolo

#### Vice-Presidentes

Martins Filho  
José Lins  
Nelson Carneiro  
Helvídio Nunes  
Mauro Benevides  
Luiz Cavalcante  
Gastão Müller  
Gabriel Hermes  
Humberto Lucena  
Teotônio Vilela  
Agenor Maria  
Amaral Peixoto  
Paulo Brossard  
Amaral Peixoto  
Almir Pinto  
José Fragelli  
Raimundo Parente  
Benedito Ferreira

## D.3.2 — COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### a) CPI SOBRE O ACORDO NUCLEAR

Criada pela Resolução nº 69/78 para investigar denúncias formuladas pela revista **Der Spiegel**, da Alemanha, sobre a execução do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha.

#### Composição

Presidente: Senador ITAMAR FRANCO  
Vice-Presidente: Senador PASSOS PÓRTO  
Relator: Senador MILTON CABRAL

Milton Cabral  
Gilvan Rocha  
Lenoir Vargas  
Franco Montoro  
Itamar Franco

João Lúcio  
Passos Pôrto  
Jutahy Magalhães  
Dirceu Cardoso

Em 25 de março de 1981, os trabalhos da referida Comissão foram prorrogados por mais 90 (noventa) dias, a contar do dia 5-4-81, de acordo com o Requerimento nº 32/81, de autoria do Sr. Senador Passos Pôrto.

Em 29-6-81, foi concedida outra prorrogação pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar do dia 4-8-81, através do Requerimento nº 185/81, de autoria do Sr. Senador Passos Pôrto.

Em 21-10-81, os trabalhos da referida Comissão foram novamente prorrogados a partir de 2-11-81, até o dia 5-12-81, através do Requerimento nº 352/81, de autoria do Sr. Senador Passos Pôrto.

Em 2-12-81, os trabalhos da Comissão foram novamente prorrogados a partir de 1º-3-82, até o dia 28-6-82, através do Requerimento nº 417/81, de autoria do Sr. Senador Passos Pôrto.

### b) CPI SOBRE A DEVASTAÇÃO DA FLORESTA AMAZÔNICA

Criada pela Resolução nº 3/79 para apurar a devastação da floresta amazônica e suas implicações.

#### Composição

Presidente: Senador EVANDRO CARREIRA  
Vice-Presidente: Senador RAIMUNDO PARENTE  
Relator: Senador ALOYSIO CHAVES

Raimundo Parente  
Aloysio Chaves  
Gastão Müller  
Henrique Santillo  
Franco Montoro

Jorge Kalume  
Bernardino Viana  
Benedito Ferreira  
Evandro Carreira

Em 2-4-81, a Comissão reuniu-se a fim de reavaliar seus trabalhos.

Em 12-8-81, foram prorrogados os trabalhos da referida Comissão até o dia 22-3-82, de acordo com o Requerimento nº 273/81, de autoria do Sr. Senador Evandro Carreira.

**c) CPI SOBRE A VIOLÊNCIA URBANA**

Criada pela Resolução nº1/80, destinada a examinar a Violência Urbana, suas causas e conseqüências.

**Composição**

Presidente: Senador ORESTES QUÉRCIA  
Vice-Presidente: Senador EVELÁSIO VIEIRA  
Relator: Senador MURILO BADARÓ

**Titulares**

Murilo Badaró	Orestes Quércia
Aderbal Jurema	Henrique Santillo
Bernardino Viana	Nelson Carneiro
Jutahy Magalhães	Evelásio Vieira
Eunice Michiles	

**Suplentes**

Evandro Carreira	Lenoir Vargas
Mendes Canale	Almir Pinto
Luís Fernando Freire	Itamar Franco

Em 20-5-81, foram prorrogados os trabalhos da referida Comissão, a partir de 30-5-81 até 27-10-81, de acordo com o Requerimento nº 105/81, de autoria do Sr. Senador Orestes Quércia.

Em 26-10-81, foi novamente prorrogado o prazo, a partir de 28-10-81 até 27-11-81, de acordo com a Resolução nº 107/81.

Em 27-11-81, foram prorrogados os trabalhos da referida Comissão, a partir de 27-11-81 até 21-4-82, de acordo com a Resolução nº 116/81.

**d) CPI QUE APURA AS CAUSAS DA ROTATIVIDADE DE MÃO-DE-OBRA NO PAÍS.**

Criada pela Resolução nº 62/80 para apurar as causas da rotatividade de mão-de-obra no País, em face do sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

**Composição**

Presidente: Senador FRANCO MONTORO  
Vice-Presidente: Senador ALBERTO SILVA  
Relator: Senador RAIMUNDO PARENTE

**Titulares**

Raimundo Parente	Franco Montoro
Dinarte Mariz	Agenor Maria
Jorge Kalume	Henrique Santillo
Luiz Cavalcante	Alberto Silva
Jutahy Magalhães	

**Suplentes**

Lenoir Vargas	Orestes Quércia
Passos Pôrto	Nelson Carneiro
Moacyr Dalla	Gastão Müller

Prestaram depoimentos perante a CPI, nesta Sessão Legislativa, as seguintes personalidades:

- Dr. Joaquim Andrade, Presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo.
- Dr. Wolfgang Sauer, Presidente da Volkswagen do Brasil.
- Dr. Luiz Eulálio Vidigal Filho — Presidente da FIESP.
- Dr. Pedro de Andrade, Diretor da SENALBA.
- Dr. Antônio Oliveira Santos — Presidente da CNC.
- Dr. Abram Abe Szajman — Presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.
- Dr. Paulo Ernesto Tolle — Diretor do Departamento Regional do SENAI/SP.
- Dr. Wilson Sampaio — Superintendente do SESI/SP.

Em 28-4-81, o Sr. Senador José Caixeta foi substituído pelo Sr. Senador Jutahy Magalhães.

Em 23-4-81, os trabalhos da Comissão foram prorrogados, a partir de 28-4-81 até o dia 24-11-81, de acordo com o Requerimento nº 72/81, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro.

Em 11-11-81, foi concedida outra prorrogação, a partir de 25-11-81 até o dia 16-9-82, de acordo com o Requerimento nº 384/81, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro.

A referida Comissão reuniu-se 6 vezes, ouviu 8 depoimentos, remeteu 24 Ofícios e recebeu 4 Ofícios.

#### e) CPI QUE INVESTIGA O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS

Criada pela Resolução nº 52/80, destinada a investigar o mercado financeiro do País.

##### Composição

Presidente: Senador TANCREDO NEVES  
Vice-Presidente: Senador LOMANTO JÚNIOR  
Relator: Senador JOSÉ LINS

##### Titulares

José Lins	Roberto Saturnino
Lomanto Júnior	Pedro Simon
Bernardino Viana	José Richa
Gabriel Hermes	Tancredo Neves
Almir Pinto	

##### Suplentes

Jutahy Magalhães	Cunha Lima
Jorge Kalume	Jaison Barreto
João Lúcio	Affonso Camargo

Prestaram depoimentos perante a Comissão, nesta Sessão Legislativa, as seguintes personalidades:

- Dr. Carlos Geraldo Langoni, Presidente do Banco Central.
- Prof. Jorge Hilário Gouvêa, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- Dr. Ernane Galvêas, Ministro de Estado da Fazenda.
- Dr. Delfim Netto, Ministro de Estado do Planejamento.

Em 9-6-81, foram prorrogados os trabalhos da referida Comissão, a partir de 17-6-81 até 8-4-82, de acordo com o Requerimento nº 130/81, de autoria do Sr. Senador Tancredo Neves.

### D.3.3 — COMISSÃO ESPECIAL DO JURI POPULAR

A Comissão Especial do Juri Popular foi criada através do Requerimento nº 436, de 1979, de autoria do Senhor Senador Murilo Badaró, com a finalidade de apresentar sugestões concretas que se destinem ao aperfeiçoamento e modernização da instituição do Juri Popular.

Ao término da sessão legislativa passada integravam a Comissão os seguintes Senadores:

Paulo Brossard  
Tancredo Neves  
Murilo Badaró  
Aloysio Chaves

Permaneceram como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Srs. Senadores Paulo Brossard e Tancredo Neves.

Em 2-9-81, os trabalhos da Comissão foram prorrogados por mais 60 dias, através do Requerimento nº 307/81, de autoria do Senador Paulo Brossard.

Em 29-10-81, os trabalhos foram novamente prorrogados, por mais 30 dias, de acordo com a Resolução nº 108, de 1981.

Em 5-11-81, a Comissão acolhe o Relatório apresentado pelo Senador Murilo Badaró, concluindo pela apresentação de Projeto de Lei.

Em 10-11-81, foi lido o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 1981, de autoria da Comissão, que altera dispositivo do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e do Código de Processo Penal.

Concluída sua tarefa, nos termos do art. 77, I, do Regimento Interno a Comissão foi extinta.

#### D.4 — PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES SENADORES NOS TRABALHOS DA CASA

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, aqui registrada, baseia-se em dados puramente estatísticos.

Esses dados não traduzem a atuação integral de cada Senador, uma vez que não assinalam a participação do Parlamentar nos assuntos de natureza político-administrativa, muitas vezes ligados ao Estado de origem; a sua influência nas deliberações internas dos partidos políticos respectivos e a sua participação efetiva nas grandes decisões da vida nacional.

Também não revelam, os dados coletados, a influência real dos Senadores no desenvolvimento de todo o processo legislativo, porquanto neles não se incluem, mesmo em termos numéricos, os grandes debates travados nas Comissões Técnicas da Casa.

A atuação das Lideranças, dos responsáveis pela direção da Casa e das Comissões Técnicas, geralmente não apresenta, considerando apenas o aspecto estatístico, certa relevância. É mais um exercício de comando, de supervisão, que embora não apareça nas publicações oficiais, constitui, em verdade, o ponto alto da atividade parlamentar.

A participação dos Senhores Senadores nos trabalhos da Casa, considerados os aspectos acima abordados, pode, estatisticamente, ser assim representada:

##### D.4.1 — PRONUNCIAMENTOS

	Discurso	Aparte	Discus- são	Enc. de Votação	Explic. Pessoal	Declar. de Voto	Questão de Ordem
Adalberto Sena	17	6	—	5	—	—	—
Aderbal Jurema	21	52	—	4	—	—	1
Afonso Camargo	11	33	4	11	—	—	1
Agenor Maria	33	119	—	—	—	—	1
Alberto Silva	17	84	2	7	—	—	—
Alexandre Costa	1	18	1	1	—	—	3
Almir Pinto	53	59	—	1	—	—	—
Aloysio Chaves	9	59	5	2	1	—	3
Amaral Furlan	4	1	—	—	—	—	—
Amaral Peixoto	2	2	—	—	—	—	—
Arno Damiani	2	1	—	—	—	—	—
Arnon de Mello	—	—	—	—	—	—	—
Benedito Canelas	—	14	2	5	—	—	1
Benedito Ferreira	—	6	—	1	—	—	1
Bernardino Viana	40	88	2	12	—	—	—
Cunha Lima	19	4	—	1	—	—	—
Dejandir Dalpasquale	13	17	1	1	—	—	—

	Discurso	Aparte	Discus- são	Enc. de Votação	Explic. Pessoal	Declar. de Voto	Questão de Ordem
Dinarte Mariz	5	17	—	2	—	—	—
Dirceu Cardoso	85	98	78	94	5	1	38
Eunice Michiles	10	7	—	—	—	—	—
Evandro Carreira	24	44	—	3	—	—	1
Evelásio Vieira	52	187	2	16	—	—	—
Franco Montoro	62	19	—	1	—	—	—
Gabriel Hermes	8	36	1	4	—	—	—
Gastão Müller	37	31	—	1	—	—	1
Gilvan Rocha	11	107	1	2	—	—	—
Helvídio Nunes	32	20	1	14	—	—	2
Henrique Santillo	62	131	3	11	—	—	6
Hugo Ramos	1	2	1	3	1	—	1
Humberto Lucena	74	151	3	14	—	—	9
Itamar Franco	57	87	7	18	2	1	15
Jaison Barreto	13	5	—	—	—	—	—
Jarbas Passarinho	2	—	—	—	—	—	—
João Calmon	15	5	—	—	—	—	—
João Lúcio	—	5	—	—	—	—	—
Jorge Kalume	31	12	—	—	—	—	—
José Caixeta	—	3	—	—	—	—	—
José Fragelli	9	60	2	14	2	—	—
José Guiomard	—	—	—	—	—	—	—
José Lins	23	213	3	17	3	3	10
José Richa	18	35	—	3	—	—	—
José Sarney	2	2	—	1	—	—	1
Jutahy Magalhães	51	57	1	2	4	6	3
Laélia de Alcântara	10	2	—	1	—	—	—
Lázaro Barboza	34	78	5	5	—	—	1
Leite Chaves	29	43	4	8	—	—	2
Lenoir Vargas	4	15	1	3	—	—	—
Lomanto Júnior	11	39	—	2	—	—	1
Lourival Baptista	116	17	—	1	—	—	1
Luiz Cavalcante	15	69	1	8	—	—	—
Luiz Fernando Freire	6	3	—	—	—	—	—
Luiz Viana	7	5	—	3	—	—	—
Marcos Freire	56	75	1	15	1	3	6
Maria Syrlei	5	3	—	1	—	—	—
Martins Filho	9	1	—	—	—	—	—
Maurício Leite	2	1	—	—	—	—	—
Mauro Benevides	69	154	1	1	—	—	—
Mendes Canale	5	25	—	7	—	—	1
Milton Cabral	6	6	—	2	—	—	—
Moacyr Dalla	11	35	—	1	—	—	3
Murilo Badaró	20	47	—	8	—	—	12
Nelson Carneiro	73	18	6	3	—	—	1
Nilo Coelho	13	20	2	1	—	—	1
Octávio Cardoso	—	—	—	—	—	—	—
Orestes Quércia	46	16	—	5	—	1	1
Passos Pôrto	8	45	1	4	1	1	1
Paulo Brossard	9	10	5	2	—	—	—

	Discurso	Aparte	Discus- são	Enc. de Votação	Explic. Pessoal	Declar. de Voto	Questão de Ordem
Pedro Simon	22	14	1	5	—	—	—
Raimundo Parente	14	—	—	—	—	—	—
Roberto Saturnino	19	27	—	2	—	—	—
Saldanha Derzi	3	17	—	—	—	—	—
Tancredo Neves	2	2	—	—	—	—	—
Tarso Dutra	—	—	—	—	—	—	—
Teotônio Vilela	20	36	—	—	—	—	1
Valdon Varjão	7	4	—	2	—	—	—
Vicente Vuolo	6	4	—	—	—	—	—

**Obs.:** Dos pronunciamentos relacionados, foram encaminhados à revisão do orador e não devolvidos, até o final da presente sessão legislativa, para publicação no **Diário do Congresso Nacional**:

Senador	Discursos	Discussão	Enc. de Votação	Declaração de Voto
Aloysio Chaves	—	2	—	—
Dirceu Cardoso	9	—	—	—
Evelásio Vieira	1	—	1	—
José Lins	—	—	1	1
Jutahy Magalhães	1	—	—	—
Marcos Freire	1	—	—	—
Teotônio Vilela	1	—	—	—

#### D.4.2 — PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

	Projetos de Lei	Resolu- ção	Parecer	Requeri- mento	Indicação	Emenda
Adalberto Sena	4	—	9	1	—	—
Aderbal Jurema	1	—	53	19	—	1
Affonso Camargo	1	—	14	4	—	—
Agenor Maria	3	—	4	1	—	—
Alberto Silva	—	—	18	—	—	—
Alexandre Costa	1	—	—	5	—	—
Almir Pinto	—	—	70	2	—	1
Aloysio Chaves	2	—	29	12	—	—
Amaral Furlan	4	—	33	—	—	—
Amaral Peixoto	—	—	15	—	—	—
Arno Damiani	—	—	26	—	—	—
Arnon de Mello	—	—	—	3	—	—
Benedito Canelas	—	—	72	12	—	—
Benedito Ferreira	—	—	7	2	—	—
Bernardino Viana	3	—	140	31	1	3
Cunha Lima	23	—	—	1	—	3
Dejandir Dalpasquale	—	—	3	—	—	—
Dinarte Mariz	—	—	2	—	—	—

	Projetos de Lei	Resolu- ção	Parecer	Requeri- mento	Indicação	Emenda
Dirceu Cardoso	—	—	—	52	—	—
Eunice Michiles	4	—	4	1	—	—
Evandro Carreira	1	—	4	3	—	—
Evelásio Vieira	—	—	3	—	—	—
Franco Montoro	35	—	24	5	—	—
Gabriel Hermes	—	—	33	1	—	1
Gastão Müller	—	—	4	—	—	—
Gilvan Rocha	—	—	1	1	—	1
Helvídio Nunes	1	—	3	16	—	1
Henrique Santillo	3	1	2	9	—	—
Hugo Ramos	2	—	21	1	—	15
Humberto Lucena	28	—	19	13	—	2
Itamar Franco	27	4	1	29	—	1
Jaison Barreto	—	—	3	—	—	—
Jarbas Passarinho	—	—	2	—	—	—
João Calmon	5	—	42	—	—	—
João Lúcio	—	—	—	—	—	—
Jorge Kalume	4	—	—	3	—	—
José Caixeta	—	—	27	—	—	—
José Fragelli	—	—	32	1	—	—
José Guiomard	—	—	—	—	—	—
José Lins	—	—	41	72	—	4
José Richa	5	—	14	—	—	—
José Sarney	—	—	21	3	—	—
Jutahy Magalhães	4	—	4	1	—	—
Laélia de Alcântara	1	—	4	1	—	—
Lázaro Barboza	7	—	12	1	—	—
Leite Chaves	3	—	2	—	—	—
Lenoir Vargas	2	—	40	2	—	—
Lomanto Júnior	—	—	30	—	—	1
Lourival Baptista	1	1	11	19	—	—
Luiz Cavalcante	1	—	10	—	—	—
Luiz Fernando Freire	4	—	6	1	—	—
Luiz Viana	3	—	—	7	—	—
Marcos Freire	1	—	7	7	—	—
Maria Syrlei	—	—	—	—	—	—
Martins Filho	—	—	20	—	—	—
Maurício Leite	—	—	—	—	—	—
Mauro Benevides	3	—	14	10	—	—
Mendes Canale	1	1	12	3	—	—
Milton Cabral	—	—	3	1	—	—
Moacyr Dalla	—	—	85	10	—	—
Murilo Badaró	—	—	88	6	—	1
Nelson Carneiro	64	—	23	4	—	4
Nilo Ccelho	—	—	—	16	—	2
Octávio Cardoso	—	—	—	—	—	—
Orestes Quércia	65	1	33	13	1	—
Passos Pôrto	3	—	5	6	—	—
Paulo Brossard	5	—	1	3	—	—
Pedro Simon	7	—	19	1	—	—
Raimundo Parente	7	—	109	10	—	1
Roberto Saturnino	9	—	7	2	—	—
Saldanha Derzi	—	—	56	1	—	1
Tancredo Neves	—	—	55	1	—	—
Tarso Dutra	—	—	8	1	—	—
Teotônio Vilela	—	—	1	—	—	—
Valdon Varjão	5	—	2	—	—	—
Vicente Vuolo	—	—	9	—	—	1

## D.5 — MATÉRIA LEGISLATIVA

### D.5.1 — PROJETOS DE LEI DO SENADO

#### a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
054/62	Afrânio Lages	Dá nova redação aos arts. 358 e 1.605 do Código Civil.	Em tramitação
078/68	Josapht Marinho (Vide PLS 12/69)	Proíbe a dispensa do empregado que haja reclamado, ou dado motivo a reclamação, administrativa ou judicial.	Em tramitação
012/69	Vasconcelos Torres (Tramita em conjunto com o PLS 78/68)	Modifica o art. 142 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT).	Em tramitação
028/70	Ruy Carneiro Sobrestado	Cria o Serviço Nacional Obrigatório.	Em tramitação
057/71	Benedito Ferreira (Vide PLS 59/71)	Regula a propaganda comercial dos produtos industrializados do fumo.	Em tramitação
059/71	José Lindoso (Tramita em conjunto com o PLS 57 e 78/71; 24/75; 4/76 e PLC 49/80)	Disciplina a venda de cigarros a menores, limita a publicidade sobre o fumo, torna obrigatório nos invólucros dos produtos de fumo o dístico: CUIDADO! PREJUDICIAL A SAÚDE, e dá outras providências.	Em tramitação
078/71	Osires Teixeira (Vide PLS 59/71)	Dispõe sobre a propaganda de fumo e de bebidas alcoólicas.	Em tramitação
084/74	Nelson Carneiro Vide PLS 221/75 e 30/78)	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
012/75	Franco Montoro (Tramita em conjunto com os PLS 3, 39 e 52/79)	Modifica a estrutura e o funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, criado pela Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964 e modificado pela Lei nº 5.763, de 15 de dezembro de 1971.	Em tramitação
024/75	Vasconcelos Torres (Vide PLS 59/71)	Determina que os maços de cigarros tragam impressos na parte externa, sua fórmula de composição.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
046/75	Adalberto Sena Sobrestado	Proíbe o uso dos passeios públicos do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
058/75	Vasconcelos Torres	Regulamenta a profissão de sociólogo, e dá outras providências.	Prejudicado
154/75	Luiz Cavalcante Complementar	Altera as Leis Complementares nºs 7, de 7 de setembro de 1970; e 8, de 3 de dezembro de 1970; com as alterações estabelecidas pelas Leis Complementares nºs 17, de 12 de dezembro de 1973; e 19, de 25 de junho de 1974; cria o Banco Nacional do Trabalhador (BNT), e dá outras providências.	Em tramitação
212/75	Orestes Quércia	Regulamenta a profissão de desenhista gráfico, e dá outras providências.	Em tramitação
220/75	Paulo Guerra	Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, que instituiu o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária.	Em tramitação
221/75	Orestes Quércia	Estabelece a remuneração mínima obrigatória para os motoristas profissionais, fixa-lhes a jornada de trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
004/76	Orestes Quércia (Vide PLS 59/71)	Torna obrigatória a inscrição do dístico que especifica nas embalagens de cigarros e demais derivados do fumo, e dá outras providências.	Em tramitação
023/76	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 391 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) acrescenta parágrafo ao citado artigo, passando a ser 2º o parágrafo único.	Rejeitado
087/76	Nelson Carneiro	Dispõe sobre estabelecimentos que lidam com sangue humano e seus derivados, e dá outras providências.	Em tramitação
155/76	Marcos Freire	Determina a revisão trimestral do salário mínimo, e dá outras providências.	Em tramitação
156/76	Lázaro Barboza	Dá nova redação ao art. 492 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado (art. 278 do RI)
181/76	Marcos Freire Vide PLS 168/80	Dispõe sobre a uniformização do salário mínimo em todo o país.	Em tramitação
276/76	Nelson Carneiro Sobrestado	Introduz modificação na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.	Em tramitação
056/77	Otto Lehmann (Vide PLS 62/77)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	Em tramitação
062/77	Mauro Benevides (Tramita em conjunto com o PLS 56/77)	Dispõe sobre a contagem em favor dos segurados do INPS do tempo de serviço público estadual e municipal.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
094/77	Ruy Carneiro	Altera a redação dos arts. 791, 839 e 840 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
120/77	Otto Lehmann	Estabelece normas reguladoras do trabalho avulso no meio rural, e dá outras providências.	Em tramitação
147/77	Jarbas Passarinho	Dispõe sobre a realização de seguros de órgãos do Poder Público, e dá outras providências.	Em tramitação
153/77	Milton Cabral	Proíbe a captação antecipada de poupança popular, mediante promessa de contraprestação em bens, direitos ou serviços de qualquer natureza.	Em tramitação
173/77	Orestes Quércia	Acrescenta item V ao art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (art. 278 do RI)
176/77	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 5º da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961.	Em tramitação
183/77	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta § 2º, ao art. 2º, da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Em tramitação
243/77	Italívio Coelho	Dispõe sobre a hora legal para todo o Território da República Federativa do Brasil.	Em tramitação
269/77	Osires Teixeira Complementar	Acrescenta parágrafo ao art. 5º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968.	Em tramitação
278/77	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a revisão do salário mínimo semestralmente, com base nos índices do custo de vida em cada região.	Em tramitação
280/77	José Sarney (Tramita conjunto com o PLS 233/79)	Institui o voto distrital e dá outras providências.	Em tramitação
293/77	Franco Montoro Complementar	Amplia o conceito de trabalhador rural para efeitos previdenciários.	Em tramitação
305/77	Itamar Franco Complementar	Dá nova redação aos §§ 2º, 3º, 4º e 5º, e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional.	Em tramitação
024/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 227 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	Em tramitação
030/78	Vasconcelos Torres Vide PLS 221/75	Fixa em 6 (seis) horas a jornada de trabalho dos motoristas de ônibus e dá outras providências.	Em tramitação
050/78	Cunha Lima	Acrescenta parágrafo ao art. 4º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	Rejeitado
057/78	Orestes Quércia	Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
070/78	Franco Montoro	Consolida a legislação vigente, instituindo a nova Lei Orgânica da Previdência Social Urbana.	Em tramitação
083/78	Mauro Benevides	Estabelece a obrigatoriedade de revisão semestral dos níveis de salário mínimo e dá outras providências.	Em tramitação
087/78	Orestes Quércia	Dispõe sobre a preservação da fauna fluvial, pelas empresas concessionárias de energia elétrica, e dá outras providências.	Em tramitação
105/78	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 18 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Em tramitação
107/78	Itamar Franco	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e estabelece critério para agregar ao salário mínimo o aumento da produtividade da economia nacional.	Em tramitação
128/78	Vasconcelos Torres Complementar (tramita em conjunto com os PLS 153, 159, 252 e 330/78; 50 e 152/79)	Determina que o pagamento do PIS-PASEP seja efetuado através de cheques bancários.	Em tramitação
140/78	Orestes Quércia (Vide PLS 149/80)	Introduz alteração na Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para o fim de assegurar direito de indenização ao empregado doméstico despedido sem justa causa.	Em tramitação
153/78	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para o custeio do curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
159/78	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Dispõe sobre a obtenção de empréstimo simples pelos servidores públicos, dos recursos gerados pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).	Em tramitação
194/78	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
197/78	Orestes Quércia (Tramita em conjunto com o PLS 150/80)	Acrescenta §§ 1º e 2º ao art. 523, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
198/78	Orestes Quércia	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
200/78	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Em tramitação
207/78	Orestes Quércia	Acrescenta item IV ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
208/78	Orestes Quércia	Modifica a redação do parágrafo 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
228/78	Franco Montoro	Dispõe sobre o salário mínimo profissional dos Advogados em regime de relação de emprego.	Em tramitação
234/78	Orestes Quércia	Acrescenta os parágrafos 5º e 6º ao art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
252/78	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que dispõe sobre o PIS-PASEP, para o fim de autorizar a concessão de empréstimos simples aos participantes do Fundo.	Em tramitação
285/78	Franco Montoro	Altera a destinação de Taxa Judiciária, em favor da construção do edifício-sede da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Distrito Federal.	Em tramitação
296/78	Orestes Quércia	Altera a redação da alínea a, do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.	Em tramitação
297/78	Orestes Quércia	Altera a redação do <b>caput</b> do art. 9º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS, e dá outras providências.	Em tramitação
298/78	Orestes Quércia	Modifica a redação do art. 3º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de natal para os trabalhadores.	Rejeitado
299/78	Orestes Quércia (Tramita em conjunto com o PLS 21/79)	Altera a redação do art. 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
303/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 472 e seu parágrafo primeiro do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
320/78	Orestes Quércia	Dispõe sobre a remuneração mínima dos vigilantes que militam em instituições bancárias e congêneres e dá outras providências.	Em tramitação
325/78	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 491 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
330/78	Franco Montoro Complementar (Vide PLS 128/78)	Estabelece a participação de representantes dos trabalhadores e dos funcionários da administração do PIS-PASEP. Dispõe sobre a descentralização do PIS-PASEP e sua administração nos municípios. Determina que os recursos do PIS-PASEP serão aplicados preferencial-	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		mente no financiamento da produção de alimentos, vestuário, habitação e outros bens de uso ou consumo popular.	
331/78	Orestes Quércia	Acrescenta item ao art. 8º da Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
338/78	Murilo Paraíso	Institui a correção monetária nos débitos de obras contratadas pelos órgãos da administração direta e indireta, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não pagas 30 (trinta) dias após o respectivo faturamento.	Em tramitação
339/78	Murilo Paraíso	Dispõe sobre a extinção da enfiteuse de bens públicos e particulares, e dá outras providências.	Em tramitação
340/78	Accioly Filho	Dispõe sobre aplicação de regras processuais, e dá outras providências.	Em tramitação
345/78	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafos ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
346/78	Accioly Filho	Dispõe sobre alterações no Código de Processo Civil.	Em tramitação
348/78	Accioly Filho	Dispõe sobre as Ações Renovatórias de locação.	Em tramitação
350/78	Accioly Filho	Dispõe sobre o mandado de segurança.	Em tramitação
351/78	Accioly Filho	Dispõe sobre recursos nos processos de falência.	Em tramitação
352/78	Accioly Filho	Dispõe sobre a ação de alimentos.	Em tramitação
354/78	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 474, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
003/79	Nelson Carneiro (Vide PLS 12/75)	Regulamenta o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e dá outras providências.	Em tramitação
007/79	Nelson Carneiro	Restabelece, pelo prazo que especifica, o exercício da faculdade prevista no Decreto-lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
013/79	Mauro Benevides	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para o comerciário, na forma que especifica.	Em tramitação
014/79	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, os Decretos-leis nºs 672 e 1.273, respectivamente, de 3 de julho de 1969 e 29 de maio de 1973, e dá outras providências.	Em tramitação
015/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão do salário-família aos trabalhadores temporários, de que trata a Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
018/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a aquisição de imóveis funcionais por seus ocupantes, e dá outras providências.	Em tramitação
021/79	Nelson Carneiro (Tram. conj. PLS 299/78)	Acrescenta parágrafo único ao artigo 37 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Em tramitação
026/79	Orestes Quércia (Sobrestado)	Acrescenta parágrafos ao art. 517 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
027/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a jornada de trabalho do motorista condutor de veículos utilizados no transporte municipal, intermunicipal, interestadual e internacional de passageiros, fixa-lhe o salário profissional, e determina outras providências.	Em tramitação
028/79	Franco Montoro	Promove reajustamento de benefícios previdenciários, restaura proporcionalidade entre tetos para contribuição, e dá outras providências.	Em tramitação
029/79	Franco Montoro	Assegura ao empregado que, após completar o tempo para aposentadoria, continuar em atividade, o pagamento de pecúlio correspondente à soma das contribuições pagas após o cumprimento do prazo.	Em tramitação
030/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a prioridade a ser concedida, pela Caixa Econômica Federal, no financiamento de unidade habitacional aos que hajam tido sua moradia desapropriada, e determina outras providências.	Em tramitação
032/79	Franco Montoro	Assegura ao empregado despedido indenização integral pelo tempo de serviço.	Em tramitação
039/79	Humberto Lucena (Vide PLS 12/75)	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).	Em tramitação
042/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas comprovarem regularidade com o FGTS, para os fins que especifica.	Em tramitação
043/79	Franco Montoro	Assegura aos assalariados a contagem do tempo de serviço prestado no meio rural.	Em tramitação
044/79	Orestes Quércia	Assegura ao Trabalhador o período regular de férias, ainda quando afastado em razão de acidente de trabalho, alterando o art. 133 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
045/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).	Em tramitação
049/79	Orestes Quércia	Eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o art. 6º da Lei do Fundo de	Rejeitado

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		Garantia do Tempo de Serviço — Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — e determina outras providências.	
050/79	Nelson Carneiro Complementar (Vide PLS 128/78)	Introduz alterações na Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público . . . . (PASEP).	Em tramitação
051/79	Pedro Simon	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, no Título referente à organização sindical, para o fim de compatibilizar os seus dispositivos com os preceitos constitucionais de liberdade de associação profissional e de convicção religiosa, política ou filosófica.	Em tramitação
052/79	Henrique Santillo (Vide PLS 12/75)	Altera a Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964.	Em tramitação
053/79	Nelson Carneiro	Acrescenta e altera dispositivo na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário para os maiores de setenta anos e para os inválidos.	Em tramitação
054/79	Orestes Quércia (Tramit. conjunta com os PLS 59 e 63/79)	Altera dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".	Em tramitação
055/79	Franco Montoro	Concede anistia a empregados regidos pela CLT e dispensados com fundamento no Ato Institucional de 1964.	Em tramitação
056/79	Henrique Santillo Complementar	Cria a Região Metropolitana de Goiânia — GO, na forma do artigo 164 da Constituição Federal.	Em tramitação
057/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as sociedades de economia mista e empresas públicas manterem o controle das respectivas subsidiárias, nas condições que especifica.	Em tramitação
059/79	Orestes Quércia (Vide PLS 54/79)	Modifica dispositivo da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu julgamento, e dá outras providências".	Em tramitação
063/79	Orestes Quércia (Vide PLS 54/79)	Introduz alteração na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a Segurança Nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".	Em tramitação
068/79	Franco Montoro	Eleva para 100% (cem por cento) do FGTS depositado, a importância que a empresa deverá pagar ao empregado, no caso de despedida sem justa causa.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
070/79	Nelson Carneiro	Altera a redação do artigo 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União).	Em tramitação
074/79	Nelson Carneiro (Sobrestado)	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de substituir a forma mensal de pagamento de salários pela forma quinzenal.	Em tramitação
075/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a transmissão, por emissoras de rádio e televisão vinculadas à União, de programas de debates sobre problemas brasileiros.	Em tramitação
080/79	Franco Montoro	Estabelece que as emissoras de televisão e rádio promoverão programas de debates sobre problemas nacionais, estaduais ou municipais, destinados à educação política da população.	Em tramitação
081/79	Nelson Carneiro	Concede prazo para purgação da mora nos aforamentos de terrenos pertencentes à União.	Em tramitação
082/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a distribuição da Taxa Rodoviária Única a que se refere o Decreto-lei nº 1.691, de 2 de agosto de 1979.	A Câmara
085/79	Agenor Maria	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva.	Em tramitação
093/79	Franco Montoro	Reabre o prazo para que segurados do INPS promovam a retificação de seu enquadramento.	Em tramitação
094/79	Franco Montoro	Estabelece que a sentença normativa da Justiça do Trabalho fixará, também, um piso salarial ou limite mínimo de remuneração para a categoria profissional, e dá outras providências.	Em tramitação
099/79	Humberto Lucena	Estabelece a obrigatoriedade de correção monetária dos preços mínimos dos produtos agropecuários e das atividades extrativas.	Em tramitação
100/79	Franco Montoro	Concede aposentadoria especial aos artistas e aos técnicos em espetáculos de diversões.	Em tramitação
101/79	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Rejeitado
105/79	Amaral Furlan	Define conseqüências do concubinato.	Em tramitação
109/79	Orestes Quércia	Altera a redação do <b>caput</b> do art. 4º da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
110/79	Orestes Quércia	Fixa o valor da pensão especial concedida pela Lei nº 4.656, de 2 de junho de 1965 e estendida pelo Decreto-lei nº 940, de 13 de outubro de 1969, e dá outras providências.	Em tramitação
113/79	Franco Montoro	Assegura direitos dos empregados no caso de falência ou concordata da empresa.	Em tramitação
117/79	Jorge Kalume	Dispõe sobre a aplicação como incentivo fiscal, na área da SUDAM, da totalidade do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas domiciliadas na Amazônia Legal, e dá outras providências.	Em tramitação
121/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a concessão do abono de permanência em serviço às mulheres seguradas do INPS a partir de 25 anos de atividade, dando nova redação ao § 4º do artigo 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
122/79	Orestes Quércia	Altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 3.207, de 18 de julho de 1957, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes e praticas.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
128/79	Marcos Freire	Altera a redação do Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967, anexa à CLT, tornando obrigatória a notificação das doenças profissionais e das produzidas por condições especiais de trabalho também ao Sindicato respectivo, ao qual pertença o trabalhador atingido.	Em tramitação
131/79	Orestes Quércia (Tramit. conjunta com os PLS 45/81 e 6/81)	Acrescenta parágrafo ao art. 457, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
132/79	Amaral Furlan	Autoriza o INAMPS a realizar convênio com as entidades sindicais que prestam assistência médico-dentária a seus associados e dependentes.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
135/79	Agenor Maria	Estabelece critério para a majoração das tarifas dos serviços públicos que específica, e dá outras providências.	Em tramitação
137/79	Adalberto Sena	Altera o art. 3º da Lei nº 6.045, de 15 de maio de 1974, acrescentando-lhe o item que indica.	Em tramitação
141/79	Orestes Quércia Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, que "estabelece critério e limites para a fixação da remuneração dos Vereadores".	Em tramitação
143/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o salário profissional dos Técnicos de Enfermagem.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
144/79	Franco Montoro	Eleva o valor de benefícios mínimos a cargo do INPS, dando nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
145/79	Itamar Franco	Dispõe sobre a localização, no território nacional, de usina que opere com reator nuclear e dá outras providências.	Em tramitação
148/79	Nelson Carneiro	Acrescenta § 2º ao art. 5º, da Lei número 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico.	Em tramitação
149/79	Pedro Simon	Altera os arts. 76 e 81 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
150/79	Franco Montoro	Permite aos empregados a utilização da conta vinculada do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para a construção da casa própria.	Em tramitação
152/79	Franco Montoro (Vide PLS 128/78) Complementar	Permite aos assalariados a utilização do PIS-PASEP para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação
155/79	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.	Em tramitação
156/79	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com o PLS 304/80)	Institui o seguro-desemprego e determina outras providências.	Em tramitação
157/79	Franco Montoro	Dispõe sobre amparo ao trabalhador desempregado, garantindo-lhe o direito de auxílio doença e à aposentadoria por invalidez.	Em tramitação
160/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre amparo ao trabalhador aposentado que retorna ao trabalho.	A Câmara
165/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o direito à visita mensal do agrônomo e do veterinário do Ministério da Agricultura, pelas propriedades agrícolas cadastradas no órgão.	Em tramitação
169/79	Franco Montoro	Determina a revisão semestral do salário mínimo, sempre que se verificar, no período, elevação de custo de vida superior a 10%, alterando o art. 116 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
170/79	Pedro Simon	Altera as Leis de nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 e nº 4.390, de 29 de agosto de 1964 e a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplinam a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
172/79	Jaison Barreto	Institui o Seguro-Saúde Estatal Universal e Compulsório e dá outras providências.	Em tramitação
178/79	Bernardino Viana	Acrescenta parágrafos ao art. 5º, do Decreto-lei nº 366, de 19 de dezembro de 1968 e dá outras providências.	Em tramitação
180/79	Passos Pôrto	Institui diretrizes básicas para o desenvolvimento econômico, social, especial e administrativo de Brasília.	Em tramitação
182/79	Agenor Maria	Altera a redação dos §§ 5º e 6º, do art. 127, do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
183/79	Nelson Carneiro	Altera a redação de dispositivos dos Decretos-leis nºs 7.661, de 21 de junho de 1945 e 75, de 21 de novembro de 1966, para o efeito de compatibilizar a legislação que cuida da incidência de juros e correção monetária com a que regula os débitos de natureza trabalhista.	Em tramitação
186/79	Nelson Carneiro	Institui o salário mínimo profissional do Técnico de Contabilidade de 2º grau e dá outras providências.	Em tramitação
188/79	Orestes Quércia	Acrescentando dispositivo à Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
189/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a transferência da matrícula de universitários servidores públicos estaduais, na forma que especifica.	Em tramitação
191/79	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o parcelamento dos prêmios anuais de seguros de ramos elementares.	Em tramitação
193/79	Franco Montoro	Atribui à Federal de Seguros S. A., integrante do sistema financeiro da Previdência Social, a realização, com exclusividade, do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.	Em tramitação
195/79	Franco Montoro	Veda o exercício de cargos de direção e assessoramento em empresas transnacionais a ex-ocupantes de cargos executivos na administração pública.	Em tramitação
196/79	Franco Montoro Complementar	Dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971.	Em tramitação
198/79	Nelson Carneiro	Disciplina o exercício da profissão de detetive particular.	Em tramitação
200/79	Franco Montoro	Dispõe sobre medidas de combate à poluição de águas fluviais, determinando que as indústrias somente poderão efetuar despejos a montante da respectiva captação.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
202/79	Franco Montoro	Revoga o art. 19 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), para proibir a derrubada de florestas heterogêneas, ainda que para transformá-las em homogêneas.	Em tramitação
204/79	Agenor Maria	Acrescenta § 2º ao art. 30 da Lei número 4.242, de 17 de julho de 1963.	Em tramitação
207/79	Jorge Kalume	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura através do Conselho Federal de Educação a incluir, nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e Superior, estudo sobre as vidas do Coronel José Plácido de Castro e do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes.	À Câmara
211/79	Orestes Quércia	Altera dispositivo do Decreto-lei número 389, de 26 de dezembro de 1968, para o fim de estabelecer novo critério de início dos efeitos pecuniários decorrentes de trabalho insalubre ou perigoso.	Em tramitação
213/79	Franco Montoro	Dá nova redação ao § 3º do art. 670, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativamente à indicação de advogados para juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho.	Em tramitação
215/79	Nelson Carneiro	Estabelece critério para a concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores e dá outras providências.	Em tramitação
216/79	Franco Montoro	Institui o auxílio-complementar devido aos segurados que, submetidos a processo de reabilitação profissional, só possam exercer atividade diversa da exercida anteriormente.	Em tramitação
219/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao <b>caput</b> do art. 15, do Decreto-lei nº 1.642, de 7 de dezembro de 1978, que alterou a legislação do imposto de renda das pessoas físicas.	À Câmara
220/79	Orestes Quércia	Faculta aos sindicalizados serem eleitos para cargos administrativos ou de representação econômica ou profissional, revogando incisos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
221/79	Franco Montoro	Elimina desigualdade de tratamento ao trabalhador rural, que ingressa no regime do INPS, acrescentando <b>parágrafo</b> ao art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Em tramitação
223/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional e estabelece critério para a distribuição de recursos da União aos Estados e Territórios.	Em tramitação
224/79	Mauro Benevides (Tramita em conjunto com o PLS 218/80)	Altera a redação do art. 5º, da Lei número 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que instituiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
225/79	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre transferência de empregado estudante.	Em tramitação
227/79	Orestes Quércia	Dispõe a respeito do adicional de 50% pago por horas extras que excederem de 8 por semana ou 24 por mês, aditando parágrafos ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho — Decreto-lei número 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
228/79	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o FGTS.	Em tramitação
229/79	Franco Montoro Complementar	Institui o auxílio-doença em favor do trabalhador rural e dá outras providências.	Em tramitação
233/79	Tarso Dutra (Vide PLS 280/77)	Institui o Sistema eleitoral misto e dá outras providências.	Em tramitação
238/79	Franco Montoro Sobrestado	Determina o reajuste automático dos salários sempre que a inflação atingir 10%.	Em tramitação
241/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre garantias básicas aos produtores de café.	Em tramitação
243/79	Orestes Quércia (Tramita em conjunto com o PLC 20/80 e PLS 46/80)	Autoriza o saque dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, para pagamento de anuidades escolares e dá outras providências.	Em tramitação
246/79	Aloysio Chaves	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências.	À Câmara
248/79	Itamar Franco	Regulamenta o exercício da profissão de "maitre" e garçon e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
253/79	Franco Montoro	Regula a transferência de empregado regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
256/79	Orestes Quércia	Modifica e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
262/79	Humberto Lucena	Estabelece condições para a transferência do controle do capital de empresas nacionais para pessoas jurídicas estrangeiras.	Em tramitação
263/79	Orestes Quércia	Altera dispositivos da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, de modo a estender ao empregado doméstico a legislação acidentária do trabalho.	Em tramitação
264/79	Franco Montoro	Dispõe sobre a reintegração dos dirigentes e representantes sindicais beneficiados pela anistia.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
271/79	Lázaro Barboza	Dá nova redação ao <b>caput</b> do art. 3º da Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972, que cria o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAM) e dá outras providências.	Em tramitação
277/79	Nelson Carneiro	Determina prazo máximo para a instalação de telefones adquiridos através de financiamento e dá outras providências.	Em tramitação
279/79	Nelson Carneiro	Inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de sexo e de estado civil.	Em tramitação
280/79	Franco Montoro (Tram. conj. com o PLS 342/79)	Dispõe sobre o exercício da profissão de Ortopista e dá outras providências.	Em tramitação
284/79	Franco Montoro	Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, determinando que, em caso de morte, a conta vinculada em nome do empregado passará para sua família na forma da lei civil.	Em tramitação
285/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação de dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Em tramitação
286/79	Franco Montoro	Assegura aposentadoria com salário integral à mulher segurada do INPS.	Em tramitação
288/79	Itamar Franco	Fixa critérios para a participação acionária de entidades da administração pública no capital social de empresas de direito privado e dá outras providências.	Em tramitação
289/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre o instituto de retrocessão e dá outras providências.	Em tramitação
291/79	Nelson Carneiro	Institui salário adicional para os trabalhadores que exercem atividade em contato permanente com energia elétrica, em condições de periculosidade.	Em tramitação
292/79	Franco Montoro (Tram. conj. com O PLS 105/80)	Assegura o pagamento do salário-família a todos os aposentados pelo sistema geral da Previdência Social.	Em tramitação
298/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a profissão de carpinteiro naval da Marinha Mercante.	Em tramitação
301/79	Amaral Furlan	Dispõe sobre o prazo de mandato do dirigente sindical.	Em tramitação
302/79	Humberto Lucena	Revoga o art. 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Em tramitação
303/79-DF	P. Executivo	Institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.945, de 14-9-81
304/79	Henrique Santillo	Dispõe sobre a comercialização dos produtos derivados de petróleo no território nacional.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
307/79	Franco Montoro	Estabelece que quando o empregador deixar de depositar o FGTS o empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização.	Em tramitação
309/79	Gabriel Hermes	Dispõe sobre o exercício da auditoria contábil e dá outras providências.	Em tramitação
311/79	Franco Montoro	Elimina do Código Eleitoral injustificada discriminação contra o hanseniano.	Em tramitação
315/79	Franco Montoro	Dá nova redação ao art. 144 da Lei Orgânica da Previdência Social, estabelecendo a prescrição quinquenal da dívida ativa do INPS.	Em tramitação
317/79	Franco Montoro	Permite ao segurado do INPS a designação de mais de uma pessoa que viva comprovadamente sob sua dependência econômica, dando nova redação ao item II do art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
318/79	Franco Montoro (Tram. conj. com os PLS nºs 30 e 130/80)	Considera dependentes do segurado para obtenção de assistência médica, os filhos estudantes, sem economia própria, até 24 anos de idade, acrescentando parágrafo ao art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
324/79	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar certos direitos trabalhistas ao empregado cujo contrato é rescindido com culpa recíproca.	Em tramitação
325/79	Franco Montoro	Dispõe sobre representação contra lei ou ato normativo inconstitucional dirigida ao Procurador-Geral da República, alterando o art. 2º da Lei nº 4.337, de 1º de junho de 1964.	Em tramitação
328/79	Franco Montoro	Estende aos servidores públicos sujeitos ao regime trabalhista as condições estabelecidas em sentenças normativas ou contratos coletivos de trabalho.	Em tramitação
331/79	Nelson Carneiro (Tram. conj. com o PLC 82/79)	Inclui o marido como dependente da segurada.	Em tramitação
332/79	Humberto Lucena	Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas.	Em tramitação
333/79	Nelson Carneiro	Altera a redação do § 3º do art. 543, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	A Câmara
336/79	Passos Pôrto	Altera o § 4º do art. 27 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.	Em tramitação
337/79	Franco Montoro	Assegura aos sindicatos o direito de instituir delegacias ou nomear delegados de empresas, em suas bases territoriais.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
338/79	Franco Montoro	Coíbe abusos do poder econômico, proibindo que as empresas fabricantes ou montadoras organizem grupos de consórcios para a venda dos produtos de sua fabricação.	Em tramitação
339/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 6º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
340/79	Nelson Carneiro	Fixa o salário-profissional do Vigilante Bancário, e o tempo das jornadas de trabalho, diurna e noturna, e determina outras providências.	Em tramitação
342/79	Lomanto Júnior (Vide PLS 280/79)	Regulamenta a profissão de Ortoptista e dá outras providências.	Em tramitação
343/79	Franco Montoro	Dispõe sobre retificação de correção salarial quando ocorrerem erros no cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em tramitação
346/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 505 do vigente Código Civil (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916).	Em tramitação
347/79	Leite Chaves	Extingue o confisco sobre o café.	Em tramitação
349/79	Nelson Carneiro (Tram. conj. com os PLS 331/79 e PLC 82/79)	Dá direito ao marido de segurada à assistência médica.	Em tramitação
350/79	Orestes Quércia (Tram. conj. com o PLC 15/76)	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
351/79	Roberto Saturnino	Dispõe sobre a especialização de Engenheiros e Arquitetos em Engenharia de Segurança do Trabalho, a profissão de Técnico de Segurança do Trabalho e dá outras providências.	A Câmara
352/79	Orestes Quércia	Altera o art. 92 do Código Eleitoral, que dispõe sobre o número de candidatos nas eleições proporcionais.	Em tramitação
353/79	Franco Montoro	Assegura a continuidade do pagamento de benefício, pelo INPS, até que haja revisão do mesmo pela Junta de Recursos da Previdência Social.	Em tramitação
355/79	Franco Montoro	Concede auxílio-funeral aos inválidos e aos maiores de 70 anos abrangidos pela Lei nº 6.187, de 11 de dezembro de 1974.	Em tramitação
356/79	Orestes Quércia	Considera tempo efetivo o afastamento do trabalho, por sete dias, no casamento e em caso de morte dos parentes que menciona, alterando o art. 473 da CLT.	Em tramitação
357/79	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitério.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
359/79	Franco Montoro	Determina a fixação obrigatória de critérios objetivos para a realização de despesas com publicidade e divulgação efetuadas pela Empresa Brasileira de Notícias.	Em tramitação
361/79	Nelson Carneiro	Institui pensão mensal para os menores com deficiência física ou mental, a ser paga pelo INPS.	Em tramitação
362/79	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 6.718, de 12 de novembro de 1979.	Em tramitação
364/79	Lomanto Júnior	Institui o "Dia Nacional do Psicólogo".	A Câmara
365/79	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao Título II do Livro I do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) e dá outras providências.	Em tramitação
366/79	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o término dos contratos de trabalho por tempo indeterminado e dá outras providências.	Em tramitação
367/79	Nelson Carneiro	Modifica a redação do art. 10 do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.	Em tramitação
368/79	Nelson Carneiro (Tram. conj. com os PLS nºs 155 e 186/80)	Eleva o valor do salário-família do trabalhador e dá outras providências.	Em tramitação
371/79	Humberto Lucena	Regula o pagamento do laudêmio incidente nas transmissões financeiras pelo Sistema Financeiro da Habitação.	Rejeitado
372/79	Franco Montoro	Concede abono anual aos idosos e inválidos.	Em tramitação
373/79	Franco Montoro	Estabelece que o juiz, antes do recebimento da queixa ou denúncia, assegurará ao acusado sua defesa preliminar.	Em tramitação
374/79	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre consulta prévia às populações de municípios compreendidos em áreas de localização ou construção de instalações nucleares.	Em tramitação
002/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a escolha e a nomeação dos dirigentes das fundações de Ensino Superior.	Em tramitação
005/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, que restabelece, para as categorias profissionais que menciona o direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, nas condições anteriores.	A Câmara
006/80	Agenor Maria	Regulamenta, junto ao Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC, a nova situação jurídica de seus atuais contribuintes facultativos, advinda das Leis	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		n <sup>os</sup> 6.497/77 e 6.677/79, combinadas com o art. 41, alínea a, do Regimento Básico do IPC.	
007/80	Franco Montoro	Determina que também o salário mínimo será corrigido semestralmente.	Em tramitação
008/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao item I do art. 69 da Lei Orgânica da Previdência Social e ao § 4º do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
009/80	Paulo Brossard	Revoga a Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, regulamentada pelo Decreto nº 63.788, de 12 de dezembro de 1968.	Em tramitação
011/80	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que reclama, durante o prazo de tramitação da reclamatória.	Em tramitação
013/80	Itamar Franco	Estabelece abatimento nos preços de derivados de petróleo, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos.	Em tramitação
015/80	Nelson Carneiro	Revoga o artigo 2º da Lei nº 6.243, de 24 de setembro de 1975.	Em tramitação
016/80	Murilo Badaró	Permite às empresas contarem em dobro as despesas tributáveis efetuadas com o emprego de estudantes universitários.	Em tramitação
017/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
018/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a aposentadoria especial do Músico.	Em tramitação
019/80	Nelson Carneiro	Determina que as instituições de ensino superior vinculadas à União mantenham cursos noturnos.	Em tramitação
020/80	Orestes Quércia	Revoga a legislação que declarou municípios brasileiros como áreas de interesse da segurança nacional.	Em tramitação
021/80	Lázaro Barboza (Tram. conj. com o PLC 25/80)	Dispõe sobre os depósitos feitos por brasileiros em estabelecimentos bancários no exterior, em contas numeradas ou secretas.	Em tramitação
022/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
023/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a instituição do seguro obrigatório que especifica, pelos hotéis classificados com três ou mais estrelas.	Em tramitação
024/80	Franco Montoro	Estabelece que a ordem de preferência para a concessão da pensão civil será também aplicada na pensão militar.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
025/80	Mendes Canale	Regula a convocação de suplente para o exercício de mandato eletivo decorrente das eleições de 15 de novembro de 1978 e dá outras providências.	Em tramitação
027/80	Aderbal Jurema	Autoriza o Poder Executivo a criar a Revista do Serviço Público-Editora, vinculada ao Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP — e dá outras providências.	Em tramitação
029/80	Gastão Müller	Obriga a identificação numérica de motores pelas fábricas produtoras de veículos automotores e dá outras providências.	À Câmara
030/80	Nelson Carneiro (Tram. conj. com os PLS 318/79 e 130/80)	Modifica a redação do item I do artigo 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Em tramitação
032/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre preferência a posseiros na alienação de terras da União.	À Câmara
034/80	Nelson Carneiro	Resguarda direitos adquiridos por funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quanto à percepção de adicionais por quinquênios, antes da vigência da Lei nº 5.903, de 9 de julho de 1973.	Em tramitação
035/80	Passos Porto	Estabelece normas de proteção à empresa privada nacional produtora de bens de capital e de serviços de engenharia.	À Câmara
038/80	Paulo Brossard	Acrescenta parágrafos ao art. 134 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 — Código Civil.	À Câmara Lei nº 6.952, de 6-11-81
040/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remessa de documentos complementares dos contratos, convenções e atos internacionais do Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
042/80	Nelson Carneiro	Modifica e acrescenta dispositivos no art. 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de aperfeiçoar o texto concernente à conceituação de categoria profissional diferenciada.	Em tramitação
044/80	Lázaro Barboza	Dá nova redação aos artigos 5º e 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o Mercado de Valores Mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.	Em tramitação
045/80	Nelson Carneiro	Institui o salário profissional, e determina outras providências.	Em tramitação
046/80	Franco Montoro (Tram. conj. com o PLC 20/80)	Permite aos assalariados a utilização do FGTS para o custeio de curso superior feito pelo próprio interessado ou por seus dependentes.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
047/80	Gastão Müller	Acrescenta dispositivo ao art. 483 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e dá outras providências.	Em tramitação
048/80	Franco Montoro	Estabelece que os benefícios do INPS serão reajustados na mesma proporção do reajustamento do salário mínimo.	Em tramitação
050/80	Milton Cabral	Altera o art. 126, § 2º, letras "d" e "f" do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.	Em tramitação
051/80	Henrique Santillo	Revoga o Decreto-lei nº 1.284, de 28 de agosto de 1973, que declarou o Município de Anápolis de interesse da Segurança Nacional, e dá outras providências.	Em tramitação
052/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de unificar o prazo do aviso prévio.	Em tramitação
053/80	Orestes Quércia (Tram. conj. com os PLS 56 e 85/80 e PLS 4 e 10/81)	Modifica a redação do artigo 165 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
054/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a não aplicação de ressalva constante do art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho, ao caso que especifica.	Em tramitação
055/80	Franco Montoro	Estabelece a garantia de emprego.	Em tramitação
056/80	Nelson Carneiro (Vide PLS 53/80)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de estabelecer garantias aos representantes classistas nas CIPAS.	Em tramitação
057/80	Orestes Quércia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, visando tornar livres as negociações salariais entre empregados e empregadores.	Em tramitação
058/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de ampliar as medidas legais de segurança e higiene do trabalho.	Em tramitação
059/80	Lázaro Barboza	Acrescenta alínea ao artigo 2º do Decreto-lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão de Educação e Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nos sistemas de ensino do País, e dá outras providências.	Em tramitação
061/80	Humberto Lucena	Altera o art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, que trata da concessão de férias proporcionais do trabalhador.	Em tramitação
063/80	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Lei número 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
064/80	Humberto Lucena	Altera a redação do § 3º do art. 9º da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que dispõe sobre a entrega da moradia pelo trabalhador em decorrência do desfazimento do contrato de trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
065/80	Amaral Furlan	Isenta da incidência do Imposto de Renda os rendimentos que especifica, auferidos pelos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.	Em tramitação
066/80	Amaral Furlan	Estabelece medidas sobre a concessão de financiamentos, pelo Sistema Financeiro de Habitação, aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.	Em tramitação
067/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a gratificação de Natal para os trabalhadores.	Em tramitação
070/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre coligação partidária e dá outras providências.	Rejeitado
071/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 33 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em tramitação
073/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 37 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em tramitação
074/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivos e introduz alterações na Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978, que "define os crimes contra a segurança nacional, estabelece a sistemática para o seu processo e julgamento, e dá outras providências".	Em tramitação
076/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a natureza jurídica dos contratos de serviço com cláusula de risco, a serem celebrados pela PETROBRÁS S.A., e dá outras providências.	Em tramitação
077/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o preenchimento de vagas em instituições credenciadas a executar programas de Residência Médica.	Em tramitação
078/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 38 da Lei nº 6.620 de 17 de dezembro de 1978.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
079/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre pagamento de repouso semanal remunerado ao empregado comissionista.	Em tramitação
081/80	Nelson Carneiro	Dando nova redação a dispositivo do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que institui a Loteria Esportiva Federal.	A Câmara
082/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 5º da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em tramitação
083/80	Franco Montoro	Estabelece novo critério para o cálculo da indenização dos representantes comerciais autônomos.	Em tramitação
084/80	Henrique de La Rocque	Dispõe sobre a disponibilidade e aposentadoria dos membros do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública.	Em tramitação
085/80	Nelson Carneiro (Vide PLS 53/80)	Modifica a redação do § 2º do art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
086/80	Amaral Furlan	Revoga dispositivos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Em tramitação
087/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 14 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em tramitação
088/80	Franco Montoro	Estende ao empregado doméstico a proteção da legislação de acidentes do trabalho.	Em tramitação
090/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.889, de 8 de julho de 1973.	Em tramitação
091/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a obrigatoriedade de carteira de saúde para os ordenhadores e dá outras providências.	Em tramitação
092/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 18 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
093/80	Jorge Kalume	Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação, em cinema, rádio e televisão, da História do Brasil ou de seus vultos.	Em tramitação
094/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 19 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Rejeitado
095/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do parágrafo único do art. 18, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966 — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
096/80	Jutahy Magalhães (Tramita em conjunto com o PLS 129/80)	Dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona.	Em tramitação
097/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre aposentadoria especial, para os motoristas profissionais.	Em tramitação
098/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com os PLS 13/81 e 50/81)	Institui a estabilidade provisória da gestante, do trabalhador acidentado e do menor no ano de seu alistamento militar.	Em tramitação
099/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com o PLS 7/81)	Inclui, entre as prerrogativas dos sindicatos, a de colocar quadros de avisos dentro do recinto das empresas.	Em tramitação
100/80	Humberto Lucena	Revoga o art. 1º da Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, o Decreto-lei nº 1.538, de 14 de abril de 1977 e o Ato Complementar nº 104, de 26 de julho de 1977.	Em tramitação
102/80	Amaral Furlan	Altera a redação do § 4º do art. 4º da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977 e acrescenta § 5º ao mesmo dispositivo legal.	Em tramitação
103/80	Nelson Carneiro	Regula o retorno à atividade de aposentado pela Previdência Social.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
104/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com o PLS 141/80)	Dá validade ao atestado fornecido por serviço médico dos sindicatos, nos casos de justificação de faltas ao trabalho.	Em tramitação
105/80	Nelson Carneiro (Tramita em conjunto com o PLS 292/79)	Altera dispositivo da Lei nº 5.559, de 11 de dezembro de 1968, que "estende o direito ao salário-família, instituído pela Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963".	Em tramitação
106/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 48 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Rejeitado (Art. 278 do R.I.)
107/80	Affonso Camargo	Veda a prática do pugilato a menores de 18 anos e dá outras providências.	Em tramitação
108/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com o PLS 264/80)	Permite o abono de faltas do trabalhador-estudante em dias de exame escolar.	Em tramitação
109/80	Nelson Carneiro	Revoga o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que instituiu o Código de Processo Civil.	A Câmara
110/80	Itamar Franco	Dispõe sobre a escolha e registro, pelos partidos com registro provisório, de candidatos às eleições de 15 de novembro de 1980 e dá outras providências.	Prejudicado
111/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre os prazos de carência e de amortização dos empréstimos concedidos através do programa de crédito educativo.	Em tramitação
113/80	Orestes Quércia	Revoga o art. 50 da Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978.	Em tramitação
114/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a retenção de salários pelo empregador.	Em tramitação
115/80	Pedro Simon	Estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins e dá outras providências.	Em tramitação
116/80	Nelson Carneiro	Obriga a construção de creches nos conjuntos habitacionais.	Em tramitação
117/80	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
118/80	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com o PLS 126/80)	Altera a redação do art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, para que a prescrição bienal seja contada a partir da cessação do contrato de trabalho.	Em tramitação
119/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre funções consideradas como atividades dos empregados, vendedores, viajantes ou praticistas.	Retirado pelo autor
120/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
121/80	Franco Montoro	Estabelece a exigibilidade de discriminação das deduções salariais.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
122/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a colocação em Caderneta de Poupança de depósitos judiciais.	Em tramitação
123/80	Leite Chaves	Acrescentando inciso ao art. 233 da Lei nº 6.015, de 31-12-73, para que fiquem automaticamente canceladas as matrículas de imóveis de área igual ou superior a 10 mil hectares, condicionada à renovação do reconhecimento de exploração econômica e conveniente uso social.	Em tramitação
124/80	Franco Montoro	Dá nova redação ao <b>caput</b> do art. 82 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
125/80	Nelson Carneiro	Dispõe que as exigências do Serviço Militar não constituirão motivo para alteração ou rescisão de contrato de trabalho.	Em tramitação
126/80	Henrique Santillo (Tramita em conjunto com o PLS 118/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
127/80	Orestes Quércia	Altera e acrescenta dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir ao Tribunal Superior do Trabalho a competência de expedir instruções regulando as eleições sindicais.	Em tramitação
128/80	José Sarney	Permite deduções no Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Jurídicas, para fins culturais, a partir do exercício financeiro de 1981, ano base de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação
129/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com o PLS 96/80)	Assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedade de economia mista.	Em tramitação
130/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com os PLS 318/79 e 30/80)	Assegura prestação de assistência médica aos filhos dos segurados do INPS até 24 anos de idade, quando estudantes.	Em tramitação
131/80	Nelson Carneiro	Obriga a apresentação semestral da conta corrente aos investidores dos incentivos fiscais.	Em tramitação
132/80	José Sarney	Assegura redução de tarifa postal no envio de catálogos ou folhetos informativos de livros.	Rejeitado
133/80	Itamar Franco	Regulamenta o art. 80 da Constituição e dá outras providências.	Em tramitação
134/80	Orestes Quércia	Alterando a redação do § 1º do art. 6º da Lei nº 6.367, de 19 de outubro de 1976, que dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS.	Em tramitação
135/80	Franco Montoro	Autoriza a contagem, para efeito de aposentadoria pelo INPS, do tempo de serviço público estadual e municipal.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
136/80	Nelson Carneiro	Dispõe que será considerado licença remunerada o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho, no desempenho de cargo de administração sindical, de representação profissional ou de delegado sindical, inclusive junto a órgão de deliberação coletiva.	Em tramitação
137/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a isenção de imposto de renda para os proventos da aposentadoria e para as pensões, sob a condição que especifica.	Em tramitação
138/80	José Sarney Complementar	Isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas.	Em tramitação
139/80	Aloysio Chaves	Dá nova redação ao art. 836, do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
141/80	Nelson Carneiro (Vide PLS 104/80)	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de atribuir aos sindicatos a prerrogativa de fornecer atestados médicos aos trabalhadores.	Em tramitação
142/80	Orestes Quércia	Altera dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
143/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a remuneração mínima dos professores e dá outras providências.	Em tramitação
144/80	Franco Montoro	Dá a designação de Administrador aos profissionais atualmente denominados Técnicos de Administração.	Em tramitação
145/80	Nelson Carneiro	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
146/80	Orestes Quércia	Isenta do Imposto de Renda o 13º salário.	Em tramitação
147/80	Franco Montoro	Determina que os depósitos dos empregados no FGTS sejam corrigidos de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em tramitação
148/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que alterou a Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
149/80	Orestes Quércia (Tram. conj. com o PLS 140/78)	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.	Em tramitação
150/80	Humberto Lucena (Tram. conj. com o PLS 197/78)	Dispõe sobre a aplicação das garantias do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho aos Delegados Sindicais.	Em tramitação
151/80	Nelson Carneiro	Disciplina o emplacamento de carros oficiais e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
152/80	Leite Chaves	Torna obrigatório o estágio de 2 anos no INPS para que possa o médico exercer automaticamente sua profissão no território nacional.	Em tramitação
153/80	Franco Montoro Complementar	Estabelece que o PIS-PASEP terá correção anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor.	Em tramitação
155/80	Nelson Carneiro (Tram. conj. com os PLS 368/79 e 186/80)	Dispõe sobre o aumento do percentual do salário-família devido aos trabalhadores e demais beneficiários.	Em tramitação
156/80	Orestes Quércia	Dá nova redação à letra "h" do art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974.	Em tramitação
157/80	Pedro Simon	Altera o parágrafo único do artigo 1º, modifica os arts. 2º, 3º, 4º e 8º da Lei nº 6.680, de 16 de agosto de 1979, que dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências.	Em tramitação
159/80	Nelson Carneiro	Destina área do Parque Rogério Pithon de Farias à construção de Barracas para a Festa dos Estados.	Em tramitação
160/80	Orestes Quércia	Restabelece o art. 398, da Consolidação das Leis do Trabalho, com nova redação.	Rejeitado
161/80	Lázaro Barboza	Acrescenta parágrafo ao art. 1.º da Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos.	A Câmara
162/80	Orestes Quércia	Altera a redação do item I do § 2º do art. 64 da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
163/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons.	Em tramitação
164/80	Orestes Quércia	Institui a aposentadoria voluntária da mulher segurada do INAMPS após vinte e cinco anos de serviço, com proventos proporcionais.	Em tramitação
165/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
166/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre o exercício das profissões de publicitário, profissionais de propaganda, técnicos em publicidade e serviços auxiliares e de assessoria e dá outras providências.	Em tramitação
167/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a obrigatoriedade de localização de sede no DF, para as entidades que menciona.	Em tramitação
168/80	Orestes Quércia (Vide PLS 181/76)	Estabelece o salário mínimo uniforme para todas as regiões do Brasil.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
169/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de instituir a estabilidade provisória para a mulher grávida.	Em tramitação
170/80	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, instituída pela Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, e alterada pela Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979.	A Câmara
171/80	Orestes Quércia	Dá nova redação ao art. 237 do Código de Processo Civil.	Em tramitação
172/80	Orestes Quércia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
173/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a reserva obrigatória de vagas para paraplégicos nas empresas públicas e privadas.	Em tramitação
174/80	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre o funcionamento das clínicas que menciona.	Em tramitação
176/80	Henrique de La Rocque	Cancela penas impostas ao ex-Governador de São Paulo Adhemar Pereira de Barros, determina a devolução das condecorações nacionais que lhe foram retiradas, bem como a sua reinclusão nos quadros das respectivas ordens dos quais tenha sido excluído.	Em tramitação
177/80	Franco Montoro	Assegura aos ferroviários o pagamento das horas extras em que ficam à disposição da empresa.	Em tramitação
178/80	Franco Montoro	Considera crime o exercício ilegal da engenharia, arquitetura ou agronomia.	Em tramitação
179/80	Orestes Quércia	Assegura salário igual ao do dispensado ao empregado contratado para substituí-lo.	Em tramitação
180/80	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 9º da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Em tramitação
181/80	Orestes Quércia	Altera a redação do <b>caput</b> do art. 532, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
183/80	Franco Montoro	Amplia a proteção ao trabalhador rural vítima de acidente do trabalho.	Em tramitação
184/80	Henrique de La Rocque	Altera a redação do art. 394, do Código de Processo Penal, e acrescenta parágrafo ao art. 34, do Código de Processo Penal Militar.	A Câmara
185/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a inclusão de representantes do maior Partido Político de Oposição na administração das entidades paraestatais e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
186/80	Roberto Saturnino (Tram. conj. com os PLS nºs 368/79 e 155/80).	Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.	Em tramitação
187/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
188/80	Roberto Saturnino	Introduzindo alterações na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
189/80	Franco Montoro	Isenta os proprietários de habitações populares da responsabilidade solidária perante a Previdência Social.	Em tramitação
190/80	Orestes Quércia	Dá nova redação ao § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, determinando o reconhecimento do atestado médico do sindicato, desde que exista convênio com a instituição previdenciária.	Em tramitação
191/80	Affonso Camargo	Proíbe a instituição de sublegendas nas eleições para Senador.	Em tramitação
192/80	Franco Montoro	Dispõe sobre o levantamento do saldo de conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço por parte do aposentado que volta ao trabalho.	Em tramitação
193/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei da Anistia, objetivando tornar expresso o direito aos adicionais por tempo de serviço dos servidores civis e militares que retornaram ou reverteram ao serviço ativo.	Em tramitação
194/80	Valdon Varjão	Cria horário especial, em cadeia nacional de televisão, para a retransmissão obrigatória do noticiário relativo às atividades do Congresso Nacional.	Em tramitação
195/80	Valdon Varjão	Disciplina a concessão de crédito especial para assistência permanente a posseiro rural, e determina outras providências.	Em tramitação
196/80	Mauro Benevides	Dispõe sobre a distribuição de quotas acumuladas do Fundo Partidário e dá outras providências.	Em tramitação
197/80	Orestes Quércia	Acrescenta § 3º ao art. 3º e dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Em tramitação
198/80	Lázaro Barboza	Torna obrigatória a colocação de balanças à disposição dos compradores nos estabelecimentos comerciais que vendem gêneros alimentícios.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
199/80	Henrique Santillo	Assegura o credenciamento médico pelo INAMPS nos casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
200/80	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de assegurar estabilidade provisória ao empregado que ajuíza reclamação trabalhista contra o empregador.	Em tramitação
201/80	Nelson Carneiro	Amplia a jurisdição do oficial de justiça.	Em tramitação
202/80	Henrique Santillo	Proíbe a aquisição de imóveis rurais nos casos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
203/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
204/80	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
205/80	Humberto Lucena	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
206/80	Dirceu Cardoso	Define crimes contra a Segurança Nacional no âmbito da economia, estabelece normas de processo e julgamento, concede anistia e dá outras providências.	Em tramitação
207/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os empregados em serviços de limpeza.	Em tramitação
208/80	Roberto Saturnino (Vide PLS 214/80)	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 2º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
209/80	Helvídio Nunes	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 3.689, de 3-10-41 e dá outras providências.	Em tramitação
212/80	Orestes Quércia	Introduz alterações na Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que instituiu amparo previdenciário aos idosos e inválidos.	Em tramitação
213/80	Nelson Carneiro	Obriga o fornecimento gratuito de equipamento de proteção individual.	Em tramitação
214/80	Humberto Lucena (Tram. conj. com o PLS 208/80)	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
215/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 2º da Lei nº 6.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário-família do trabalhador.	Em tramitação
216/80	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 130, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
217/80	Henrique Santillo Complementar	Faculta aos participantes do Fundo de Participação PIS-PASEP a utilização de saldo de seus depósitos para construção de casa própria ou aquisição de imóvel já edificado.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
218/80	Mauro Benevides (Tram. conj. com o PLS 224/79)	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.	Em tramitação
219/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre a chefia dos serviços de conferência de carga e descarga nas embarcações mercantes.	Em tramitação
220/80	Lázaro Barboza Complementar	Institui as Feiras de Produtores, para venda direta ao consumidor, com isenção dos tributos estaduais e municipais incidentes.	Em tramitação
222/80	Henrique Santillo	Dispõe a respeito do máximo rigor à proteção e fiscalização dos alimentos de consumo humano, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 986, de 21-10-69.	Em tramitação
223/80	Gastão Müller	Faculta ao cego a condução e a permanência de seu cão-guia em qualquer estabelecimento ou transporte no país.	Em tramitação
224/80	Orestes Quércia	Modifica a redação do artigo 225 da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências.	Em tramitação
225/80	Bernardino Viana	Estabelece normas para concessão de quotas de trigo em grão aos Estados onde não existam moinho e dá outras providências.	Em tramitação
226/80	Orestes Quércia	Introduz alteração na Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	Em tramitação
227/80	Passos Pôrto	Dispõe sobre o direito de ação das Associações Ambientais.	A Câmara
228/80	Lázaro Barboza	Dispõe sobre o exercício da profissão de fotógrafo.	Em tramitação
229/80	Henrique Santillo	Proíbe a propaganda de medicamentos nos meios de comunicação social.	Em tramitação
230/80	Orestes Quércia Complementar	Eleva o valor dos benefícios devidos aos trabalhadores rurais e seus dependentes.	Em tramitação
231/80	Lomanto Júnior	Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Pró-Município, e dá outras providências.	Em tramitação
232/80	Humberto Lucena	Considera crime de corrupção passiva o recebimento de doações por titulares ou ex-ocupantes de função pública, na forma que especifica.	Em tramitação
233/80	Franco Montoro	Permite ao segurado que tenha regredido na respectiva escala, voltar a contribuir sobre salário-base correspondentes ao seu tempo de filiação.	Em tramitação
234/80	Lourival Baptista	Dispõe sobre o prosseguimento dos Concursos Nacionais de Monografias da Revista do Serviço Público Editora (RSP/ED.).	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
235/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação do capital estrangeiro no caso que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
236/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 37, da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
237/80	Eunice Michiles	Revoga o § 1º do art. 178 e o item IV do art. 219 do Código Civil — Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, corrigida pela Lei nº 3.725, de 15 de janeiro de 1919.	Em tramitação
238/80	Orestes Quércia	Altera a redação do item I do art. 7º da Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963.	Em tramitação
239/80	Nelson Carneiro	Acrescenta parágrafo ao art. 42 da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.	Em tramitação
240/80	Franco Montoro	Estabelece a participação de representantes dos empregados e empresários na administração da Previdência Social (INPS, IAPAS e INAMPS).	Em tramitação
241/80	Henrique Santillo	Proíbe a participação de capital estrangeiro no ramo de atividades que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
242/80	Orestes Quércia	Dispensa o prazo de carência para obtenção de benefício por incapacidade para o trabalho.	Em tramitação
243/80	Dirceu Cardoso	Estabelece normas de distribuição de moradias funcionais na Administração Direta e Indireta.	Em tramitação
244/80	Amaral Furlan	Dá nova redação ao art. 270 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
245/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a equiparação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos militares de ensino aos cursos profissionalizantes de 2º grau do ensino médio.	Em tramitação
246/80	Affonso Camargo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar dos rótulos ou vasilhames de bebidas, de qualquer espécie, os ingredientes que entram em sua composição.	Em tramitação
247/80	Agenor Maria	Altera a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, restaura dispositivo da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, e dá outras providências.	Em tramitação
248/80	Franco Montoro	Assegura o amparo da Previdência Social aos inválidos por nascença.	Em tramitação
249/80	Nelson Carneiro	Dá nova redação a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
250/80	Roberto Saturnino	Disciplina a incidência de penalidades por atraso no pagamento de contas de luz, gás, telefones, aluguel, condomínio e similares.	Em tramitação
251/80	Franco Montoro (Tramita em conjunto com o PLS 309/80)	Assegura às telefonistas aposentadoria especial, com proventos integrais, ao completar 25 anos de trabalho, alterando o art. 227 da CLT e o art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.	Em tramitação
252/80	Jorge Kalume (Tramita em conjunto com o PLS 253/80)	Autoriza o Poder Executivo a conceder aposentadoria especial ao professor, na forma que especifica.	Em tramitação
253/80	Lázaro Barboza (Tramita em conjunto com o PLS 252/80)	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968 — restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960.	Em tramitação
254/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
255/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivos à Lei nº 5.480, de 10 de agosto de 1968, disciplinando o pagamento do 13º salário devido aos trabalhadores avulsos.	Em tramitação
256/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
257/80	Henrique Santillo	Dispõe sobre a atividade do médico residente, fixa seus direitos trabalhistas, e dá outras providências.	Em tramitação
258/80	Franco Montoro	Revoga o art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho, que limita o número de aulas dadas pelo professor.	Em tramitação
259/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, para o fim de estabelecer a obrigatória equivalência proporcional do tempo de serviço prestado em atividade penosa, insalubre ou perigosa, para efeito de aposentadoria por tempo de serviço.	Em tramitação
260/80	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
261/80	Franco Montoro	Estabelece medidas de defesa do possessor que ocupa trecho de terra, nele reside e o torna produtivo com o seu trabalho, incluindo na Lei nº 5.504, de 1964, normas disciplinadoras da ocupação de terras particulares.	Em tramitação
262/80	Franco Montoro	Permite ao advogado ter vista de processo administrativo fora da repartição, alterando dispositivo da Lei nº 4.215, de	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		27 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.	
263/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, para o fim de beneficiar empregado licenciado do trabalho para o exercício de mandato sindical.	Em tramitação
264/80	Nelson Carneiro (Tramita em conjunto com o PLS 108/80)	Acrescenta incisos ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
265/80	Humberto Lucena	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
266/80	Itamar Franco	Acrescenta inciso ao art. 171 do Código Penal.	A Câmara
268/80	Adalberto Sena	Dá nova redação ao artigo 358 do Código Civil.	Em tramitação
269/80	Agenor Maria (Tram. conj. com o PLS 271/80)	Institui o racionamento de combustíveis no País e dá outras providências.	Em tramitação
270/80	Dirceu Cardoso	Regula o tráfego de automóveis particulares em todo o território nacional.	Em tramitação
271/80	Nelson Carneiro (Tram. conj. com o PLS 269/80)	Regula o consumo de derivados de petróleo e misturas automotrizes e dá outras providências.	Em tramitação
272/80	Henrique Santillo	Fixa normas para a escolha de dirigentes das Universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior.	Em tramitação
273/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o resgate das quotas relativas a investimentos efetuados com base no Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, no caso de falecimento do contribuinte.	Em tramitação
274/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
275/80	Agenor Maria	Concede incentivo às empresas de mineração e geologia que admitirem estagiários e dá outras providências.	Em tramitação
276/80	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo ao artigo 383 do Código Civil.	A Câmara
277/80	Nelson Carneiro	Obriga as empresas à remessa de uma via da relação de todos os seus empregados ao sindicato representativo da respectiva categoria profissional.	Em tramitação
278/80	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
279/80	Franco Montoro	Submete à fiscalização financeira dos Tribunais de Contas as pessoas jurídicas de direito privado de que o Poder Público participe como acionista exclusivo ou majoritário.	Em tramitação
280/80	Itamar Franco	Determina que a Ordem dos Advogados do Brasil opine sobre a escolha de magistrados que devam integrar Tribunais com jurisdição em todo o território nacional.	Em tramitação
281/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei nº 1.691, de 1979, que alterou a legislação da Taxa Rodoviária Única.	Em tramitação
282/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos profissionais da área de saúde: médicos, odontologistas, farmacêuticos e seus auxiliares, fixando as respectivas remunerações profissionais mínimas e dando outras providências.	Em tramitação
283/80	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 5º, da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que "dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.	Em tramitação
284/80	Franco Montoro	Autoriza a aplicação de 10 a 20% do Fundo de Participação dos Municípios em programas de educação pré-escolar e de primeiro grau.	Em tramitação
285/80	Nelson Carneiro	Sugere nova redação a dispositivos da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, e dá outras providências.	Em tramitação
286/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a organização e funcionamento das organizações sindicais.	Em tramitação
287/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a criação de salas especiais para a exibição de obras cinematográficas vedadas aos circuitos comerciais e dá outras providências.	Em tramitação
288/80	Nelson Carneiro	Dispõe sobre aplicação de multa para estabelecimentos que, com mais de 30 mulheres, não construam creches.	Em tramitação
289/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
290/80	Jutahy Magalhães	Altera dispositivos da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Em tramitação
291/80	Nelson Carneiro	"Introduz alteração na CLT, no Anexo a que se refere o seu art. 577".	Em tramitação
292/80	Franco Montoro	Assegura a jornada de trabalho de 6 horas aos empregados que exerçam a função de caixa.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
293/80	Amaral Furlan	Modifica a redação do artigo 76 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, transformando de contravenção em crime o exercício ilegal da engenharia, arquitetura e agronomia.	Em tramitação
294/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Em tramitação
295/80	Franco Montoro	Eleva de 5 para 10% do salário mínimo a cota do salário-família devida aos empregados que perceberem até cinco salários mínimos.	Em tramitação
296/80	Aderbal Jurema	Estende à Federação Nacional das Associações Economiárias — FENAE, os benefícios previstos na Lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950.	À Câmara
297/80	Humberto Lucena	Revoga o Decreto-lei nº 779, de 21 de agosto de 1969, que dispõe sobre aplicação de normas processuais trabalhistas à União Federal, aos Estados, Municípios, Distrito Federal e autarquias ou fundações de direito público que não explorem atividade econômica.	Em tramitação
298/80	Amaral Furlan Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971.	Em tramitação
299/80	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
300/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que “dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.	Em tramitação
301/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre benefício que especifica aos profissionais liberais com mais de sessenta anos de idade.	Em tramitação
302/80	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
303/80	Itamar Franco	Dá nova redação ao item IV, do art. 4º, da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975.	Em tramitação
304/80	Orestes Quércia (Tramita em conjunto com o PLS 156/79)	Institui o seguro-desemprego.	Em tramitação
305/80	Humberto Lucena Complementar	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975.	Em tramitação
306/80	Henrique Santillo	Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Em tramitação
307/80	Franco Montoro	Assegura a sindicalização de servidores públicos.	Em tramitação
308/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta dispositivo ao Decreto-lei n 201, de 27 de fevereiro de 1967.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
309/80	Nelson Carneiro (Tramita em conjunto com o PLS 251/80)	Dispõe sobre aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de tempo de serviço, no caso que especifica.	Em tramitação
310/80	Orestes Quércia	Elimina a opção existente no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, compatibilizando-o com o Sistema de Estabilidade no Emprego.	Em tramitação
311/80	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.	Em tramitação
312/80	Orestes Quércia	Dispensa o prazo de carência para obtenção de benefício por incapacidade para o trabalho.	Em tramitação
313/80	Lomanto Júnior	Autoriza a realização de convênio entre o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Ministério da Educação e Cultura (MEC), e a Associação Brasileira de Municípios (ABM), para microfilmagem da Revista do Serviço Público (RSP), e a organização da Biblioteca Brasileira de Administração.	Em tramitação
314/80	Amaral Furlan	Institui o Dia do Vereador, e dá outras providências.	Em tramitação
315/80	Franco Montoro	Cria Comissão Especial, no IBGE, integrada por representantes eleitos dos empresários e dos trabalhadores, para acompanhar e fiscalizar a apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor — INPC.	Em tramitação
316/80	Orestes Quércia	Dispõe sobre o fornecimento continuado de merenda escolar aos alunos carentes, nos períodos de férias escolares.	Em tramitação
317/80	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
318/80	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
319/80	Franco Montoro	Assegura ao inquilino o direito de preferência na unidade que ocupa, quando o prédio for dividido em unidades autônomas.	Em tramitação
320/80	Pedro Simon	Revoga a Lei n 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.	Em tramitação
321/80	Nelson Carneiro	Altera a legislação orgânica do Tribunal de Contas da União e determina outras providências, visando melhor aparelhar o controle da administração pública federal, direta ou indireta.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
322/80	Humberto Lucena	Acrescenta parágrafo único ao art. 4º, da Lei nº 3.373, de 12 de março de 1958, que dispõe sobre o Plano de Assistência ao Funcionário e sua família.	Em tramitação
323/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na legislação previdenciária em vigor.	Em tramitação
324/80	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estabeleceu normas reguladoras do trabalho rural.	Em tramitação
325/80	Cunha Lima	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, determinando a incorporação definitiva das gratificações à remuneração do empregado, nas condições que especifica.	Em tramitação
326/80	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 73 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
327/80	Humberto Lucena	Dispõe sobre a concessão de licença-prêmio aos trabalhadores abrangidos pela CLT, nas condições que especifica.	Em tramitação
328/80	Lázaro Barboza	Dá denominação ao Aeroporto Internacional de Brasília.	Em tramitação
329/80	Cunha Lima	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de determinar que o pagamento por horas habituais também integre a remuneração.	Em tramitação
330/80	Jorge Kalume	Institui o "Dia Nacional do Seringueiro" e dá outras providências.	A Câmara
331/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a Cidade de São Cristóvão, no Estado de Sergipe.	Em tramitação
332/80	Passos Pôrto	Erige em monumento nacional a Cidade de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.	Em tramitação
333/80	Franco Montoro	Concede aposentadoria a atletas veteranos, que não percebiam proventos da Previdência Social.	Em tramitação
334/80	Cunha Lima	Introduz alterações no Decreto-lei nº 413, de 9 de janeiro de 1969, que "dispõe sobre títulos de crédito industrial.	Em tramitação
335/80	Franco Montoro	Dispõe sobre a atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10% (dez por cento).	Em tramitação
336/80	Pedro Simon	Dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditagem de capital nacional e dá outras providências.	Em tramitação
337/80	Amaral Furlan	Dispõe sobre o registro, funcionamento e atividades das Ordens Honoríficas, Dinásticas e Nobiliárquicas e dá outras providências.	Em tramitação
338/80	Orestes Quércia	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho, e na Lei nº 4.375, de 17-8-64, que dispõe sobre o Serviço Militar.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
339/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre o contingenciamento de áreas de plantio nos contratos de financiamento agrícola.	Em tramitação
340/80	Eunice Michiles	Acrescenta parágrafo único ao art. 373, da Consolidação das Leis do Trabalho, facultando à empregada com prole o direito à jornada de trabalho reduzida, com remuneração proporcional.	Em tramitação
341/80	Franco Montoro	Simplifica e desburocratiza o processo de operações financeiras, permitindo que os documentos firmados pelas Instituições Financeiras sejam autenticados mediante chancela mecânica.	Em tramitação
342/80	Dirceu Cardoso	Altera a redação dos arts. 125 a 132, 134 a 136 e 143 e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967, estabelecendo normas relativas a licitações, para compra, obras, serviços e alienações na área da Administração Pública.	Em tramitação

**b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA**

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
001/81	Itamar Franco Complementar	Veda a alteração dos casos de inelegibilidade e das normas eleitorais ou partidárias, no período de 1 (um) ano imediatamente anterior à realização de eleições de âmbito federal, estadual e municipal.	Rejeitado
002/81	Passos Pôrto	Institui a Adoção Trabalhista para menores na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos e dá outras providências.	Em tramitação
003/81	— DF Poder Executivo	Autoriza o Governo do Distrito Federal a contrair Empréstimo com a Caixa Econômica e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.931, de 7-7-81
004/81	Cunha Lima (Tramita em conjunto com os PLS 53, 56, 85/80 e PLS 10/81)	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à prevenção de acidentes.	Em tramitação
005/81	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
006/81	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com os PLS 45/81 e 131/79)	Altera a redação do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
007/81	Orestes Quércia (Tramita em conjunto com o PLS 99/80)	Revigora o art. 563, da Consolidação das Leis do Trabalho, com a redação que especifica.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
008/81	Comissão Diretora	Reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.908, de 21-5-81
009/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações no Código de Mineração.	Em tramitação
010/81	Orestes Quércia (Tramita em conjunto com os PLS 53, 56,85/80 e PLS 4/81)	Acrescenta parágrafo ao art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
011/81	Franco Montoro	Permite que, para efeito de aposentadoria, o militar conte o tempo de serviço prestado em atividade privada.	Em tramitação
012/81	Lenoir Vargas	Modifica a denominação do Movimento Estudantil a que se refere a Lei nº 6.341, de 5 de julho de 1976, e dá outras providências.	Em tramitação
013/81	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com os PLS 98/80 e PLS 50/81)	Modifica dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
014/81	Paulo Brossard	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Em tramitação
015/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na legislação previdenciária que disciplina os benefícios de aposentadoria por invalidez e por velhice.	Em tramitação
016/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre o pagamento da pensão prevista no Decreto-lei nº 3.347, de 12 de junho de 1941, aos dependentes de ferroviários falecidos.	Em tramitação
017/81	Orestes Quércia	Altera a redação do § 2º do art. 6º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados, civis e religiosos.	Em tramitação
018/81	Gastão Müller	Dispõe sobre a obrigatoriedade de construção, reconstrução ou montagem de museu, nos casos de extinção ou demolição da unidade existente.	Em tramitação
019/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 4.281, de 8 de novembro de 1963, que instituiu abono especial em caráter permanente, para aposentados de Institutos de Previdência.	Em tramitação
020/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que instituiu o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
021/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre desconto especial de 50% nos preços das passagens dos transportes coletivos para velhos e crianças, nas condições que especifica.	Em tramitação
022/81	Jorge Kalume	Dispõe sobre enquadramento de professores colaboradores e auxiliares de ensino e dá outras providências.	Em tramitação
023/81	Orestes Quércia	Acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
024/81	Nelson Carneiro	Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 1.338, de 23 de julho de 1974, para o fim de permitir o resgate antecipado de aplicações no Fundo 157 também no caso de aposentadoria do titular do depósito.	Em tramitação
025/81	Nelson Carneiro Complementar	Dispõe sobre a isenção de IPI na aquisição de veículos por cooperativas que visem explorar o transporte coletivo urbano.	Em tramitação
026/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
027/81	Humberto Lucena	Altera a redação do art. 62 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
028/81	Nelson Carneiro	Reabre o prazo de que trata a Lei nº 6.332, de 18 de maio de 1976, para os segurados do INPS requererem retificação de enquadramento, referente a seu tempo de filiação.	Em tramitação
029/81	Orestes Quércia	Acrescenta e altera disposições do art. 61, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
030/81	Henrique Santillo	Regulamenta o exercício da profissão de guarda-vigilante, e dá outras providências.	Em tramitação
031/81	Leite Chaves	Revoga o art. 240 e parágrafos, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e introduz parágrafo ao art. 74 do Decreto-lei nº 3.931, de 11 de dezembro de 1941 (Código de Processo Penal).	Em tramitação
032/81	Orestes Quércia	Acrescenta § 4º ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o aviso prévio.	Em tramitação
033/81	Mauro Benevides	Altera a redação do art. 5º da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.	Em tramitação
034/81	Franco Montoro	Determina que, ao empregado afastado, percebendo auxílio-doença da Previdência Social, será garantida, no primeiro ano de afastamento, a complementação do 13º salário igual à diferença entre o valor pago pela previdência social e o salário nominal do empregado.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
035/81	Leite Chaves	Obriga os estabelecimentos bancários ou creditícios e as instituições financeiras, que utilizem serviços de guarda ou vigilância, a manterem cabinas especiais de proteção, construídas à prova de bala e fogo.	Em tramitação
036/81	Orestes Quércia	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
037/81	Franco Montoro	Garante ao trabalhador acidentado no trabalho e ao portador de doença profissional, o direito de exercer, na mesma empresa, funções compatíveis com o seu estado físico.	Em tramitação
038/81	Franco Montoro	Determina que os empregados afastados pelo INPS para tratamento de saúde, com mais de 5 anos de serviços efetivos na empresa, terão o valor do auxílio-doença complementado pela empresa até o valor dos seus salários, pelo período de 6 meses.	Em tramitação
039/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 450 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
040/81	Orestes Quércia	Acrescenta e revoga dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de ampliar o direito de férias.	Em tramitação
041/81	Roberto Saturnino	Dá nova redação ao art. 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
042/81	Roberto Saturnino (Tram. conj. com os PLC 14/81 e PLS 47/81)	Dispõe sobre a revogação da letra "b" do art. 390 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
043/81	Franco Montoro	Dispõe que, no tempo de serviço do empregado, quando readmitido, serão computados os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa.	Em tramitação
044/81	Roberto Saturnino	Altera a redação do § 5º do art. 3º, da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
045/81	Orestes Quércia (Tramita em conjunto com os PLS 6/81 e 131/79)	Acrescenta § 4º ao art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
046/81	Lázaro Barboza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior.	Em tramitação
047/81	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com os PLC 14/81 e PLS 42/81)	Revoga dispositivo da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
048/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre aval de cônjuge casado sob regime de comunhão de bens.	Em tramitação
049/81	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 9º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.	Em tramitação
050/81	Humberto Lucena (Tramita em conjunto com os PLS 98/80 e PLS 13/81)	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
051/81	Raimundo Parente	Dá nova redação ao § 1º do art. 39 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973, que regulamenta o Direito Autoral no Brasil.	Em tramitação
052/81	Orestes Quércia	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente às férias.	Em tramitação
053/81	Gastão Müller	Obriga os fabricantes de colas ou fluidos para limpeza de máquinas a adicionarem a estes produtos repelentes odoríferos que impeçam a sua utilização como substâncias entorpecentes, e dá outras providências.	Em tramitação
054/81	Orestes Quércia	Acrescenta § 3º ao art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
055/81	Itamar Franco	Veda a participação do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Governadores e Vice-Governadores, dos Prefeitos e Vice-Prefeitos nas campanhas eleitorais.	Em tramitação
056/81	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 746 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
057/81	Luiz Fernando Freire	Veda à União a inscrição na dívida ativa de débitos de empresas que lhe sejam credoras, e dá outras providências.	Em tramitação
058/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
059/81	Orestes Quércia	Altera a redação de dispositivos do art. 7º da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.	Em tramitação
060/81	Itamar Franco	Suspende, em relação aos desempregados, a exigibilidade dos créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação, e dá outras providências.	Em tramitação
061/81	Luiz Cavalcante	Inclui, no Almanaque do Ministério do Exército, no posto de General-de-Exército, o nome do Tenente-Coronel João Carlos de Vilagrã Cabrita.	Em tramitação
062/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre a cobrança de contas de energia elétrica, água, gás e telefone, pelas empresas concessionárias de serviços públicos, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
063/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo ao art. 678 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
064/81	Luiz Fernando Freire	Regula a concessão de passaporte diplomático nas hipóteses que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação
065/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de vedar qualquer mudança unilateral de horário que implique em alteração do trabalho diurno, noturno ou misto.	Em tramitação
066/81	Bernardino Viana	Revoga o § 4º do art. 71 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, alterada pelo art. 1º da Lei nº 6.884, de 9 de dezembro de 1980.	Em tramitação
067/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
068/81	Poder Executivo (DF)	Dispõe sobre o enquadramento dos servidores remanescentes da implantação do Plano de Classificação de Cargos instituído pela Lei nº 5.920, de 19 de setembro de 1973, e dá outras providências.	À sanção Lei nº 6.930, de 7-7-81
069/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
070/81	Roberto Saturnino	Altera a redação dos dispositivos que especifica, do Decreto-lei nº 117, de 31 de janeiro de 1967.	Em tramitação
071/81	Roberto Saturnino	Acrescenta parágrafo único ao art. 3º do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal.	Em tramitação
072/81	Lázaro Barboza	Autoriza as cooperativas de produção agropecuária a construírem miniusinas de álcool hidratado, e dá outras providências.	Em tramitação
073/81	Passos Pôrto	Cria o Instituto Nacional de Conservação do Solo e dá outras providências.	Em tramitação
074/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
075/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de definir a representação dos condomínios em edificações perante a Justiça do Trabalho.	Em tramitação
076/81	Raimundo Parente	Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
077/81	Franco Montoro Complementar	Cria, nas Regiões Metropolitanas, o Conselho Administrativo constituído pelos prefeitos e por representantes das Câmaras Municipais, modificando a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
078/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a inclusão obrigatória de um médico entre a tripulação das aeronaves que realizem vôo internacional e doméstico nos casos que especifica.	Em tramitação
079/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre o prazo de prescrição para cobrança dos débitos das empresas relativamente ao PIS-PASEP e ao FGTS.	Em tramitação
080/81	Cunha Lima	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
081/81	Amaral Furlan	Define e pune o crime ecológico.	Em tramitação
082/81	Franco Montoro	Dispõe sobre o pagamento integral do décimo-terceiro salário ao trabalhador enfermo.	Em tramitação
083/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 846 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
084/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
085/81	Orestes Quércia	Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 1º do Decreto-lei nº 532, de 16 de abril de 1969, que dispõe sobre a fixação e o reajustamento de anuidades, taxas e demais contribuições do serviço educacional.	Em tramitação
086/81	Lázaro Barboza	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, visando assegurar aos estudantes de curso superior o direito à transferência, nas condições que especifica.	Em tramitação
087/81	Orestes Quércia	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
088/81	Hugo Ramos	Altera o § 2º do art. 60 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966.	Em tramitação
089/81	Orestes Quércia	Introduz modificação no Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, para o fim de vedar o exercício da atividade de corretor de seguros a gerentes e outros funcionários de bancos.	Em tramitação
090/81	Gastão Müller	Veda a cobrança de juros e multas pelo atraso de pagamento de quaisquer obrigações, quando não resultantes de apuração calculada proporcionalmente aos dias de efetivo atraso que lhe deram motivo.	Em tramitação
091/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à organização sindical.	Em tramitação
092/81	Afonso Camargo	Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar das embalagens de cigarro e demais derivados do fumo inscrição de advertência, e dá outras providências.	A Câmara

Nº	Autor	Ementa	Resultado
093/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
094/81	Cunha Lima	Dá nova redação ao artigo 193, <b>caput</b> , da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e alterada pela Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977.	Em tramitação
095/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 540, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
096/81	Pedro Simon	Estabelece vedação ao uso de marcas de produtos e serviços estrangeiros por empresas nacionais e dá outras providências.	Em tramitação
097/81	Humberto Lucena Complementar	Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Em tramitação
098/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao item III, do artigo 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e determina a submissão do Congresso Nacional ao Orçamento Monetário.	Em tramitação
099/81	Gastão Müller	Altera os arts. 213, 215 e parágrafo único, 216, 225 e 226 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Título VI — Dos Crimes Contra os Costumes).	Em tramitação
100/81	Alexandre Costa	Fixa em 5% (cinco por cento) a área agricultável, nos projetos pecuários e agrícolas, inclusive os integrados a projetos industriais, e os de reflorestamento, localizados no Norte e Nordeste e financiados por entidades oficiais de crédito, ou recursos públicos repassados, obrigatoriamente utilizada no cultivo de arroz, feijão, mandioca e milho, e dá outras providências.	A Câmara
101/81	Orestes Quércia	Altera a redação do item III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
102/81	Franco Montoro	Inclui um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG —, na Comissão Nacional do Alcool — CNAe.	Em tramitação
103/81	Franco Montoro	Assegura ao empregado substituto salário igual ao do substituído.	Em tramitação
104/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União pelo Congresso Nacional.	Em tramitação
105/81	Cunha Lima	Torna obrigatória a construção de módulos esportivos, nos conjuntos residenciais edificados pelo Banco Nacional da Habitação — BNH.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
106/81	Itamar Franco	Disciplina a expedição de passaporte e visto de saída aos menores que especifica.	Em tramitação
107/81	Henrique Santillo	Estabelece normas para a concessão de incentivos e isenção de impostos no Programa Grande Carajás, e dá outras providências.	Em tramitação
108/81	Orestes Quércia	Determina prazo de prescrição das ações pleiteando direitos relativos ao FGTS e ao PIS-PASEP.	Em tramitação
109/81	Orestes Quércia	Introduz modificações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à obrigatoriedade de depósito prévio para efeito de recurso.	Em tramitação
110/81	Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao § 2º do art. 589 do Código Civil.	Em tramitação
111/81	Bernardino Viana	Estabelece requisitos mínimos para implantação de projetos agropecuários no Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação
112/81	Franco Montoro	Estende aos trabalhadores rurais o regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituído pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.	Retirado pelo Autor
113/81	Agenor Maria	Dispõe sobre a exigência de consignação do Grupo Sangüíneo na cédula de identidade.	Em tramitação
114/81	Orestes Quércia	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
115/81	Cunha Lima	Veda a remessa, para o exterior, de pagamentos de "royalties" pelo uso de marcas de indústria ou de comércio.	Em tramitação
116/81	Franco Montoro	Permite às cooperativas rurais a execução de serviços de produção e distribuição de energia elétrica.	Em tramitação
117/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
118/81	Pedro Simon	Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins de imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas nos programas de transporte do trabalhador.	Em tramitação
119/81	Orestes Quércia	Institui o Dia da Telefonista, na data de 29 de junho.	Em tramitação
120/81	Cunha Lima Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS-PASEP.	Em tramitação
121/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, e dá outras providências.	Em tramitação
122/81	Jorge Kalume	Dispõe sobre amparo aos trabalhadores da Borracha, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
123/81	Laélia de Alcântara Complementar	Dá nova redação à letra <b>d</b> , alínea V e letra <b>b</b> , alínea VI, do art. 5º da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970, que estabelece de acordo com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151, e seu parágrafo único, casos de inelegibilidade, e dá outras providências.	Em tramitação
124/81	Nelson Carneiro	Revoga o art. 13 do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980.	Em tramitação
125/81	Orestes Quércia	Revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
126/81	Luiz Viana	Autoriza o Presidente da República a conceder pensão especial.	À Câmara Lei nº 6.975, de 14-12-81
127/81	Aloysio Chaves	Altera a redação do § 2º do art. 709 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	À Câmara
128/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a tributação, na fonte, de rendas provenientes de salários, vencimentos, soldos, gratificações, vantagens, proventos e pensões.	Em tramitação
129/81	Orestes Quércia	Introduz alterações no Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para o fim de restabelecer a prioridade assegurada ao proprietário do solo.	Em tramitação
130/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para o fim de estender a prestação da assistência médica previdenciária às parturientes em geral, independentemente de filiação.	Em tramitação
131/81	Raimundo Parente	Dá nova redação ao art. 11 da Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do atleta profissional de futebol e dá outras providências.	Em tramitação
132/81	Nelson Carneiro	Estabelece critérios de enquadramento sindical no meio rural.	Em tramitação
133/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
134/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo do Decreto-lei nº 1.820, de 12 de dezembro de 1980.	Em tramitação
135/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre revogação do item VI do art. 530 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
136/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
137/81	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 413 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
138/81	Franco Montoro	Assegura aos Sindicatos o direito de ter um delegado em cada empresa.	Em tramitação
139/81	Orestes Quércia	Introduz modificação na Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de direito processual do trabalho e altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
140/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à legislação previdenciária concernente à pensão.	Em tramitação
141/81	Cunha Lima	Dá nova redação ao artigo 474 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
142/81	Leite Chaves	Altera o art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil —, acrescentando-lhe item X e parágrafo único.	Em tramitação
143/81	Humberto Lucena	Revoga a alínea "b" do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
144/81	Cunha Lima	Introduz alteração na Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, estabelecendo normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.	Em tramitação
145/81	Nelson Carneiro	Atribui às secretarias de agricultura dos Estados, dos Territórios e do DF a competência exclusiva para fixar as quotas de farelo de trigo cabentes a cada produtor rural.	Em tramitação
146/81	Nelson Carneiro	Estabelece o valor da gratificação a que se refere a Lei Complementar nº 35, de 1979, e dá outras providências.	Em tramitação
147/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
148/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
149/81	Cunha Lima	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de incluir entre os deveres dos sindicatos a manutenção de serviço de assistência social.	Em tramitação
150/81	Jutahy Magalhães	Dispõe sobre a arrecadação de bens vagos, para os efeitos que especifica.	Em tramitação
151/81	Nelson Carneiro	Revoga o Decreto-lei nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, que dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional.	Em tramitação
152/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a legitimação processual de órgãos, entidades ou associações de classe, nos casos e condições que especifica.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
153/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
154/81	Cunha Lima	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, visando assegurar direitos ao delegado sindical.	Em tramitação
155/81	Evandro Carreira	Veda a passageiros e tripulantes de aeronaves fumar durante os períodos de vôo.	Em tramitação
156/81	Nelson Carneiro	Altera e revoga dispositivos na Consolidação das Leis do Trabalho e na Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de unificar a prescrição no direito do trabalho.	Em tramitação
157/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
158/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo ao vigente Código de Processo Civil.	Em tramitação
159/81	Franco Montoro	Assegura à mulher aposentadoria proporcional aos vinte e cinco anos de serviço.	Em tramitação
160/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL).	Em tramitação
161/81	Lenoir Vargas	Acrescenta parágrafo único ao art. 33 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos — alterado pela Lei nº 5.781, de 5 de junho de 1972.	Em tramitação
162/81	Cunha Lima	Altera dispositivo da Lei n 5.107, de 13 de setembro de 1966, para o fim de determinar novo critério de correção monetária dos depósitos do FGTS.	Em tramitação
163/81	Franco Montoro	Dispensa a concordância do empregador no caso da opção do empregado pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
164/81	Luiz Viana	Declara o Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes Patrono da Força Aérea Brasileira.	Em tramitação
165/81	Cunha Lima	Revigora e altera dispositivo da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação
166/81	Orestes Quércia	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
167/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
168/81	Cunha Lima	Introduz alteração na Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que instituiu o salário família do trabalhador.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
169/81	Leite Chaves	Proíbe a importação de produtos agropecuários de que seja o país tradicional produtor, ressalvados os casos de calamidade pública, declarados por lei.	Em tramitação
170/81	Luiz Fernando Freire	Altera a Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, e dá outras providências.	Em tramitação
171/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao art. 72, da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos).	Em tramitação
172/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a não aplicação do requisito de limite de idade para a concessão de aposentadoria especial às categorias que especifica.	Em tramitação
173/81	Passos Pôrto	Extingue os incentivos fiscais a investimentos aplicados na compra de ações e debêntures conversíveis em ações mediante a composição de Fundos de Investimentos autorizados pelo Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.	Em tramitação
174/81	Cunha Lima	Altera dispositivos da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, na parte concernente ao abono de permanência, e dá outras providências.	Em tramitação
175/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre repouso semanal remunerado e pagamento de salário, nos dias feriados civis e religiosos.	Em tramitação
176/81	Orestes Quércia	Isenta os táxis e os caminhões do pagamento de pedágio nas estradas federais.	Em tramitação
177/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a publicidade nos uniformes esportivos dos atletas profissionais de quaisquer modalidades de desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
178/81	Luiz Viana	Isenta o cacau de qualquer taxa ou cota de contribuição.	Em tramitação
179/81	Orestes Quércia	Determina a obrigatoriedade de doação de livros, pelas editoras, às bibliotecas públicas, na forma que especifica.	Em tramitação
180/81	Franco Montoro	Autoriza a chancela mecânica em documentos oficiais.	Em tramitação
181/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos empregados em lavanderias, na condição que especifica.	Em tramitação
182/81	Cunha Lima	Dispõe sobre o parcelamento do pagamento da Taxa Rodoviária Única, instituída pelo Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969, relativamente aos veículos de praça, de propriedade de motorista profissional autônomo.	Em tramitação
183/81	Itamar Franco	Institui o adicional de regência de turma para os professores.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
184/81	Itamar Franco Complementar	Dá nova redação aos dispositivos que menciona da Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970.	Em tramitação
185/81	Leite Chaves	Reverte ao Patrimônio da União, do Estado ou do Município, os presentes, de valor superior a 2 salários mínimos, recebidos pelo Presidente da República, Governador de Estado ou Prefeito Municipal.	Em tramitação
186/81	Orestes Quércia	Estabelece subsídios para o combustível utilizado pelos veículos de aluguel (táxis).	Em tramitação
187/81	Mauro Benevides	Acrescenta dispositivo ao vigente Código Eleitoral, para o fim de permitir o registro de maior número de candidatos às Câmaras Municipais das Capitais dos Estados.	Em tramitação
188/81	José Richa	Dispõe sobre a realização de um Plebiscito concomitantemente com as eleições gerais de 15 de novembro de 1982, e dá outras providências.	Em tramitação
189/81	Itamar Franco	Estabelece consulta prévia ao eleitorado sobre forma de escolha para Presidência e Vice-Presidência da República.	Em tramitação
190/81	Franco Montoro	Assegura ao cônjuge sobrevivente o direito ao usufruto dos bens da herança, enquanto viver.	Em tramitação
191/81	Amaral Furlan	Institui o Dia do Bandeirante.	Em tramitação
192/81	Paulo Brossard	Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Em tramitação
193/81	Humberto Lucena	Dá nova redação ao inciso VIII, do art. 84 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963.	Em tramitação
194/81	Itamar Franco	Disciplina o televisionamento e a retransmissão de espetáculos desportivos e dá outras providências.	Em tramitação
195/81	Franco Montoro	Elimina o monopólio de empresas distribuidoras de derivados de petróleo, assegurando aos postos de gasolina o direito de adquirir combustíveis de qualquer distribuidora.	Em tramitação
196/81	Orestes Quércia	Proíbe a propaganda de leite em pó no Rádio e Televisão e dá outras providências.	Em tramitação
197/81	José Richa	Dispõe sobre a estabilidade provisória da mulher gestante e dá outras providências.	Em tramitação
198/81	José Richa	Dispõe sobre a discriminação, no recibo, das verbas pagas ao empregado, descontos efetuados, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
199/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre apuração de saldos disponíveis em Caderneta de Poupança e dá outras providências.	Em tramitação
200/81	Marcos Freire	Dispõe sobre a permissão de distribuição de combustíveis e preços reduzidos para os táxis, mediante subsídio, através de cooperativas, na forma que especifica.	Em tramitação
201/81	Henrique Santillo	Assegura ao marido ou companheiro o direito de ser dependente da mulher segurada da Previdência Social.	Em tramitação
202/81	Cunha Lima	Dá nova redação ao parágrafo primeiro, do artigo 487 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
203/81	Orestes Quércia	Estende aos motoristas de táxi a aposentadoria especial a que se refere o art. 9º da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, nas condições que especifica.	Em tramitação
204/81	Jorge Kalume	Isenta de pagamento de multa os eleitores faltosos e dá outras providências.	A Câmara
205/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre coligação partidária e dá outras providências.	Em tramitação
206/81	Franco Montoro	Estende aos servidores das Caixas Econômicas o regime de seis horas de trabalho estabelecido na CLT para os empregados em bancos e casas bancárias.	Em tramitação
207/81	Roberto Saturnino	Determina critério para o reajustamento do preço de venda ao consumidor do GLP — Gás Liquefeito de Petróleo, e dá outras providências.	Em tramitação
208/81	Franco Montoro	Dá nova redação ao art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, estabelecendo que a prescrição de direitos trabalhistas ocorrerá após dois anos da cessação do contrato de trabalho.	Em tramitação
209/81	Leite Chaves	Prorroga, pelo prazo de dois anos, os débitos relativos a custeio do café geado em 1981 e dá outras providências.	Em tramitação
210/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
211/81	Gastão Müller	Torna obrigatória a gravação do número do respectivo chassi nos vidros de veículos automotores fabricados no País e dá outras providências.	Em tramitação
212/81	Pedro Simon	Dispõe sobre a competência da Justiça do Trabalho para conciliar a julgar dissídios oriundos das relações de trabalho entre trabalhadores avulsos e seus tomadores de serviço.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
213/81	Franco Montoro	Determina que a eleição dos representantes dos empregados nas CIPAs seja convocada com 30 dias de antecedência, assegurada ampla publicidade e notificação ao respectivo sindicato.	Em tramitação
214/81	Itamar Franco Tramita em conjunto com o PLS/280/81	Dispõe sobre o impedimento para o exercício da Presidência da República na hipótese que especifica.	Em tramitação
215/81	Pedro Simon	Cria taxa de contribuição em favor do Fundo Nacional do Bem-Estar do Menor — FUNABEM.	Em tramitação
216/81	Itamar Franco	Determina o ressarcimento das despesas efetuadas pelo ferroviário designado para prestar serviços fora do estabelecimento.	Em tramitação
217/81	Nelson Carneiro	Permite a sindicalização dos empregados de sociedades de economia mista e de instituições educacionais de qualquer natureza vinculadas ao Poder Público.	Em tramitação
218/81	Helvídio Nunes	Limita a aplicação da correção monetária e dá outras providências.	Em tramitação
219/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a criação, na 1ª Região da Justiça do Trabalho, de Juntas de Conciliação e Julgamento na cidade do Rio de Janeiro.	Em tramitação
220/81	Franco Montoro	Equipara ao filho menor, para efeito de salário-família, o enteado, o menor sob guarda e o menor sob tutela.	Em tramitação
221/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 4.266, de 3 de outubro de 1963, que institui o salário-família do trabalhador.	Em tramitação
222/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).	Em tramitação
223/81	Franco Montoro	Torna obrigatória a numeração de discos e demais gravações de obras artísticas, literárias e científicas.	Em tramitação
224/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
225/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos).	Em tramitação
226/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a obrigatoriedade da existência de um departamento de educação física nos nosocômios psiquiátricos.	Em tramitação
227/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (Reforma Bancária), para o fim de estabelecer limites às taxas de juros cobrados nas operações de empréstimos.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
228/81	Gastão Müller	Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a disciplinar a obrigatoriedade de reprodução pelas editoras de todo o País, em regime de proporcionalidade, de obras em caracteres Braile; e a permitir a reprodução, sem finalidade lucrativa, de obras já divulgadas, para uso exclusivo de cegos.	Em tramitação
229/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente às férias do trabalhador.	Em tramitação
230/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir um adicional sobre a carga tributária das pessoas físicas e jurídicas, revertendo o produto de sua arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
231/81	João Calmon	Permite deduções no imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de aplicação em programas de ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
232/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor de cigarros, charutos e fumo para cachimbo, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
233/81	João Calmon	Fixa percentual mínimo para aplicações em educação pelas empresas em que o Estado tem participação acionária majoritária.	Em tramitação
234/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 5.107, de 13-9-1963, que institui o FGTS, para o fim de possibilitar a utilização do saldo da conta vinculada na construção de moradia própria independentemente de financiamento do BNH, nas condições que especifica.	Em tramitação
235/81	Franco Montoro	Dispõe sobre a arrecadação das contribuições devidas ao SESI, SESC e SENAC.	Em tramitação
236/81-DF	Poder Executivo	Estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1982.	À Sanção Lei n.º 6.963, de 7-12-81
237/81	Pedro Simon	Dispõe sobre atualização do salário sempre que o custo de vida sofrer aumento igual ou superior a 10% (dez por cento).	Em tramitação
238/81	Humberto Lucena	Introduz alteração na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
239/81	Orestes Quércia	Estabelece requisito indispensável à aprovação de investimentos na área do PROALCOOL.	Em tramitação
240/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria de qualquer natureza.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
241/81	Roberto Saturnino	Modifica dispositivo do vigente Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965), para o fim de dar destinação específica a parte da receita obtida com a cobrança de ingressos aos visitantes de parques nacionais.	Em tramitação
242/81	Mendes Canale	Altera os prazos previstos no § 3º do art. 67 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971 — Lei Orgânica dos Partidos Políticos — e na Lei nº 5.782, de 6 de junho de 1972.	Em tramitação
243/81	Franco Montoro	Permite a participação de trabalhadores aposentados nos cargos de administração sindical.	Em tramitação
244/81	Cunha Lima Complementar	Acrescenta o § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1/67, que visa a reduzir, em casos que especifica, o limite mínimo populacional de que trata o Inciso I do mesmo artigo.	Em tramitação
245/81	Aderbal Jurema	Dá nova redação ao art. 23 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que “dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, e dá outras providências.	Em tramitação
246/81	Itamar Franco	Dá nova redação ao § 1º do art. 4º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.	Em tramitação
247/81	Itamar Franco	Assegura às pessoas carentes de recursos o direito ao desconto que especifica na aquisição de medicamentos.	Em tramitação
248/81	Itamar Franco	Estabelece limite ao reajuste dos preços dos produtos farmacêuticos e medicamentos .	Em tramitação
249/81	Nelson Carneiro	Institui o salário mínimo profissional para os trabalhadores na construção civil, e dá outras providências.	Em tramitação
250/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos).	Em tramitação
251/81	Amaral Furlan	Institui o Dia Nacional da Poesia, e dá outras providências.	Em tramitação
252/81	Itamar Franco	Exime do imposto sobre a renda as quantias pagas a título de indenização por férias não gozadas no curso do contrato de trabalho.	Em tramitação
253/81	Orestes Quércia	Concede incentivo fiscal ao transporte de trabalhadores pelas respectivas empresas, nas condições que especifica.	Em tramitação
254/81	Franco Montoro	Regula utilização e a liberação de conta vinculada do FGTS, para construção e aquisição da casa própria.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
255/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alterações na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
256/81	Bernardino Viana	Dispõe sobre a realização de Convenções para renovação de diretórios a que se refere o art. 6º da Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, e dá outras providências.	A Câmara Lei nº 6.948, de 28-9-81
257/81	Adalberto Sena	Dispõe sobre a situação do servidor habilitado no mesmo concurso público, e dá outras providências.	Em tramitação
258/81	Gastão Müller	Autoriza a Empresa Brasileira de Filmes S.A. — EMBRAFILME, a disciplinar a inclusão obrigatória de filmes nacionais de longa e curta metragem nas programações das estações de televisão.	Em tramitação
259/81	Franco Montoro Complementar	Isenta do imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) os produtos hortifrutigranjeiros.	Em tramitação
260/81	Nelson Carneiro Complementar	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o PRORURAL.	Em tramitação
261/81	Jorge Kalume	Altera o art. 37 da Lei nº 3.807, de 28 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
262/81	Adalberto Sena	Altera o art. 1º da Lei nº 5.859, de 11-12-72, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico.	Em tramitação
263/81	Humberto Lucena	Dispõe sobre a comercialização, uso e controle dos defensivos agrícolas, instituindo receituário agrônomo e dando outras providências.	Em tramitação
264/81	Nelson Carneiro	Institui o adicional por tempo de serviço em favor dos trabalhadores em geral.	Em tramitação
265/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a equiparação dos trabalhadores em marmoraria e serraria aos trabalhadores em exploração de pedreiras, para efeito de recebimento de aposentadoria especial.	Em tramitação
266/81	Roberto Saturnino	Autoriza o abatimento, da renda bruta, das despesas com o pagamento de aluguéis de imóvel residencial.	Em tramitação
267/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na CLT, objetivando criar condições de maior celeridade no processo judicial do trabalho.	Em tramitação
268/81	Lázaro Barboza	Altera a redação do parágrafo único do art. 354, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
269/81	Luiz Fernando Freire	Autoriza as serventias do foro judicial e extrajudicial a prestarem ao público serviços de reprografia, plastificação de documentos e outros assemelhados.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
270/81	Lázaro Barboza	Introduz alterações na Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, permitindo a utilização da conta vinculada do FGTS para saldar empréstimos do Programa de Crédito Educativo.	Em tramitação
271/81	Gastão Müller	Considera prestação de socorro a intervenção médica arbitrária indispensável à salvação da vida de terceiro.	Em tramitação
272/81	Nelson Carneiro	Estende o direito ao adicional de insalubridade aos trabalhadores que especifica.	Em tramitação
273/81	Orestes Quércia	Introduz modificações na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que instituiu "normas gerais sobre desportos".	Em tramitação
274/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Retirado pelo Autor
275/81	Orestes Quércia Complementar	Isenta do imposto sobre transportes, ISTR, a atividade que especifica.	Em tramitação
276/81	José Richa	Transforma o Fundo Fiscal 157 em "Fundo 157 — Carajás", e determina outras providências.	Em tramitação
277/81	Nelson Carneiro	Dá nova redação ao art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
278/81	Nelson Carneiro	Restabelece o art. 454 da Consolidação das Leis do Trabalho, com nova redação.	Em tramitação
279/81	Franco Montoro	Dispõe sobre a proibição da produção, comercialização e aplicação de compostos de Dodecil Benzeno (DDB — não biodegradáveis).	Em tramitação
280/81	Itamar Franco (Tramita em conjunto com o PLS 214/81)	Dispõe sobre o impedimento para o exercício da Presidência da República nas hipóteses que especifica.	Em tramitação
281/81-DF	Poder Executivo	Autoriza o Governo do Distrito Federal a abrir créditos suplementares até o limite de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.967, de 9-12-81
282/81	Orestes Quércia	Revoga o art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
283/81	Orestes Quércia	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que "dispõe sobre a correção automática dos salários, etc".	Em tramitação
284/81	Aloysio Chaves	Altera a diretriz da Rodovia BR-222, integrante do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei n 5.917, de 10 de setembro de 1973.	À Câmara Lei nº 6.976, de 14-12-81

Nº	Autor	Ementa	Resultado
285/81	Itamar Franco	Cria o Conselho para a Promoção dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Homem.	Em tramitação
286/81	Franco Montoro Complementar	Autoriza os empregados a utilizar o seu saldo PIS-PASEP para a aquisição ou construção de casa própria.	Em tramitação
287/81	Lázaro Barboza Complementar	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, permitindo a utilização da conta individual do PIS-PASEP para saldar débito perante o Programa de Crédito Educativo.	Em tramitação
288/81	Franco Montoro	Estabelece que as listas para a escolha dos reitores das Universidades estaduais e municipais obedecerão às normas estabelecidas em seus respectivos Estatutos.	Em tramitação
289/81	Paulo Brossard	Altera dispositivos do Código de Processo Civil, visando à simplificação de atos processuais.	Em tramitação
290/81	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente legislação previdenciária, para o fim de elevar o valor do auxílio-doença devido aos segurados.	Em tramitação
291/81	Humberto Lucena	Introduz modificação na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, que instituiu a Gratificação de Natal, visando tornar incontroverso o direito do trabalhador ao 13º salário, quando se encontre em gozo de benefício previdenciário.	Em tramitação
292/81	Itamar Franco	Disciplina a formação de banco de dados pessoais e respectivo uso das informações cadastradas.	Em tramitação
293/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1975, que criou o PRORURAL.	Em tramitação
294/81	Mauro Benevides	Faculta ao eleitor residente no Distrito Federal, nos pleitos para Governador de Estado, Assembleias Legislativas, Senado Federal e Câmara dos Deputados, votar nos candidatos do Estado ou Território em que seja inscrito, introduzindo alteração na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974.	Em tramitação
295/81	Roberto Saturnino	Declara de utilidade pública a Associação Fluminense de Engenheiros e Arquitetos de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.	Em tramitação
296/81	Valdon Varjão	Proíbe a venda ou anúncio de venda de tecidos ou órgãos do corpo humano, e dá outras providências.	Em tramitação
297/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
298/81	Orestes Quércia	Altera a redação do art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que modificou a Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
299/81	Valdon Varjão	Obriga as empresas que operam consórcio a repassar aos consorciados descontos obtidos do fabricante ou revendedor, e dá outras providências.	Em tramitação
300/81	Nelson Carneiro Complementar	Modifica dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
301/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, visando reduzir a idade limite exigida para obtenção da aposentadoria por velhice, possibilitar a concessão do benefício à mulher do trabalhador rural e indicar a fonte de custeio para tanto.	Em tramitação
302/81	Hugo Ramos	Dispõe sobre a exploração do jogo e abertura dos cassinos na Capital Federal, nas cidades com população mínima de cinco milhões de habitantes, nas estâncias climáticas, balneárias e hidroterápicas e dá outras providências.	Em tramitação
303/81	Nelson Carneiro	Dispõe sobre a concessão, aos empregados da Rede Ferroviária Federal, de passe livre em seus trens, e determina outras providências.	Em tramitação
304/81	Raimundo Parente	Dispõe sobre o serviço de vigilância em navios por vigias portuários e determina outras providências.	Em tramitação
305/81	Franco Montoro	Elimina a inelegibilidade do dirigente sindical que tenha sido destituído do seu cargo.	Em tramitação
306/81	Agenor Maria	Elimina o artigo nº 157 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, Estatuto dos Militares.	Em tramitação
307/81	Amaral Furlan	Restabelece a Loteria do Estado de São Paulo e dá outras providências.	Em tramitação
308/81-DF	Poder Executivo	Altera as alíquotas do imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos a que se refere o artigo 31, do Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.	Em tramitação
309/81	Franco Montoro Complementar	Elimina a inelegibilidade política dos líderes sindicais afastados ou destituídos de cargos de direção, administração ou representação de entidade sindical.	Em tramitação
310/81	Raimundo Parente	Prorroga, por dez anos, o prazo assinado no art. 1º da Lei nº 5.755, de 3 de dezembro de 1971, que "isenta do pagamento dos impostos predial e territorial	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
		urbano e de transmissão, do Distrito Federal, imóveis adquiridos por componentes da Força Expedicionária Brasileira”.	
311/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968.	Em tramitação
312/81	Nelson Carneiro Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
313/81	Pedro Simon	Suprime a expressão: “entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço não for superior a dois anos”, contida no parágrafo 1º do Artigo 461 da CLT.	Em tramitação
314/81	Orestes Quércia	Introduz modificação na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado.	Em tramitação
315/81	Paulo Brossard	Dá nova redação ao <b>caput</b> do art. 55 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
316/81	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para o fim de impedir qualquer discriminação salarial baseada no sexo dos trabalhadores.	Em tramitação
317/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a comercialização de bem móvel durável, pelo sistema de Consórcio, e dá outras providências.	Em tramitação
318/81	Valdon Varjão	Garante aos portugueses residentes no Brasil, que hajam contribuído para a Previdência Social de seu País, a contagem, no regime do Instituto Nacional da Previdência Social — INPS, do tempo de serviço computado no País de origem.	Em tramitação
319/81	Nelson Carneiro	Desobriga os segurados autônomos de contribuir para previdência social durante o tempo em que estiverem sem trabalho.	Em tramitação
320/81	Itamar Franco	Declara nulos os atos que tenham por objetivo assegurar direitos extraordinários aos acionistas minoritários das sociedades de economia mista.	Em tramitação
321/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre o congelamento dos aluguéis residenciais, pelo prazo e condições que especifica.	Em tramitação
322/81	Paulo Brossard	Dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 13 da Lei nº 4.081, de 20 de dezembro de 1961.	Em tramitação
323/81	Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, elevando o valor da alçada para efeito de admissão de recurso ordinário.	Em tramitação
324/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
325/81	Franco Montoro	Estabelece o usucapião especial para habitação, nas áreas urbanas.	Em tramitação
326/81	Leite Chaves	Isenta de correção monetária os débitos de unidades residenciais, cujos adquirentes hajam integralizado 50%, pelo menos, do valor total do respectivo financiamento.	Em tramitação
327/81	Humberto Lucena	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, na parte concernente à proteção do trabalho da mulher.	Em tramitação
328/81	Leite Chaves	Altera os arts. 267 e 303 do Código de Processo Civil, instituindo, após a contestação, uma fase de conciliação nas causas que envolvam interesse econômico ou sejam passíveis de composição financeira.	Em tramitação
329/81	Pedro Simon	Modifica a redação dos incisos I e II do art. 487 da CLT.	Em tramitação
330/81	Agenor Maria	Dispõe sobre Professores Visitantes das autarquias federais.	Em tramitação
331/81	Itamar Franco	Veda a concessão dos incentivos que menciona às pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no exterior.	Em tramitação
332/81	Nelson Carneiro	Isenta da contribuição previdenciária, parte do empregador, as entidades sindicais que prestam assistência médica, odontológica e social a seus associados.	Em tramitação
333/81	Leite Chaves	Dispõe sobre a efetiva integração da assistência técnica no sistema de crédito rural e dá outras providências.	Em tramitação
334/81	Nelson Carneiro	Altera a redação dos artigos 234 e 235, da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
335/81	João Calmon	Autoriza o Poder Executivo a instituir adicional sobre o preço ao consumidor das bebidas alcoólicas, revertendo o produto dessa arrecadação para o ensino de primeiro e segundo graus.	Em tramitação
336/81	Leite Chaves	Altera o art. 687, <b>caput</b> , do Código de Processo Civil — Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.	Em tramitação
337/81	Comissão Especial do Júri Popular	Altera dispositivos do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e do Código de Processo Penal.	Em tramitação
338/81	Cunha Lima	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
339/81	Humberto Lucena Complementar	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, que unificou o PIS e o PASEP.	Em tramitação
340/81-DF	Poder Executivo	Prorroga prazo de vigência da Lei nº 5.755, de 3 de dezembro de 1971, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.968 de 9-12-81

Nº	Autor	Ementa	Resultado
341/81	Valdon Varjão	Regula a votação dos eleitores em trânsito nas cidades de mais de duzentos mil habitantes.	Em tramitação
342/81	Nelson Carneiro Complementar	Introduz alteração na Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.	Em tramitação
343/81	Lourival Baptista	Dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas com a construção, instalação e manutenção de creches destinadas aos filhos de seus empregados.	Em tramitação
344/81	Nelson Carneiro	Altera dispositivo da vigente Consolidação das Leis do Trabalho, visando assegurar trabalho aos arrumadores portuários, mesmo quando existir pessoal nos quadros da administração dos portos.	Em tramitação
345/81	Orestes Quércia Complementar	Isenta o prédio que seja sede própria de sindicato do Imposto Predial e Territorial Urbano.	Em tramitação
346/81	Humberto Lucena	Altera dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para o fim de determinar que o pagamento do repouso semanal remunerado compreenda também as horas extraordinárias.	Em tramitação
347/81	Orestes Quércia	Acrescenta parágrafo único ao art. 36, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
348/81	Franco Montoro	Estabelece critério objetivo para a fixação do valor de imóveis dados em enfiteuse.	Em tramitação
349/81	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo ao art. 322 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
350/81	Itamar Franco	Determina a aplicação do Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933 (Lei de Usura), às entidades integrantes do sistema financeiro.	Em tramitação
351/81	Orestes Quércia	Revoga o § 4º do art. 5º da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960).	Em tramitação
352/81	Itamar Franco	Dispõe sobre a representação por inconstitucionalidade de lei ou ato normativo prevista no art. 119, item I, letra I, da Constituição Federal.	Em tramitação
353/81	Nelson Carneiro	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
354/81	Jutahy Magalhães	Modifica a redação do art. 176 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que instituiu o Código Eleitoral.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
355/81	Jutahy Magalhães	Altera a redação do art. 92, <b>caput</b> , da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral.	Em tramitação
356/81	Humberto Lucena	Modifica dispositivo da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que institui o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Em tramitação
357/81	Eunice Michiles	Disciplina a impressão em cores das cédulas eleitorais para os pleitos e dá outras providências.	Em tramitação
358/81	Orestes Quércia	Veda a comercialização dos medicamentos que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
359/81	Nelson Carneiro	Revoga dispositivo da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
360/81	Cunha Lima	Dispõe sobre a possibilidade do dependente do empregador rural filiar-se à previdência social no caso e condição que especifica.	Em tramitação
361/81	Adalberto Sena	Acrescenta parágrafo à Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1981.	Em tramitação
362/81	Nelson Carneiro	Introduz alteração na Lei nº 6.708, de 30 de outubro de 1979, que dispõe sobre a correção automática dos salários.	Em tramitação
363/81	Comissão Diretora	Altera o parágrafo único do art. 5º e o Anexo III da Lei nº 6.908, de 21 de maio de 1981 e dá outras providências.	Em tramitação
364/81	Nelson Carneiro	Altera a redação do art. 11 da vigente Consolidação das Leis do Trabalho, compatibilizando o prazo prescricional de direitos do diploma consolidado com o da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
365/81	Itamar Franco	Determina que o Poder Executivo exija das representações diplomáticas estrangeiras o cumprimento da legislação trabalhista.	Em tramitação
366/81	Franco Montoro	Dá ao segurado do INPS que deixou de exercer emprego ou atividade o direito de reajustar seu salário de contribuição.	Em tramitação
367/81	Nelson Carneiro	Assegura preferência de subvenção oficial às entidades que especifica.	Em tramitação
368/81	Itamar Franco	Fixa como prioritárias para fins de desapropriação as áreas rurais que apresentam tensão social.	Em tramitação
369/81	Nelson Carneiro	Estende às pensões percebidas por viúvas de militares os benefícios da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980.	Em tramitação
370/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre a regularização dos débitos das municipalidades e suas autarquias ou empresas públicas para com a previdência social, mediante parcelamento ou reparcelamento especial, e dá outras providências.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
371/81	Valdon Varjão	Proíbe qualquer critério discriminatório envolvendo sexo, raça, credo religioso, trabalho, estatura, idade ou qualquer outra circunstância decorrente do nascimento e independente do direito de escolha pessoal do indivíduo, e dá outras providências.	Em tramitação
372/81	Humberto Lucena	Altera dispositivo da vigente legislação previdenciária, para o fim de assegurar também ao marido viúvo o direito ao benefício da pensão.	Em tramitação
373/81	Nelson Carneiro	Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (LOPS).	Em tramitação
374/81	Eunice Michiles	Dispõe sobre a política Econômica do Guaraná, cria a "Superintendência do Guaraná" e dá outras providências.	Em tramitação
375/81	José Richa	Dispõe sobre a correção monetária do tributo cobrado em excesso na fonte ou por antecipação, quando de sua restituição ao contribuinte, e dá outras providências.	Em tramitação
376/81	Eunice Michiles	Determina a criação de Coordenações de Educação Ecológica no ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Em tramitação
377/81	Franco Montoro	Proíbe qualquer espécie de propaganda política nas 48 horas anteriores às eleições, com o objetivo de coibir o abuso do poder econômico.	Em tramitação

c) EMENDADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº	Autor	Ementa	Resultado
116/76 (Nº 3.837, de 1977, na CD)	Fausto Castello Branco	Inclui, entre as atribuições do MOBREAL, a difusão de rudimentos de educação sanitária.	Em tramitação
71/79 (Nº 2.538, de 1979, na CD)	Franco Montoro	Revoga o art. 18 do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1966, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.914, de 27-5-81

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei do Senado:

I — Total dos Projetos .....	931
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores .....	554
recebidos nesta sessão legislativa .....	377
Aprovados e enviados à sanção .....	6

Sendo:		
de sessão legislativa anterior .....	1	
desta sessão legislativa .....	5	
Aprovados e enviados à Câmara .....		31
Sendo:		
de sessões legislativas anteriores .....	23	
desta sessão legislativa .....	8	
Rejeitados .....		24
Sendo:		
de sessões legislativas anteriores .....	23	
desta sessão legislativa .....	1	
Retirados pelo Autor .....		3
Sendo:		
da sessão legislativa anterior .....	1	
desta sessão legislativa .....	2	
Prejudicados (de sessões legislativas anteriores) .....		2
Em andamento (inclusive sobrestados) .....		865
Sendo:		
de sessões legislativas anteriores .....	504	
desta sessão legislativa .....	361	
II — Emendados pela Câmara (de sessões legislativas anteriores) .....		2

D.5.2 — PROJETOS DE LEI DA CÂMARA

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
106/66	314/63	Dispõe sobre o consumo do carvão nacional nas empresas siderúrgicas a coque.	Em tramitação
115/75	1.411/73	Veda a ocupante de cargos de ministros e conselheiros a aposentadoria antes de quatro anos de exercício no cargo.	Em tramitação
015/76	76/75	Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
088/76 Sobrestado	1.106/75	Dá nova redação aos §§ 3º e 4º do art. 2º da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	Em tramitação
012/77	1.203/73	Acrescenta inciso ao art. 87 da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, que "dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil".	Em tramitação
022/77	382/75	Acrescenta parágrafos ao art. 766 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
023/77	996/75	Altera a redação do art. 147 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).	Em tramitação
036/77	082/75	Dispõe sobre padronização de embalagens, e dá outras providências.	Em tramitação
040/77	2.155/76	Dispõe sobre o registro de entidades no Conselho Nacional de Serviço Social, concessão, pagamento e prestação de contas de subvenções sociais, e dá outras providências.	Em tramitação
049/77	395/75	Altera a redação da letra a do art. 3º da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
051/77	3.107/76	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 5.757, de 3 de dezembro de 1971, que estabelece regime de gratificação ao pessoal à disposição do FUNRURAL, e dá outras providências.	Em tramitação
053/77	227/75	Dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências.	Em tramitação
067/77	1.885/76	Exige a inscrição do CPF e do RG dos devedores, nos títulos de crédito que especifica, e dá outras providências.	Em tramitação
083/77	3.110/76	Acrescenta parágrafos aos arts. 3º e 9º, e altera a redação do art. 10, da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, dispondo sobre limitação das indenizações por danos pessoais e materiais, cobertos pelos seguros de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre.	Em tramitação
111/77	286/75	Dispõe sobre a substituição de certificado de escolaridade pelo Título de Eleitor, nos casos de admissão em emprego.	Em tramitação
141/77	1.068/75	Dispõe sobre o trabalho de excepcional nas Oficinas Protegidas e em trabalho competitivo.	Em tramitação
019/78	838/75	Proíbe a cobrança ao adquirente de casa própria, por intermédio do Sistema Financeiro da Habitação, de obras de equipamento comunitário e de infra-estrutura urbana.	Em tramitação
020/78	1.725/73	Define as infrações penais relativas à circulação de veículos, regula o respectivo processo e julgamento, e dá outras providências.	Em tramitação
025/78	1.626/75	Permite a dedução do Imposto de Renda de gastos com assistência médica, inclusive radiografias, exames de laboratório e cirurgias, no caso e condições que especifica.	Em tramitação
026/78	317/75	Regula o exercício da profissão de Técnico em Radiologia, e dá outras providências.	Em tramitação
036/78	655/75	Obriga os revendedores de derivados de petróleo a declararem ao público a fonte refinadora dos produtos, na forma que especifica, e dá outras providências.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
037/78	2.252/76	Dispõe sobre a proteção contra incêndios.	Em tramitação
039/78	629/75	Regula a atividade das empresas de recrutamento, seleção, assessoria, consultoria e orientação profissional, e dá outras providências.	Em tramitação
051/78	1.465/75	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.	Em tramitação
067/78	3.464/77	Dispõe sobre o concurso de livre-docência e os títulos de doutor e livre-docente.	Em tramitação
071/78	750/72	Regula a atividade profissional nos jornais de empresa.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
076/78	3.594/77	Introduz alteração na Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975, que "institui normas gerais sobre desportos".	Em tramitação
078/78	2.785/76	Dá nova redação ao art. 24 da Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que institui o Código da Propriedade Industrial.	Em tramitação
082/78	2.883/76	Estende a todas as espécies de animais o processo de abate com prévia insensibilização por métodos técnico-científicos.	Em tramitação
092/78	528/75	Altera a redação dos arts. 379, 380 e 404 e revoga o art. 375 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Rejeitado
100/78	2.002/76	Institui o salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.	Em tramitação
102/78	2.357/76	Faculta o abatimento do Imposto de Renda das contribuições para as Igrejas de quaisquer credos, na forma que menciona.	Em tramitação
109/78	1.964/76	Altera a redação do art. 126 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa, e dá outras providências".	Em tramitação
115/78	3.441/77	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fixar prazo de validade para consumo nas embalagens dos produtos que especifica.	Em tramitação
127/78	1.423/75	Proíbe a pesca predatória, e dá outras providências.	Em tramitação
131/78	2.961/76	Dispõe sobre a propaganda e a publicidade nas entidades executantes dos serviços de radiodifusão, e determina outras providências.	Em tramitação
146/78	243/78	Dispõe sobre as profissões de distribuidores e de vendedores de jornais e revistas.	Em tramitação
012/79	1.686/75	Modifica dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
013/79	4.907/78	Acrescenta parágrafos ao art. 20 e dá nova redação ao art. 586, ambos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).	Em tramitação
017/79	1.019/75	Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 6.281, de 9 de dezembro de 1975.	Em tramitação
035/79	1.657/75	Autoriza o Governo Federal a instituir a Fundação Universidade Federal de Campina Grande, e dá outras providências.	Em tramitação
045/79	924/75	Isenta da contribuição ao Instituto Nacional de Previdência Social, como empregadores, as entidades que prestam assistência médica aos seus associados.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
046/79	1.775/76	Dispõe sobre a apresentação de espetáculos musicais ao vivo, aditando capítulo à Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, que instituiu a Ordem dos Músicos do Brasil.	Rejeitado
047/79	2.714/76	Dispõe sobre a padronização e o uso de embalagens destinadas ao acondicionamento de cargas na carroçaria de veículo automotor, e dá outras providências.	Em tramitação
065/79	4.257/77	Autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes.	Em tramitação
068/79	2.248/76	Define o comportamento exigível às empresas que operam no Território Nacional sob o controle de capital estrangeiro.	Em tramitação
069/79	4.905/78	Altera a redação do <b>caput</b> do art. 1º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, que "torna obrigatória a declaração do preço total nas vendas a prestação, e dá outras providências.	Em tramitação
072/79	3.467/77	Dá nova redação ao <b>caput</b> do art. 55 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Rejeitado
076/79	1.322/79	Disciplina o parcelamento da Taxa Rodoviária Única — alterando a redação do § 3º do art. 2º do Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969 e acrescenta ao mesmo artigo os §§ 4º e 5º, e dá outras providências.	Em tramitação
079/79	1.511/75	Acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973.	Em tramitação
082/79	2.255/76	Altera a redação do inciso I e do § 3º, do art. 11 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
089/79	036/75	Acrescenta dispositivos ao art. 13 da Lei número 4.324, de 14 de abril de 1964, que institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.955, de 18-11-81
104/79	3.923/77	Especifica condições para inscrição e registro de embarcações.	Em tramitação
106/79	2.650/76	Dispõe sobre a responsabilidade civil das agências de empregados domésticos.	Em tramitação
109/79	4.052/77	Dispõe sobre a proibição do fabrico e da venda de medicamentos e insumos farmacêuticos, cuja venda tenha sido interdita no país de origem da fórmula.	Em tramitação
009/80	830/79	Altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que "fixa as diretrizes e bases da educação nacional", a fim de tornar obrigatória a participação de especialistas em Educação Física no Conselho Federal de Educação.	Rejeitado (Art. 278 do RI)

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
010/80 Complementar	68/76	Acrescenta artigo à Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
016/80	28/79	Dá nova redação ao § 4º do art. 79 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).	Em tramitação
017/80	250/79	Não permite dirigir motocicletas, motonetas e similares sem o uso de capacetes de segurança, introduzindo alteração no art. 88 do Código Nacional de Trânsito, Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966.	À Câmara
020/80 Tramitação em conjunto com os PLS nºs 243/79 e 46/80	1.410/73	Modifica a Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituindo Fundo Especial para a construção de creches e escolas pré-primárias.	Em tramitação
021/80	1.015/79	Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.	Em tramitação
022/80	147/79	Dá nova redação ao art. 3º da Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário, e dá outras providências.	Em tramitação
024/80	2.591/76	Modifica o art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, acrescentando dispositivo que torna impenhorável o imóvel rural até um módulo.	À Câmara
025/80 Vide PLS 21/80	920/79	Define como crime contra a Segurança Nacional a manutenção de depósito em moeda estrangeira no exterior, fora dos casos previstos em lei.	Em tramitação
031/80	3.239/76	Dispõe sobre a frequência escolar de estudantes no exercício de mandato legislativo municipal.	Em tramitação
041/80	922/79	Altera a redação da Lei nº 5.479, de 10 de agosto de 1968, que “dispõe sobre a retirada e transplante de tecidos, órgãos e partes de cadáver para finalidade terapêutica e científica, e dá outras providências.	Rejeitado
045/80	1.761/79	Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, e dá outras providências.	Em tramitação
049/80 Tram. conj. com os PLS n.ºs 57, 59 e 78/71, 24/75 e 4/76.	68/79	Dispõe sobre a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas, e determina outras providências.	Em tramitação
053/80	1.045/79	Altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que “dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias”, acrescenta-lhe novos parágrafos, regulamentando a realização de obras externas e internas nos edifícios, o <b>quorum</b> para decisões nas reuniões de condomínio, e dá outras providências.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
057/80	4.625/77	Acrescenta § 5º ao art. 169 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
058/80	1.693/79	Acrescenta parágrafo ao art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
060/80	1.996/76	Determina a aplicação da correção monetária débitos oriundos de decisão judicial, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.899, de 8-4-81
062/80	1.871/79	Dá nova redação ao art. 5º da Lei nº 6.678, de 14 de agosto de 1979, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos da administração direta e autárquica pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.	Em tramitação
064/80 Poder Executivo	2.888/80	Autoriza a alienação, sob a forma de doação modal, ao Estado do Pará, do imóvel que menciona, situado no Município de Marabá, Estado do Pará, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.897, de 30-3-81
075/80	709/79	Institui o "Dia Nacional das Relações Públicas".	Em Tramitação
077/80 Poder Executivo	3.358/80	Altera o art. 242 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	A Sanção Lei nº 6.898, de 30-3-81
079/80 Poder Executivo	3.671/80	Cria a 11ª Região da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho respectivo, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.915, de 1-6-81
080/80 Poder Executivo	3.423/80	Cria cargos em comissão e efetivos no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.912, de 27-5-81
081/80 Poder Executivo	3.353/80	Autoriza a reversão ao Município de Pinheiro, Estado do Maranhão, do terreno que menciona.	A Sanção Lei nº 6.917, de 1-6-81
083/80 Poder Executivo	3.670/80	Cria a 10ª Região da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho respectivo, e institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.927, de 7-7-81
085/80 Poder Executivo	3.714/80	Cria a 12ª Região da Justiça do Trabalho, o Tribunal Regional do Trabalho respectivo, institui a correspondente Procuradoria Regional do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.928, de 7-7-81
087/80 Poder Executivo	3.898/80	Dispõe sobre o provimento de cargos de Juiz de Direito dos Territórios, nas condições que menciona, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.896, de 30-3-81
088/80 Poder Executivo	3.668/80	Dispõe sobre proventos de funcionários aposentados ou postos em disponibilidade, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.943, de 14-9-81
089/80 Poder Executivo	2.635/80	Autoriza a reversão ao Município de Caicó, Estado do Rio Grande do Norte, do terreno que menciona.	A Sanção Lei nº 6.920, de 4-6-81
090/80 Poder Executivo	3.510/80	Autoriza a reversão, à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A, do terreno que menciona.	A Sanção Lei nº 6.916, de 1-6-81

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
091/80 Poder Executivo	3.362/80	Autoriza a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, a renunciar créditos de financiamentos, a conta de recursos do extinto Fundo de Financiamento para Água e Esgotos, concedidos a entidades estaduais para execução de obras e serviços de saneamento da Amazônia Legal, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.935, de 13-7-81
093/80	1.151/79	Dispõe sobre incentivos à produção de álcool e determina outras providências.	Em tramitação
095/80	3.308/77	Institui o "Dia Nacional da Poesia"	Em tramitação
096/80	144/79	Define ilícitos de natureza fiscal e estabelece prazo de prescrição.	Em tramitação
097/80	104/79	Dispõe sobre as atividades do médico-residente, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.932, de 7-7-81
098/80	3.181/80	Dispõe sobre isenção da multa prevista no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em Tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
001/81	865/79	Assegura matrícula, nas escolas de qualquer nível, aos servidores que especifica.	Em tramitação
002/81 Poder Executivo	3.899/80	Autoriza a criação de municípios no Território Federal de Rondônia, altera a Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.921, de 16-6-81
003/81	1.889/76	Altera a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei n 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências.	Em tramitação
004/81	4.469/77	Introduz modificação na Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
005/81	3.035/80	Altera o art. 1º da Lei nº 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.	Em tramitação
006/81	237/79	Fixa em oito horas a jornada de trabalho dos vigias.	Em tramitação
007/81	1.663/79	Dá a denominação de Rodovia dos Guararapes ao trecho da BR-101, que menciona.	Em tramitação
008/81	254/79	Acrescenta parágrafos ao art. 811 do Código Civil.	Em tramitação
009/81	2.031/79	Acrescenta inciso ao art. 649 do Código de Processo Civil, para tornar impenhorável o imóvel hipotecado ao Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
010/81	1.529/79	Dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social.	Em tramitação
011/81	4.261/77	Altera a redação do <b>caput</b> do art. 17 da Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências.	À Câmara com substitutivo Lei nº 6.961, de 1-12-81
012/81	38/79	Altera a redação da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que "institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos, e dá outras providências.	Em tramitação
013/81	78/79	Introduz modificações na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que "dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos".	Em tramitação
014/81	2.977/80 Tramitação em conjunto com os PLS 42/81 e PLS 47/81	Suprime a alínea <b>b</b> do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
015/81	1.909/79	Acrescenta parágrafo ao art. 129 do Código Penal, instituído pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.	Em tramitação
016/81	1.325/79	Inclui ligação rodoviária na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	Em tramitação
017/81	573/79	Altera a redação do art. 484 da Consolidação das Leis do Trabalho, que dispõe sobre a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho.	Em tramitação
018/81	4.192/80 Poder Executivo	Destina a renda líquida de concursos de prognósticos esportivos à Cruz Vermelha Brasileira, e dá outras providências.	À Câmara Lei nº 6.905, de 11-5-81
019/81	4.262/81	Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Câmara dos Deputados, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.907, de 21-5-81
020/81	1.091/79	Altera dispositivos da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, facultando-lhes permitirem ou não, em seus estatutos, a representação de associados nas assembléias-gerais.	Em tramitação
021/81	3.974/80 Poder Executivo	Cria cargos no Grupo-Polícia Federal, no Quadro Permanente do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça.	À Sanção Lei nº 6.922, de 17-6-81
022/81	1.517/75	Dispõe sobre licença motivada por interesses particulares, dos empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
023/81	1.041/79	Dá nova redação ao § 2º do art. 43 da Lei número 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito.	Em tramitação

SF	Nº	CD	Ementa	Resultado
024/81	285/79		Dá nova redação ao art. 245 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
025/81	6/79		Introduz alterações na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, no que se refere à arrematação de bens penhorados.	Em tramitação
026/81	1.128/79		Introduz alterações na Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, na parte referente à administração e às eleições sindicais.	Em tramitação
027/81	1.001/79		Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul.	À Sanção Lei nº 6.951, de 6-11-81
028/81	47/79		Altera a redação do art. 379 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
029/81	960/79		Dispõe sobre os requisitos para a venda de espingarda de ar comprimido.	Em tramitação
030/81	623/75		Acrescenta parágrafos ao art. 460 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, disciplinando a admissão de novo empregado em vaga decorrente de dispensa sem justa causa, e dá outras providências.	Em tramitação
031/81	2.098/79		Acrescenta dispositivo ao art. 10 da Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, que altera a legislação da Previdência Social.	Em tramitação
032/81	3.033/76		Altera dispositivo da Lei nº 4.594, de 29 de dezembro de 1964, que regula a profissão de corretor de seguros, e dá outras providências.	Em tramitação
033/81	3.310/77		Dispõe sobre as comemorações dos feriados, e dá outras providências.	Em tramitação
034/81	3.658/80		Acrescenta parágrafo ao art. 234 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.	Em tramitação
035/81	1.451/79		Institui o "Dia Nacional do Aposentado" a ser comemorado anualmente a 24 de janeiro.	À Promulgação Lei nº 6.926, de 30-6-81
036/81	198/79		Assegura direitos aos empregados no caso de falência ou concordata da empresa.	Em tramitação
037/81	1.795/79		Acrescenta parágrafo ao art. 65 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que "dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências".	Em tramitação
038/81	2.930/76		Altera dispositivos da Lei nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que "institui amparo previdenciário para maiores de setenta anos de idade e para inválidos".	Em tramitação
039/81	369/79		Altera dispositivo de aposentadoria da Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
040/81	354/79	Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação de histórias em quadrinhos nacionais e determina outras providências.	Em tramitação
041/81	2.443/79	Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências.	Em tramitação
042/81 Poder Executivo	4.264/81	Dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.	A Câmara Lei nº 6.923, de 29-6-81
043/81	217/79	Veda a cobrança de juros de mora sobre título cujo vencimento se dê em feriado, sábado ou domingo.	Em tramitação
044/81	587/79	Veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras.	Em tramitação
045/81	650/79	Altera dispositivo da Lei nº 6.032, de 30 de abril de 1974, que dispõe sobre o Regimento de Custas da Justiça Federal, para o fim de determinar o preavencimento dos arts. 789 e 790 da Consolidação das Leis do Trabalho, sempre que se tratar de litígio decorrente de relação de trabalho.	Em tramitação
046/81	3.819/80	Inclui ligação rodoviária na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	A sanção Lei nº 6.933, de 13-7-81
047/81	286/79	Estabelece a obrigatoriedade de práticas agrícolas no ensino de 1º e 2º graus, nas escolas que menciona, e determina outras providências.	Em tramitação
048/81	4.708/78	Introduz alterações no art. 243 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral.	Em tramitação
049/81	946/79	Dispõe sobre a intervenção e a liquidação extrajudicial de empresas beneficiadas com incentivos fiscais na área de atuação da SUDENE.	Em tramitação
050/81	2.048/79	Dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador.	Em tramitação
051/81	1.468/79	Dispõe sobre a criação do Instituto de Energia Solar, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte — UFRN.	Em tramitação
052/81	2.051/79	Dispõe sobre o valor anual das bolsas concedidas através do Programa Especial de Bolsas de Estudos — PEBE.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
053/81	614/79	Introduz alterações no Decreto-lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, e na Lei nº 5.741, de 1º de dezembro de 1971, que dispõem sobre cédula Hipotecária e a cobrança de crédito hipotecário vinculado ao Sistema Financeiro de Habitação.	Em tramitação
054/81	435/79	Inclui a filha desquitada, divorciada ou viúva entre os beneficiários do servidor público federal civil, militar ou autárquico.	Em tramitação
055/81	1.186/79	Torna obrigatória a licitação nos casos de alienação de bem público e em hipóteses de aquisição ou arrendamento de bem imóvel destinado ao Serviço Público, introduzindo alterações no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, e determina outras providências.	Em tramitação
056/81	4.524/77	Dispõe sobre a gratuidade na expedição de documentos pelas repartições públicas, nos casos e condições que especifica.	Em tramitação
057/81	2.109/79	Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, na parte relativa ao procedimento sumaríssimo.	Em tramitação
058/81	1.595/79	Dispõe sobre a legitimação adotiva, e dá outras providências.	Em tramitação
059/81	1.894/79	Inclui na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, ferrovia transversal ligando Belém—São Luís—Teresina.	Em tramitação
060/81	4.645/81	Dispõe sobre os mandatos dos Ministros Classistas, dos Juizes Classistas dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Suplentes e dos Vogais de Juntas de Conciliação e Julgamento.	A sanção Veto Total
061/81	2.014/79	Acrescenta parágrafos ao art. 145 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
062/81	422/79	Altera a redação da alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
063/81	2.087/79	Modifica a redação do § 2º do art. 20 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
064/81	1.874/79	Dá nova redação ao § 1º do art. 474 do Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 — Código de Processo Penal.	Em tramitação
065/81	2.471/79	Altera a redação do parágrafo único do art. 17 da Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977, que dispõe sobre a organização política e administrativa dos Municípios dos Territórios Federais, e dá outras providências.	Em tramitação
066/81	1.412/79	Dispõe sobre a alienação de imóveis da União, nas condições que menciona.	Em tramitação
067/81	3.506/80	Dá nova redação ao § 4º do art. 662 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
068/81	1.895/79	Inclui na Relação Descritiva das Ferrovias do Plano Nacional de Viação, instituído pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, ferrovia radial ligando Brasília a Belém.	Em tramitação
069/81	816/79	Dá nova redação ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, determinando o pagamento, pelo infrator, de multa de trânsito de sua responsabilidade.	Em tramitação
070/81	10/79	Modifica dispositivos da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Novo Código Florestal.	Em tramitação
071/81	81/79	Modifica a redação do <b>caput</b> do art. 7º da Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, que institui o sistema financeiro para aquisição da casa própria.	Em tramitação
072/81 Poder Executivo	4.884/81	Dispõe sobre isenção da multa prevista no art. 8º da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral, estabelece critérios para distribuição dos recursos do fundo partidário referentes aos exercícios de 1979 e 1980, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.937, de 31-8-81
073/81	678/79	Dispõe sobre a exigência de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina Aplicada à Educação Física para o exercício das funções de Médico Assistente de Educação Física e Desportos, nos estabelecimentos que especifica.	Em tramitação
074/81	1.563/79	Altera a redação da Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo.	Em tramitação
075/81	638/79	Altera a redação do art. 210 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
076/81 Poder Executivo	4.261/81	Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, Autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Pentecoste, no Estado do Ceará.	À Sanção Lei nº 6.953, de 18-11-81
077/81	742/79	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências.	A Câmara Lei nº 6.965, de 9-12-81
078/81 Poder Executivo	4.940/81	Dispõe sobre aproveitamento de pessoal na Universidade Federal de Juiz de Fora.	À Sanção Lei nº 6.954, de 18-11-81
079/81	3.247/80	Dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais.	Em tramitação
080/81	2.253/79	Dispõe sobre o prazo para o registro de nascimento.	Em tramitação
081/81	3.123/80	Assegura os direitos de autores teatrais.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
082/81	2.768/80	Altera o art. 280 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
083/81	2.101/79	Altera o art. 237 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil, e dá outras providências.	Em tramitação
084/81	3.464/80	Institui o "Dia Nacional de Combate ao Fumo".	Em tramitação
085/81	3.652/80	Altera dispositivo da Lei nº 6.537, de 19 de junho de 1978, dispondo sobre os Conselhos Federal e Regionais de Economia.	Em tramitação
086/81	609/79	Acrescenta parágrafo único ao art. 893 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a notificação, por via postal, das decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho.	Em tramitação
087/81	714/79	Torna privativo do professor portador de diploma de licenciatura em Educação Física, e dos que lhe são equiparados por lei, o exercício do magistério, direção e supervisão das instituições desportivas, com a ressalva que especifica.	Rejeitado (Art. 278 do RI)
088/81	417/79	Acrescenta dispositivos à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social.	Em tramitação
089/81	4.982/81	Altera dispositivo das Leis nºs 5.478, de 25 de julho de 1968, e 6.515, de 26 de dezembro de 1977.	Em tramitação
090/81	4.779/81	Retifica, sem ônus, a Lei nº 6.867, de 3 de dezembro de 1980, que "estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício Financeiro de 1981.	Em tramitação
091/81	760/79	Introduz alterações no Plano Rodoviário Nacional aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, no que se refere ao traçado da BR-359.	Em tramitação
092/81	3.820/80	Acrescenta parágrafo ao art. 659 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 — Código de Processo Civil.	Em tramitação
093/81	5.088/81	Dispõe sobre convenções municipais para a escolha de diretórios municipais e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.957, de 23-11-81
094/81 Poder Executivo Complementar	223/81	Estabelece normas gerais a serem adotadas na organização do Ministério Público Estadual.	À Câmara Lei Complementar nº 40, de 14-12-81. Veto Parcial
095/81	2.297/79	Altera a redação do <b>caput</b> do art. 227 da Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre a jornada de trabalho dos empregados nos serviços de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, de radiotelegrafia e radiotelefonia.	Em tramitação
096/81	1.542/79	Dá nova redação ao art. 12 da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que "dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas.	Em tramitação
097/81 Poder Executivo	5.275/81	Dispõe sobre doação de lote à Organização Internacional do Trabalho — OIT, pela Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP.	À Sanção Lei nº 6.949, de 27-10-81

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
098/81	1.624/81	Acrescenta parágrafo ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
099/81 Poder Executivo	5.045/81	Altera disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.964, de 9-12-81
100/81	918/79	Acrescenta parágrafo ao art. 236 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Em tramitação
101/81 Poder Executivo	3.702/80	Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a alienar, à Companhia Agro-Industrial de Monte Alegre, os lotes 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Gleba 60, localizados no Projeto Integrado de Colonização de Altamira, no Município de Prainha, no Estado do Pará.	Em tramitação
102/81	1.764/79	Dispõe sobre o acesso de interessados a estudos, pesquisas e demais trabalhos realizados e impressos por órgãos públicos e determina outras providências.	Em tramitação
103/81	2.867/80	Acrescenta parágrafo único ao art. 19 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 — Código Civil.	Em tramitação
104/81 Poder Executivo	4.442/81	Dispõe sobre a retribuição dos Grupos Direção e Assessoramento Superiores e Direção e Assistência Intermediárias dos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.960, de 25-11-81
105/81 Complementar	60/75	Altera dispositivo da Lei Complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, que “estabelece requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos municípios.	Em tramitação
106/81 Poder Executivo	4.265/81	Autoriza o Instituto Brasileiro do Café—IBC, a doar, para o fim que indica, faixa de terreno ao Município de Cornélio Procópio, no Estado do Paraná.	Em tramitação
107/81 Poder Executivo	4.815/81	Dispõe sobre o pagamento da Gratificação de Produtividade, nos casos que menciona, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.970, de 10-12-81
108/81	471/79	Torna obrigatória a fixação dos preços nos anúncios de imóveis destinados à venda e locação e dá outras providências.	Em tramitação
109/81	337/79	Acrescenta parágrafo ao art. 791 da Consolidação das Leis do Trabalho.	Em tramitação
110/81	443/79	Torna obrigatória a existência de alojamento para motoristas, nas empresas de ônibus que especifica.	Em tramitação
111/81	2.665/80	Dispõe sobre a admissão de Técnicos de Administração pelas entidades que menciona.	Em tramitação
112/81	5.276/81	Cria cargos no Quadro Permanente da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	À Sanção Lei nº 6.959, de 25-11-81

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
113/81	160/79	Autoriza o Poder Executivo a devolver troféus de guerra à República do Paraguai.	Em tramitação
114/81	168/80 Poder Executivo Complementar	Altera o Decreto-lei nº 406, da 31 de dezembro de 1968, que estabelece normas gerais de direito tributário, e dá outras providências.	Em tramitação
115/81	2.900/80	Dispõe sobre a perícia policial, nos casos de colisão de veículos automotores, e dá outras providências.	Em tramitação
116/81	5.224/81 Poder Executivo	Estende ao pessoal dos Territórios Federais disposições que especifica, referentes aos vencimentos e salários dos servidores civis do Poder Executivo.	A sanção Lei nº 6.973, de 14-12-81
117/81	4.260/81 Poder Executivo	Altera dispositivo da Lei nº 4.878, de 3 de dezembro de 1965, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar aos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal.	A Sanção Lei nº 6.974, de 14-12-81
118/81	5.330/81 Poder Executivo	Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.	Em tramitação
119/81	5.103/81 Poder Executivo	Acrescenta dispositivo à Lei nº 6.849, de 12 de novembro de 1980, que fixa os valores de retribuição da Categoria Funcional de Agente de Vigilância, e dá outras providências.	A Sanção Lei nº 6.972, de 14-12-81
120/81	5.496/81 Poder Executivo	Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, em favor da Empresa Brasileira de Filmes S/A, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.	A sanção Lei nº 6.966, de 9-12-81
121/81	4.998/81 Poder Executivo	Dispõe sobre a criação de cargos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco e dá outras providências.	Em tramitação
122/81	5.482/81 Poder Executivo	Dispõe sobre a administração do Território Federal de Fernando de Noronha e dá outras providências.	A sanção Lei nº 6.971, de 14-12-81

#### c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei da Câmara:	
Total dos Projetos .....	213
Sendo	
oriundos de sessões legislativas anteriores .....	91
recebidos nesta sessão legislativa .....	122
Aprovados e enviados à sanção .....	34
Sendo	
desta sessão legislativa .....	20
de sessões legislativas anteriores .....	14

Aprovado e enviado à promulgação (desta sessão legislativa) .....	1
Emendados e devolvidos à Casa de origem .....	8
Sendo:	
desta sessão legislativa .....	5
de sessões legislativas anteriores .....	3
Rejeitados .....	8
Sendo:	
desta sessão legislativa .....	1
de sessões legislativas anteriores .....	7
Permanecem em estudo (inclusive sobrestados) .....	162
Sendo:	
desta sessão legislativa .....	95
de sessões legislativas anteriores .....	67

D.5.3 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
004/79	001/79	Ratifica o texto da Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental, assinado pelo Governo brasileiro em Nova Iorque, em 9-11-77.	Em tramitação
012/79	012/79	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus respectivos Territórios e além, concluído em Brasília, a 10 de janeiro de 1979.	A Câmara Decreto Legislativo nº 62/81
013/79	011/79	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria, assinado em Brasília, a 10 de janeiro de 1979.	Em tramitação
024/79	025/79	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Jamairia Árabe Popular Socialista da Líbia, celebrado em Brasília, a 30 de junho de 1978.	Em tramitação
028/79	026/79	Aprova o texto do Protocolo que modifica o Convênio sobre Danos Causados a Terceiros, na Superfície, por Aeronaves Estrangeiras, assinado durante a Conferência Internacional de Direito Aéreo, realizado em Montreal, Canadá, de 6 a 23 de setembro de 1978.	Decreto Legislativo nº 43/81
031/79	032/79	Aprova o texto do Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, aprovado pela 8ª Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transporte dos Países do Cone Sul.	Decreto Legislativo nº 2/81
033/79	034/79	Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa do Marfim, em Brasília, a 14 de setembro de 1979.	Decreto Legislativo nº 18/81
035/79	030/79	Aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1978.	Decreto Legislativo nº 8/81

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
009/80	044/80	Aprova o texto do Acordo sobre o Comércio de Produtos Têxteis, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, a 23 de janeiro de 1980.	Em tramitação
013/80	042/80	Aprova o texto do acordo sobre transportes aéreos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, em Brasília, a 28 de janeiro de 1980.	A Câmara
014/80	041/80	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Iraque sobre os usos pacíficos da energia nuclear, concluído a 5 de janeiro de 1980.	Decreto Legislativo nº 49/81
015/80	050/80	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Previdência Social Brasil—Espanha, de 25 de abril de 1969, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Espanha, em Brasília, a 5 de março de 1980.	Decreto Legislativo nº 63/81
016/80	051/80	Aprova os textos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Código de Valoração Aduaneira), do Protocolo Adicional ao referido Acordo, bem como da Lista de Concessões Tarifárias Brasileiras nas Negociações Comerciais Multilaterais, todos concluídos em Genebra, a 12 de abril de 1979.	Decreto Legislativo nº 9/81
020/80	053/80	Aprova os textos dos Atos da União Postal das Américas e Espanha—UPAE, concluído em Lima, a 18 de março de 1976, durante o XI Congresso da União Postal das Américas e Espanha.	Decreto Legislativo nº 55/81
021/80	58/80	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, concluído em Buenos Aires, República Argentina, a 17 de maio de 1980.	Em tramitação
022/80	59/80	Aprova o texto do Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, concluído em Caracas, a 7 de novembro de 1979.	Decreto Legislativo nº 39/81
023/80	057/80	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, concluído em Luanda, a 11 de junho de 1980.	Decreto Legislativo nº 48/81
024/80	064/80	Aprova o texto da Convenção nº 142 da Organização Internacional do Trabalho, sobre a Orientação Profissional e a Formação Profissional no Desenvolvimento de Recursos Humanos, adotada	Decreto Legislativo nº 46/81

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
		em Genebra, a 23 de junho de 1975, durante a 60ª sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.	
025/80	056/80	Aprova o texto da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda, firmada entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, na Cidade de Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Decreto Legislativo nº 74/81
026/80	061/80	Aprova o texto do Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o aproveitamento dos recursos hídricos compartilhados dos trechos limítrofes do rio Uruguai e de seu afluente, o rio Pepiri-Guaçu, concluído em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Em tramitação
028/80	062/80	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial, firmado entre os Governos da República Federativa do Brasil e do Reino dos Países Baixos, em Brasília, a 23 de julho de 1980.	Decreto Legislativo nº 44/81
029/80	039/80	Aprova o texto do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Transporte Aéreo, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República da Venezuela, em Caracas, a 7 de novembro de 1979.	Decreto Legislativo nº 26/81
030/80	066/80	Aprova o texto da Convenção nº 148 da Organização Internacional do Trabalho sobre Proteção dos Trabalhadores contra os Riscos Profissionais devidos a Contaminação do Ar, ao Ruído e às Vibrações do Local de Trabalho, adotada em Genebra a 1º de junho de 1977, durante a sexagésima-terceira sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.	Decreto Legislativo nº 56/81
031/80	065/80	Aprova o texto da Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho sobre Férias Anuais Remuneradas, adotada em Genebra a 24 de junho de 1970, durante a quinquagésima quarta sessão da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.	Decreto Legislativo nº 47/81
032/80	68/80	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, em Brasília, a 20 de agosto de 1980.	Em tramitação
033/80	55/80	Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado em Buenos Aires, a 17 de maio de 1980.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
001/81	75/80	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1979, no valor global de Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de cruzeiros), na forma do que dispõe o inciso I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.	Em tramitação
002/81	67/80	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, firmado em Buenos Aires a 17 de maio de 1980.	Decreto Legislativo nº 70/81
003/81	71/80	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola, concluído em Luanda, a 11 de junho de 1980.	Decreto Legislativo nº 64/81
004/81	74/80	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, concluído em Santiago, a 10 de outubro de 1980.	Em tramitação
005/81	76/80	Aprova o texto do Convênio de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, concluído em Brasília, no dia 29 de julho de 1980.	Decreto Legislativo nº 60/81
006/81	63/80	Aprova o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Zâmbia, concluído em Lusaca, a 5 de junho de 1980.	Decreto Legislativo nº 45/81
007/81	80/81	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no decurso da segunda quinzena de maio de 1981, em visita oficial à República Federal da Alemanha.	Decreto Legislativo nº 10/81
008/81	82/81	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País no dia 26 de maio do corrente ano para encontro com o Senhor Presidente da República Argentina, em Paso de los Libres.	Decreto Legislativo nº 11/81
009/81	72/80	Aprova o texto da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital, concluída entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega, em Brasília, no dia 21 de agosto de 1980.	Decreto Legislativo nº 50/81
010/81	73/80	Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, celebrado em Bruxelas, a 18 de setembro de 1980, bem como os textos dos seguintes atos, celebrados na mesma data, e anexos ao referido Acordo-Quadro: Anexo sobre Cooperação do Domínio de Comercialização da Manteiga de Cacau e do Café Solúvel, Protocolo relativo à Cooperação Comercial e Econô-	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
		mica entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, e Troca de Notas relativas aos Transportes Marítimos.	
011/81	77/80	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Sanitária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, firmado em Brasília, a 11 de setembro de 1980.	Decreto Legislativo nº 65/81
012/81	84/81	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País na segunda quinzena de junho de 1981, em visita oficial à República do Peru.	Decreto Legislativo nº 22/81
013/81	78/80	Aprova o texto do Tratado de Montevideu 1980, firmado pelos Plenipotenciários dos Governos da República Federativa do Brasil, da República Argentina, da República da Bolívia, da República da Colômbia, da República do Chile, da República do Equador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República do Paraguai, da República do Peru, da República Oriental do Uruguai, e da República da Venezuela, a 12 de agosto de 1980.	Decreto Legislativo nº 66/81
014/81	Hugo Ramos	Altera o Decreto Legislativo nº 96, de 1975, que "dispõe sobre o pecúlio parlamentar".	Em tramitação
015/81	94/81	Aprova o texto do Acordo sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Em tramitação
016/81	96/81	Aprova o texto da Convenção sobre Prevenção da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos e outras matérias, concluída em Londres, a 29 de dezembro de 1972.	Em tramitação
017/81	85/81	Aprova o texto da Convenção nº 131, de 22 de junho de 1970, da Organização Internacional do Trabalho, sobre fixação de salários mínimos.	Em tramitação
018/81	81/81	Aprova o texto do Acordo no Campo da Propriedade Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, concluído em Paris, a 29 de janeiro de 1981.	Em tramitação
019/81	90/81	Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Em tramitação
020/81	91/81	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica, Científica, Técnica e Cultural, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular do Congo, em Brasília, a 18 de fevereiro de 1981.	Em tramitação
021/81	89/81	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, concluído em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
022/81	93/81	Aprova o texto do Acordo para a Concessão de Privilégios e Imunidades à Secretaria do Comitê de Ação para o Estabelecimento da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana-RITLA, assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Sistema Latino-Americano — SELA, em Caracas, a 3 de fevereiro de 1981.	Em tramitação
023/81	92/81	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Domínio do Turismo, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa, em Lisboa, a 3 de fevereiro de 1981.	Em tramitação
024/81	103/81	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Amazônica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Em tramitação
025/81	98/81	Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, concluído em Moscou, a 16 de abril de 1981.	Decreto Legislativo nº 71/81
026/81	104/81	Aprova o texto da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo — SAR, concluída em Hamburgo, a 27 de abril de 1979, entre o Brasil e diversos países.	Em tramitação
027/81	101/81	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, pelo qual se coordena a distribuição de canais para o Serviço Móvel Marítimo, na faixa de 2065 a 2107 KHZ, concluído em Montevidéu, a 8 de julho de 1980.	Em tramitação
028/81	106/81	Aprova os textos das Resoluções A4-1, que modifica o art. 13, e A4-3, que introduz o art. 12-bis no Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil — CLAC, aprovadas pela 4ª Assembléia do referido organismo internacional, realizada em Bogotá, de 1º a 5 de dezembro de 1980.	Em tramitação
029/81	107/81	Aprova o texto das notas trocadas em 16 de junho e 16 de julho de 1980, em Brasília, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, pelas quais foram introduzidas modificações sobre Transporte Marítimo, vigente entre os dois países.	Em tramitação
030/81	114/81	Autoriza o Senhor Presidente da República a ausentar-se do País pelo prazo de 20 (vinte) dias, a partir do dia 17 de outubro de 1981.	Decreto Legislativo nº 57/81
031/81	109/81	Aprova o texto do Acordo de Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, em Lima, a 26 de junho de 1981.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
032/81	110/81	Aprova o texto do Anexo IV (Seguros) ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre, adotado pela X Reunião de Ministros de Obras Públicas e Transportes dos Países do Cone Sul, realizada em Brasília, no período de 13 a 17 de outubro de 1980.	Em tramitação
033/81	079/80	Ratifica o texto do Acordo Internacional da Borracha Natural de 1979, aprovado na IV Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Borracha Natural, realizada em Genebra, Suíça, de 24 de setembro a 5 de outubro de 1979, e que foi subscrito pelo Brasil em 30 de junho de 1980.	Em tramitação
034/81	083/81	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica em Matéria Educacional, Científica e Técnica, concluído entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em Paris, a 29 de janeiro de 1981.	Em tramitação
035/81	086/81	Aprova o texto das notas trocadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, em Santiago, a 10 de outubro de 1980, que introduzem modificações no Convênio sobre Transporte Marítimo, concluído entre os dois países a 25 de abril de 1974.	Em tramitação
036/81	099/81	Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissões adicionais de papel-moeda em 1980, até o limite de Cr\$ ..... 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), na forma da legislação em vigor.	Em tramitação
037/81	087/81	Aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo Regular, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Bélgica, em Bruxelas, a 19 de setembro de 1980.	Em tramitação
038/81	112/81	Aprova o texto do Tratado de Delimitação Marítima entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, concluído em Paris, a 30 de janeiro de 1981.	Em tramitação
039/81	088/81	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Argentina, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para a Coordenação de Condições e Uso dos Canais de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada na Faixa de Ondas Métricas (88-108 MHz), concluído em Montevideu, a 8 de julho de 1980.	Em tramitação
040/81	095/81	Aprova o texto do Protocolo de Emenda que modifica o art. 14 da Convenção para a Unificação de Certas Regras em Matéria de Assistência e Salvamento Marítimos, de 23 de setembro de 1910, concluído em Bruxelas, a 27 de maio de 1967.	Em tramitação

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
041/81	102/81	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Em tramitação
042/81	108/81	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai pelo qual se estabelece uma faixa <b>non aedificandi</b> ao longo da fronteira dos dois países, concluído em Assunção, por Troca de Notas efetuada a 16 de setembro de 1980.	Em tramitação
043/81	105/81	Aprova o texto do Acordo sobre Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.	Em tramitação

c) EMENDADO PELA CÂMARA

SF	Nº CD	Ementa	Resultado
017/76	017/79	Altera o Decreto Legislativo nº 96, de 1975, que dispõe sobre o pecúlio parlamentar.	Rejeitado Subst. da CD — Dec. Leg. nº 29/81

d) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos referentes aos Projetos de Decreto Legislativo:

I — Total dos Projetos .....	69
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores .....	26
desta sessão legislativa .....	43
Aprovados .....	28
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores .....	16
desta sessão legislativa .....	12
Aprovados e enviados à Câmara (de sessões legislativas anteriores) .....	2
Permanecem em estudo .....	39
Sendo:	
de sessões legislativas anteriores .....	8
desta sessão legislativa .....	31
II — Emendado pela Câmara .....	1
Os Projetos de Decreto Legislativo aprovados versaram sobre:	
Atos internacionais .....	25
Autorização para o Presidente da República ausentar-se do País .....	4
Aprovação de contas do Presidente da República .....	1

#### D.5.4 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

##### a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
012/75	Itamar Franco	Dispõe sobre a denominação do Senado Federal na Guanabara, e dá outras providências.	Em tramitação
051/76	Itamar Franco	Institui o Museu Histórico do Senado Federal, e determina outras providências.	Em tramitação
053/76	Itamar Franco	Acrescenta alínea ao art. 407 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
035/78	Itamar Franco	Altera os arts. 62 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
043/78	João Calmon	Altera a composição de classe da Categoria Funcional de Assistente Legislativo do Grupo-Atividades de Apoio Legislativo de que trata a Resolução nº 18, de 1973, e dá outras providências.	Em tramitação
050/78	Alexandre Costa	Extingue o Quadro de Pessoal CLT, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 8, de 1976, e dá outras providências.	Em tramitação
003/79	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a realizar operação de crédito no valor de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).	Em tramitação
031/79	Humberto Lucena	Altera o Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
033/79	Humberto Lucena	Cria, como órgão técnico permanente do Senado Federal, a Comissão dos Direitos do Homem.	Em tramitação
034/79	Franco Montoro	Assegura às entidades de classe o direito de se pronunciarem sobre proposições em andamento no Senado e disciplina esse direito.	Em tramitação
046/79	Orestes Quércia	Institui Comissão de Inquérito para apurar se foi regular ou não a aquisição do controle acionário da Light.	Em tramitação
048/79	Humberto Lucena	Altera o art. 440 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
063/79	Jessé Freire	Altera a redação da letra <b>b</b> do art. 402; suprime a letra <b>c</b> do mesmo dispositivo e determina a retificação das letras subsequentes, do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
160/79	Franco Montoro	Cria uma Comissão Permanente de Defesa do Meio Ambiente, no âmbito do Senado Federal.	Em tramitação
001/80	Luiz Cavalcante e outros	Altera o art. 243 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
025/80	Comissão de Legislação Social	Autoriza a alienação de terras de propriedade da SUFRAMA — Superintendência da Zona Franca de Manaus — à Empresa Agropecuária Porto Alegre S.A.	Em tramitação
070/80	Henrique Santillo	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar o envolvimento de figuras da administração pública federal direta e indireta no favorecimento à empresa Quatro Rodas Hotéis do Nordeste, S.A.	Em tramitação
071/80	Dirceu Cardoso	Dispõe sobre a realização de sessão secreta destinada a discussão de assuntos internos do Senado.	Em tramitação
094/80	Hugo Ramos	Acrescenta parágrafo ao artigo 86 do Regimento Interno.	Em tramitação
099/80	Franco Montoro	Transformam a Comissão de Saúde em Comissão de Saúde e Defesa do Meio Ambiente (CSDMA).	Em tramitação
106/80	Passos Pôrto	Determina o reenquadramento dos atuais motoristas oficiais do Senado na categoria de Agente de Segurança Legislativa e dá outras providências.	Em tramitação
109/80	Itamar Franco	Dá nova redação às letras <b>a</b> e <b>b</b> do artigo 402 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
130/80	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do nº 17, <b>C</b> , do inciso II, do art. 106 do Decreto-lei nº 5, de 15 de março de 1975 e o Decreto "N" nº 1.135, de 26 de setembro de 1968, do Estado do Rio de Janeiro.	Resolução nº 1/81
132/80	Afonso Camargo	Dispõe sobre a utilização de veículos de representação no Senado Federal e dá outras providências.	Em tramitação
149/80	Jutahy Magalhães	Acrescenta parágrafo ao art. 344 do Regimento Interno.	Em tramitação
168/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) para aplicação no II Plano de Metas Governamentais.	Resolução nº 3/81

Nº	Autor	Ementa	Resultado
171/80	Comissão Diretora	Altera a Resolução nº 58, de 1972, do Senado Federal, no que concerne à subordinação de órgão da Representação do Senado no Rio de Janeiro.	Em tramitação
172/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em ..... Cr\$ 1.785.620.157,75 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 15/81
173/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (RJ) a elevar em ..... Cr\$ 119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 4/81
174/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Palmeiras dos Índios (AL) a elevar em Cr\$ 147.227.806,44 (cento e quarenta e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e seis cruzeiros e quarenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 5/81
175/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Era (MG) a elevar em Cr\$ 19.132.400,00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 8/81
176/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caicó (RN) a elevar em Cr\$ 78.586.099,00 (setenta e oito milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e noventa e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 6/81
177/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) a elevar em Cr\$ 315.464.652,36 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 28/81
178/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP) a elevar em ..... Cr\$ 29.983.645,00 (vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 22/81
179/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em ..... Cr\$ 1.530.000,00 (um milhão, quinhentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 21/81
180/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aripina (PE) a elevar em Cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 25/81

Nº	Autor	Ementa	Resultado
181/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arês (RN) a elevar em Cr\$ 1.448.100,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 30/81
182/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em ..... Cr\$ 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 23/81
183/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campos Belos (GO) a elevar em ..... Cr\$ 895.100,00 (oitocentos e noventa e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 17/81
184/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dueré (GO) a elevar em Cr\$ 767.700,00 (setecentos e sessenta e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 16/81
185/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fátima do Sul (MS) a elevar em ..... Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 82/81
186/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fernandópolis (SP) a elevar em ..... Cr\$ 25.093.740,67 (vinte e cinco milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta cruzeiros e sessenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 95/81
187/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jardim Alegre (PR) a elevar em ..... Cr\$ 5.400.803,20 (cinco milhões, quatrocentos mil, oitocentos e três cruzeiros e vinte centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 96/81
188/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista (SP) a elevar em ..... Cr\$ 9.108.331,17 (nove milhões, cento e oito mil, trezentos e trinta e um cruzeiros e dezessete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 94/81
189/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Velho (RN) a elevar em ..... Cr\$ 2.909.300,00 (dois milhões, novecentos e nove mil e trezentos cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 29/81
190/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itajaí (SC) a elevar em Cr\$ 241.956.000,00 (duzentos e quarenta e um milhões, novecentos e cinqüenta e seis mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 20/81

Nº	Autor	Ementa	Resultado
191/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Xaxim (SC) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 54/81
192/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a elevar em Cr\$ 2.729.222.280,00 (dois bilhões, setecentos e vinte e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, duzentos e oitenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 63/81
193/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 725.868.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 7/81
194/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 37.265.300,00 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 31/81
195/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 85/81
196/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB) a elevar em ..... Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 79/81
197/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Recife (PE) a elevar em Cr\$ 1.582.714.646,37 (um bilhão, quinhentos e oitenta e dois milhões, setecentos e quatorze mil, seiscentos e quarenta e seis cruzeiros e trinta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 42/81
198/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 225.900.600,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, novecentos mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 60/81
199/80	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 395.820.000,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 53/81
200/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José (SC) a elevar em Cr\$ 181.467.000,00 (cento e oitenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 38/81

Nº	Autor	Ementa	Resultado
201/80	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35,000,000.00 destinado a financiar Programa de Investimentos do Estado.	Resolução nº 18/81
202/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita de Caldas (MG) a elevar em ..... Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 97/81
203/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Virgem da Lapa (MG) a elevar em ..... Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 98/81
204/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Votuporanga (SP) a elevar em ..... Cr\$ 10.564.538,76 (dez milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e trinta e oito cruzeiros e setenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 67/81
205/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo André (SP) a elevar em Cr\$ 49.070.232,88 (quarenta e nove milhões, setenta mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 115/81
206/80	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Andradina (MS) a elevar em ..... Cr\$ 845.980,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil, novecentos e oitenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 100/81

**b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA**

Nº	Autor	Ementa	Resultado
001/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outra moeda, destinados ao desenvolvimento agropecuário do Estado.	Resolução nº 24/81
002/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar operação de empréstimo externo no valor de ..... US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), destinados a financiar o Complexo Industrial — Portuário de SUAPE.	Resolução nº 26/81

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
003/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 80,000,000.00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) destinados a financiar o projeto Pró-rural, naquele Estado.	Resolução nº 2/81
004/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Potirendaba (SP) a elevar em ..... Cr\$ 6.017.802,61 (seis milhões, dezesseite mil, oitocentos e dois cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
005/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alterosa (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
006/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos (SP) a elevar em Cr\$ 2.718.448,24 (dois milhões, setecentos e dezoito mil, quatrocentos e quarenta e oito cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
007/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coqueiral (MG) a elevar em ..... Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 111/81
008/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Franca (SP) a elevar em Cr\$ 29.272.025,36 (vinte e nove milhões, duzentos e setenta e dois mil, vinte e cinco cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 112/81
009/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 270.772.000,00 (duzentos e setenta milhões, setecentos e setenta e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 81/81
010/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Fortaleza (CE) a elevar em ..... Cr\$ 15.283.000,00 (quinze milhões, duzentos e oitenta e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 32/81
011/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a elevar em ..... Cr\$ 227.588.000,00 (duzentos e vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 36/81

Nº	Autor	Ementa	Resultado
012/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Jaboa- tão (PE) a elevar em Cr\$ 46.700.000,00 (quarenta e seis milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida cons- olidada.	Resolução nº 56/81
013/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pai- neiras (MG) a elevar em ..... Cr\$ 11.571.000,00 (onze milhões, qui- nhentos e setenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 65/81
014/81	Comissão Diretora	Dá nova redação ao art. 484 do Regula- mento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972), alterando a (Resolução nº 57, de 1976).	Resolução nº 12/81
015/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do Decreto nº 196, de 12 de novembro de 1975, do Muni- cípio do Rio de Janeiro, que cria a Tarifa Básica de Limpeza Urbana e dispõe sobre a sua cobrança.	Resolução nº 10/81
016/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do Decreto nº 7.702, de 20 de outubro de 1971, do Estado do Pará, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que menciona.	Resolução nº 9/81
017/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 32, XIV, do Código de Divisão e Organização judi- ciária do Estado de Goiás, instituído pela Resolução nº 2, de 23 de dezembro de 1976, do Tribunal de Justiça daquele Estado.	Resolução nº 11/81
018/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Se- nhora de Oliveira (MG) a elevar em ... Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil e cento e cin- qüenta cruzeiros) o montante de sua dí- vida consolidada).	Em tramitação
019/81	Itamar Franco	Extingue o processo de votação simbólica.	Em tramitação
020/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a realizar operação de empréstimo externo, no valor de ..... US\$ 20.000.000.00 (vinte milhões de dó- lares), destinados a financiar Programas de empreendimentos Industriais, Agro- indústria, Infra-estrutura e Promoção Social.	Resolução nº 27/81
021/81	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (SP) a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20.000.000.00 (vinte milhões de dó- lares norte-americanos), destinados a fi- nanciar o Programa de Investimentos Ur- banos.	Resolução nº 19/81

Nº	Autor	Ementa	Resultado
022/81	Itamar Franco	Dá nova redação aos artigos 193 e 312 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
023/81	Itamar Franco	Acrescenta parágrafo único ao art. 278 do Regimento Interno.	Em tramitação
024/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do parágrafo único do art. 7º do Decreto Municipal n.º 12.490, de 29 de dezembro de 1975, de São Paulo.	Resolução nº 13/81
025/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do inciso III do art. 91 da Constituição do Estado de São Paulo.	Resolução nº 88/81
026/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 278 e 279 da Lei nº 1.244, de 20 de dezembro de 1977, que instituiu o Código Tributário do Município de Bebedouro, Estado de São Paulo.	Resolução nº 89/81
027/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Simões Filho (BA) a elevar em ..... Cr\$ 398.136.000,00 (trezentos e noventa e oito milhões, cento e trinta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 47/81
028/81	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Poder Executivo a alienar lotes do Distrito Agropecuário da SUFRAMA à Empresa Agropecuária Esteio S/A, para a implantação de projetos agropecuários em área de 15.000 hectares.	Em tramitação
029/81	Mendes Canale	Acrescenta parágrafo ao art. 278 do Regimento Interno do Senado Federal.	Em tramitação
030/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Resende (RJ) a elevar em Cr\$ 130.416.703,56 (cento e trinta milhões, quatrocentos e dezesseis mil, setecentos e três cruzeiros e cinquenta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 40/81
031/81	Comissão de Economia	Autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Resende (RJ) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ ..... 42.060.421,26 (quarenta e dois milhões, sessenta mil, quatrocentos e vinte e um cruzeiros e vinte e seis centavos), junto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A.	Resolução nº 83/81
032/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 14/81
033/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da alínea "e" do art. 36, da Lei nº 752, de 29 de dezembro de 1975, do Município de Cosmorama, do Estado de São Paulo.	Resolução nº 90/81

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
034/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do Decreto nº 182, de 1º de abril de 1977, do Município de Faxinal do Soturno, Rio Grande do Sul.	Resolução nº 91/81
035/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a elevar em Cr\$ ..... 293.793.000,00 (duzentos e noventa e três milhões, setecentos e noventa e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Arquivado
036/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba (SP), a elevar em Cr\$ .. 164.593.304,00 (cento e sessenta e quatro milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e quatro cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 101/81
037/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Toledo PR) a elevar em Cr\$ 390.730.670,40 (trezentos e noventa milhões, setecentos e trinta mil, seiscentos e setenta cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 64/81
038/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) a elevar em Cr\$ ..... 282.483.630,00 (duzentos e oitenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, seiscentos e trinta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
039/18	Comissão Diretora	Altera dispositivos da Resolução nº 146, de 1980.	Resolução nº 50/81
040/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 5.700.000,00 (cinco milhões e setecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
041/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Altos (MA) a elevar em Cr\$ ..... 3.306.800,00 (três milhões, trezentos e seis mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 41/81
042/81	Comissão do Distrito Federal	Aprova as Contas do Governo do Distrito Federal relativas ao exercício financeiro de 1978.	Resolução nº 92/81
043/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) destinados a financiar uma construção rodoviária e o Projeto Italuís.	Resolução nº 34/81
044/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de empréstimo, no valor de US\$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares) destinados ao II Plano de Metas Governamentais.	Resolução nº 80/81

Nº	Autor	Ementa	Resultado
045/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Grande (MT), a elevar em Cr\$ .... 98.927.843,39 (noventa e oito milhões, novecentos e vinte e sete mil, oitocentos e quarenta e três cruzeiros e trinta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 51/81
046/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (MG) a elevar em Cr\$ ..... 2.654.240.000,00 (dois bilhões, seiscientos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 68/81
047/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 204 da Lei nº 921, de 26 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Igarapava, Estado de São Paulo, bem como da Tabela 01, anexa à referida Lei.	Resolução nº 93/81
048/81	Comissão do Distrito Federal	Aprova as contas do Governo do Distrito Federal, relativas ao exercício financeiro de 1979.	Em tramitação
049/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ .... 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares norte-americanos), destinados ao Programa de Investimentos do Estado.	Em tramitação
050/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ ..... 69.891.400,00 (sessenta e nove milhões, oitocentos e noventa e um mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 48/81
051/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ ..... 1.303.905.118,20 (um bilhão, trezentos e três milhões, novecentos e cinco mil, cento e dezoito cruzeiros e vinte centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 87/81
052/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araras (SP) a elevar em Cr\$ 58.727.714,24 (cinquenta e oito milhões, setecentos e vinte e sete mil, setecentos e quatorze cruzeiros e vinte e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 45/81
053/81	Lourival Baptista	Proíbe o uso do fumo em dependências do Senado que menciona.	Em tramitação
054/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba, a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares) destinados a Programas Estaduais de Investimento.	Resolução nº 43/81

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
055/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de DM ..... 15.000.000,00 (quinze milhões de marcos alemães) destinados a financiar o projeto "Melhoramento do Setor Saúde II — SC".	Resolução nº 33/81
056/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ ..... 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), destinados a financiar o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado.	Resolução nº 35/81
057/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos), destinados a Programa de Investimentos a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo METRÔ.	Resolução nº 71/81
058/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de empréstimo externo, no valor de DM .. 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de marcos alemães), destinados a financiar o Programa Rodoviário do Estado.	Resolução nº 49/81
059/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a elevar em Cr\$ 8.566.600.000,00 (oito bilhões, quinhentos e sessenta e seis milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 39/81
060/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a elevar em Cr\$ ..... 128.968.800,00 (cento e vinte e oito milhões, novecentos e sessenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
061/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Chapécó (SC) a elevar em Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 73/81
062/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantina (MG) a elevar em Cr\$ ..... 54.440.100,00 (cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 61/81
063/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itapetinga (BA), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 92.583.279,79 (noventa e dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos).	Resolução nº 46/81

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
064/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itatiba (SP), a elevar em Cr\$ 40.955.908,72 (quarenta milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e oito cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 113/81
065/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Piraúba (MG) a elevar em Cr\$ ..... 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 77/81
066/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a elevar em Cr\$ 145.846.273,14 (cento e quarenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, duzentos e setenta e três cruzeiros e quatorze centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 66/81
067/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.876.000,00 (nove milhões, oitocentos e setenta e seis mil cruzeiros).	Resolução nº 57/81
068/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC) a elevar em ..... Cr\$ 48.600.000,00 (quarenta e oito milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 114/81
069/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vitória (ES) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 192.154.346,16 (cento e noventa e dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros e dezesseis centavos).	Resolução nº 58/81
070/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 200,000,000.00 (duzentos milhões de dólares) destinados ao Programa de Investimentos da Ferrovia Paulista S/A — FEPASA.	Resolução nº 59/81
071/81	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar operação de empréstimo externo, no valor de ..... US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares norte-americanos) destinados ao Programa de Investimentos da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ.	Resolução nº 84/81
072/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 25,000,000.00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos), destinados a financiar o Programa Rodoviário do Estado.	Resolução nº 44/81

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
073/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Apucarana (PR) a elevar em ..... Cr\$ 114.115.486,28 (cento e quatorze milhões, cento e quinze mil, quatrocentos e oitenta e seis cruzeiros e vinte e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 86/81
074/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Goiás (GO) a elevar em ..... Cr\$ 524.400,00 (quinhentos e vinte e quatro mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 76/81
075/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cáceres (MT) a elevar em ..... Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 52/81
076/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Anicuns (GO) a elevar em Cr\$ 36.887.000,00 (trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 75/81
077/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Araguaia (GO) a elevar em Cr\$ 3.490.700,00 (três milhões, quatrocentos e noventa mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 78/81
078/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São João Del-Rei (MG), a elevar em ..... Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 55/81
079/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Trindade (GO) a elevar em Cr\$ 9.793.000,00 (nove milhões, setecentos e noventa e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 74/81
080/81	Comissão de Economia	Autoriza o Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (RS), a contratar operação de crédito no valor de .... Cr\$ 971.853.777,18 (novecentos e setenta e um milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, setecentos e setenta e sete cruzeiros e dezoito centavos).	Resolução nº 72/81
081/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$ 13.446.806,00 treze milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 69/91

Nº	Autor	Ementa	Resultado
082/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus (AM) a elevar em ..... Cr\$ 3.950.370.000,00 (três bilhões, novecentos e cinqüenta milhões, trezentos e setenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 70/81
083/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Maranhão a elevar em Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 37/81
084/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Castanhal (PA) a elevar em ..... Cr\$ 149.750.046,57 (cento e quarenta e nove milhões, setecentos e cinqüenta mil, quarenta e seis cruzeiros e cinqüenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 109/81
085/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cubatão (SP) a elevar em ..... Cr\$ 679.404.096,72 (seiscentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e quatro mil, noventa e seis cruzeiros e setenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
086/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Lavras (MG) a elevar em ..... Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 62/81
087/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 634, de 1º de abril de 1975, do Município de Rionópolis — Estado de São Paulo.	Resolução nº 102/81
088/81	Comissão de Economia	Autoriza a Escola Superior de Educação Física de Goiás a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 9.813.300,00 (nove milhões, oitocentos e treze mil e trezentos cruzeiros).	Em tramitação
089/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro (MG) a elevar em .... Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinqüenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
090/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 634.053.100,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, cinqüenta e três mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
091/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Balsas (MA) a elevar em Cr\$ 2.722.000,00 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 110/81

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
092/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Arari (MA) a elevar em Cr\$ 4.228.000,00 (quatro milhões, duzentos e vinte e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
093/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guaxupé (MG) a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 104/81
094/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iguaçu (MG), a elevar em ..... Cr\$ 105.855.750,00 (cento e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
095/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macapá (AP) a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Resolução nº 105/81
096/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maringá (PR) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 289.527.190,95 (duzentos e oitenta e nove milhões, quinhentos e vinte e sete mil, cento e noventa cruzeiros e noventa e cinco centavos).	Resolução nº 106/81
097/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do inciso I, do nº 48, da Tabela "A", do art. 37 da Lei nº 4.747, de 9 de maio de 1968, do Estado de Minas Gerais.	Resolução nº 103/81
098/81	Comissão de Finanças	Estabelece alíquotas máximas para o imposto de que trata o item I do art. 23 da Constituição Federal.	Resolução nº 99/81
099/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 966.300.000,00 (novecentos e sessenta e seis milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
100/81	Orestes Quércia	Dispõe sobre a criação da Comissão de Defesa do Consumidor.	Em tramitação
101/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maceió (AL) a elevar em ..... Cr\$ 130.213.939,45 (cento e trinta milhões, duzentos e treze mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
102/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joinville (SC) a elevar em Cr\$ 526.716.000,00 (quinhentos e vinte e seis milhões, setecentos e dezesseis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
103/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Serrana (MG) a elevar em ..... Cr\$ 42.342.300,00 (quarenta e dois mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
104/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carancas (MG), a elevar em ..... Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
105/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Pedro dos Ferros (MG), a elevar em Cr\$ 84.684.600,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
106/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Tamboril (CE) a elevar em Cr\$ 7.522.000,00 (sete milhões, quinhentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
107/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Niterói (RJ) a elevar em Cr\$ 59.811.900,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e onze mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
108/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ ..... 10.027.899.259,79 (dez bilhões, vinte e sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
109/81	Comissão de Economia	Autoriza a Companhia de Habitação do Acre (COHAB-ACRE) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ ..... 1.070.825.000,00 (um bilhão, setenta milhões, oitocentos e vinte cinco mil cruzeiros).	Em tramitação
110/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São José dos Campos (SP) a elevar em .... Cr\$ 1.097.338.207,68 (um bilhão, noventa e sete milhões, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e sete cruzeiros e sessenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
111/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luís (MA) a elevar em Cr\$ 81.583.500,00 (oitenta e um milhões, quinhentos e oitenta e três mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
112/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura da Estância Turística de Itu (SP) a elevar em Cr\$ ..... 443.100.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões e cem mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
113/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a elevar em Cr\$ ..... 137.651.000,00 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
114/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Curitiba (PR) a elevar em Cr\$ ..... 4.606.655.502,42 (quatro bilhões, seiscentos e seis milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e dois cruzeiros e quarenta e dois centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
115/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ ..... 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinados ao Programa de Investimentos do Estado.	Em tramitação
116/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 4.266.593.330,50 (quatro bilhões, duzentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e noventa e três mil, trezentos e trinta cruzeiros e cinquenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
117/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 928.441.006,00 (novecentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e quarenta e um mil e seis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
118/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Olímpia (SP) a elevar em Cr\$ 37.122.399,51 (trinta e sete milhões, cento e vinte e dois mil, trezentos e noventa e nove cruzeiros e cinquenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
119/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Santa Rosa (PR) a elevar em Cr\$ ..... 31.034.984,58 (trinta e um milhões, trinta e quatro mil, novecentos e oitenta e quatro cruzeiros e cinquenta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
120/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS) a elevar em Cr\$ .... 18.390.000,00 (dezesete milhões, trezentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
121/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Passa Quatro (MG) a elevar em Cr\$ ..... 46.449.200,00 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
122/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) a elevar em Cr\$ 12.634.800,00 (doze milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
123/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Florido (MG) a elevar em Cr\$ ..... 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
124/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ituverava (SP) a elevar em Cr\$ 31.793.420,61 (trinta e um milhões, setecentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte cruzeiros e sessenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
125/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata (MG) a elevar em ..... Cr\$ 148.198.050,00 (cento e quarenta e oito milhões, cento e noventa e oito mil e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
126/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Alagoinhas (BA) a elevar em ..... Cr\$ 497.499.000,00 (quatrocentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e noventa e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
127/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 270.959.000,00 (duzentos e setenta milhões, novecentos e cinquenta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
128/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Patrocínio (MG) a elevar em ..... Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
129/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Ângelo (RS) a elevar em ..... Cr\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
130/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Dracena (SP) a elevar em Cr\$ 15.457.279,03 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, duzentos e setenta e nove cruzeiros e três centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
131/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Joaíma (MG) a elevar em Cr\$ 19.132.400,00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
132/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Muriaé (MG) a elevar em Cr\$ 317.567.250,00 (trezentos e dezessete milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
133/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) a elevar em ..... Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
134/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo do Meio (MG) a elevar em ..... Cr\$ 76.529.600,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
135/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ibiraci (MG) a elevar em Cr\$ 76.529.600,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
136/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Comandê (MG) a elevar em ..... Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
137/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cristina (MG) a elevar em Cr\$ 31.756.725,00 (trinta e um milhões, setecentos e cinquenta e seis mil, setecentos e vinte e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
138/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Piracicaba (MG) a elevar em ..... Cr\$ 23.224.600,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
139/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo (SP) a elevar em ..... Cr\$ 615.170.500,00 (seiscentos e quinze milhões, cento e setenta mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
140/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP) a elevar em Cr\$ 86.200.000,00 (oitocentos e oitenta e seis milhões e duzentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
141/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Altinópolis (SP) a elevar em ..... Cr\$ 11.282.510,68 (onze milhões, duzentos e oitenta e dois mil, quinhentos e dez cruzeiros e sessenta e oito centavos), o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
142/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Juliana (MG) a elevar em ..... Cr\$ 33.873.840,00 (trinta e três milhões, oitocentos e setenta e três mil, oitocentos e quarenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
143/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mauá (SP) a elevar em Cr\$ 47.686.000,00 (quarenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
144/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 846.846.000,00 (oitocentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
145/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carlos Chagas (MG) a elevar em Cr\$ ..... 116.123.000,00 (cento e dezesseis milhões, cento e vinte e três mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
146/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Raul Soares (MG) a elevar em Cr\$ ..... 211.711.500,00 (duzentos e onze milhões, setecentos e onze mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
147/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Cascavel (CE) a elevar em Cr\$ 24.702.600,00 (vinte e quatro milhões, setecentos e dois mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
148/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aracaju (CE) a elevar em Cr\$ 10.531.400,00 (dez milhões, quinhentos e trinta e um mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
149/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ ..... 162,000,000.00 (cento e sessenta e dois milhões de dólares), destinados à Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro.	Em tramitação
150/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rubim (MG) a elevar em Cr\$ 77.542.500,00 (setenta e sete milhões, quinhentos e quarenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
151/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Claro (MG) a elevar em Cr\$ 76.529.600,00 (setenta e seis milhões, quinhentos e vinte e nove mil e seiscientos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
152/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Viçosa do Ceará (CE), a elevar em Cr\$ .... 18.408.900,00 (dezoito milhões, quatrocentos e oito mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
153/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Valinhos (SP) a elevar em Cr\$ 36.495.800,00 (trinta e seis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
154/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Brejinho (RN) a elevar em Cr\$ 8.207.700,00 (oito milhões, duzentos e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
155/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Venésia (ES) a elevar em Cr\$ ..... 14.091.700,00 (quatorze milhões, noventa e um mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
156/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Osasco (SP) a elevar em Cr\$ 528.418.166,50 (quinhentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e dezoito mil, cento e sessenta e seis cruzeiros e cinquenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
157/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a elevar em Cr\$ 377.683.900,00 (trezentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oitenta e três mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
158/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 14.435.200,00 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
159/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ ..... 342.652.400,00 (trezentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e cinqüenta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
160/81	Comissão de Economia	Autoriza a Universidade Estadual de Campinas — UNICAMP, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ ..... 772.500.000,00 (setecentos e setenta e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).	Em tramitação
161/81	Comissão de Legislação Social	Autoriza o Poder Executivo a alienar à Empresa Agropecuária Industrial e Colonizadora Rio Candeias Ltda., a área de 33.000 hectares, no território de Rondônia, para a implantação de Projetos de Bovinocultura.	Em tramitação
162/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 246.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
163/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itambacuri (MG), a elevar em Cr\$ ..... 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
164/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão (PR), a elevar em Cr\$ .... 236.037.296,38 (duzentos e trinta e seis milhões, trinta e sete mil, duzentos e noventa e seis cruzeiros e trinta e oito centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
165/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo do Meio (MG), a elevar em Cr\$ .... 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
166/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Umari (CE), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 12.277.000,00 (doze milhões, duzentos e setenta e sete mil cruzeiros).	Em tramitação
167/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Vazante (MG), a elevar em Cr\$ ..... 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
168/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itanhomi (MG), a elevar em Cr\$ ..... 23.224.600,00 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
169/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes (SP), a elevar em Cr\$ ..... 74.306.000,00 (setenta e quatro milhões, trezentos e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
170/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Russas (CE), a contratar empréstimo no valor de Cr\$ 22.218.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e dezoito mil cruzeiros).	Em tramitação
171/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Parrelhas (RN) a elevar em Cr\$ ..... 13.920.300,00 (treze milhões, novecentos e vinte mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
172/81	Comissão de Economia	Veda a inclusão na Ordem do Dia dos projetos versando sobre autorização para endividamento dos Estados e Municípios nos anos eleitorais.	Em tramitação
173/81	Itamar Franco	Autoriza a Prefeitura Municipal de Timbaúba dos Batistas (RN), a elevar em Cr\$ 902.200,00 (novecentos e dois mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
174/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Unai (MG), a elevar em Cr\$ 258.475.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
175/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Franca (SP), a elevar em Cr\$ 295.400.000,00 (duzentos e noventa e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
176/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Boa Esperança (ES), a elevar em Cr\$ ..... 4.952.500,00 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
177/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Itumirim (MG), a elevar em Cr\$ ..... 19.132.400 00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
178/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belo Oriente (MG), a elevar em Cr\$ ..... 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
179/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarujá (SP), a elevar em Cr\$ 142.358.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
180/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos), destinados ao Programa de Investimentos do Estado.	Em tramitação
181/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 436.643.800,00 (quatrocentos e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
182/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Piauí a elevar em Cr\$ 76.131.000,00 (setenta e seis milhões, cento e trinta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
183/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Norte a elevar em Cr\$ . . . . 29.364.200,00 (vinte e nove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
184/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a elevar em Cr\$ 393.810.000,00 (trezentos e noventa e três milhões, oitocentos e dez mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
185/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a elevar em Cr\$ 75.680.370,00 (setenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e setenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
186/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a elevar em Cr\$ 164.304.500,00 (cento e sessenta e quatro milhões, trezentos e quatro mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
187/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a elevar em Cr\$ 3.530.501.163,00 (três bilhões, quinhentos e trinta milhões, quinhentos e um mil, cento e sessenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
188/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.435.641.087,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e cinco milhões, seiscentos e quarenta e um mil, e oitenta e sete cruzeiros).	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
189/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 70,000,000.00 (setenta milhões de dólares norte-americanos) destinados ao Programa de Rodovias Alimentadoras do Estado.	Em tramitação
190/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 445.179.253,00 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, cento e setenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e três cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
191/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 415.097.500,00 (quatrocentos e quinze milhões, noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
192/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Valinhos (SP) a elevar em Cr\$ 28.091.520,00 (vinte e oito milhões, noventa e um mil, quinhentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
193/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caputira (MG) a elevar em Cr\$ 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinqüenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
194/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Loreto (MA) a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 2.102.000,00 (dois milhões e cento e dois mil cruzeiros).	Em tramitação
195/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pendências (RN) a elevar em Cr\$ ..... 9.525.400,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
196/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Janduís (RN) a elevar em Cr\$ 1.783.300,00 (um milhão, setecentos e oitenta e três mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
197/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ouro Fino (MG) a elevar em Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
198/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Resende (RJ) a elevar em Cr\$ ..... 142.580.000,00 (cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e oitenta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
199/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Macapá (AP) a elevar em Cr\$ ..... 115.723.113,00 (cento e quinze milhões, setecentos e vinte e três mil, cento e treze cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
200/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Ilícinea (MG) a elevar em Cr\$ 84.684.600,00 (oitenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil e seiscentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
201/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Espírito Santo a contratar empréstimo externo no valor de US\$ 12,122,200.00 (doze milhões, cento e vinte e dois mil e duzentos dólares norte-americanos) destinados a liquidar os compromissos da dívida externa.	Em tramitação
202/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), destinados ao II Plano de Metas Governamentais — PLAMEG II — 79/83.	Em tramitação
203/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 23.801.336,00 (vinte e três milhões, oitocentos e um mil, trezentos e trinta e seis cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
204/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Goiás a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 55,000,000.00 (cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinados ao Programa de Rodovias Alimentadoras, naquele Estado.	Em tramitação
205/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Pavão (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
206/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Buritis (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
207/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves (RS) a elevar em Cr\$ ... 249.979.216,00 (duzentos e quarenta e nove milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e dezesseis cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
208/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
209/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Carlos Barboza (RS) a elevar em Cr\$ ..... 6.978.800,00 (seis milhões, novecentos e setenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
210/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Uruçânia (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
211/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Votorantim (SP) a elevar em Cr\$ ..... 57.964.717,30 (cinquenta e sete milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e dezessete cruzeiros e trinta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
212/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caçador (SC) a elevar em Cr\$ 22.192.000,00 (vinte e dois milhões, cento e noventa e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
213/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Bela Vista (MS) a elevar em Cr\$ 16.315.900,00 (dezesseis milhões, trezentos e quinze mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
214/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Candeias (MG) a elevar em Cr\$ 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
215/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caratinga (MG) a elevar em Cr\$ ..... 307.251.000,00 (trezentos e sete milhões, duzentos e cinquenta e um mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
216/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Claro dos Poções (MG) a elevar em Cr\$ ... 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
217/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Divinópolis (MG) a elevar em Cr\$ ..... 460.876.500,00 (quatrocentos e sessenta milhões, oitocentos e setenta e seis mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
218/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ ..... 988.603.570,49 (novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e três mil, quinhentos e setenta cruzeiros e quarenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
219/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a elevar em Cr\$ 151.212.000,00 (cento e cinquenta e um milhões, duzentos e doze mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
220/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a elevar em Cr\$ 381.244.800,00 (trezentos e oitenta e um milhões, duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
221/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Ceará a elevar em Cr\$ 25.239.000,00 (vinte e cinco milhões, duzentos e trinta e nove mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
222/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Pará a elevar em Cr\$ 139.427.700,00 (cento e trinta milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
223/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Sergipe a contratar empréstimo externo, no valor de US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinados ao Programa de Investimentos do Estado.	Em tramitação
224/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte (MG) a elevar em Cr\$ 69.673.800,00 (sessenta e nove milhões, seiscentos e setenta e três mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
225/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Florestal (MG) a elevar em Cr\$ ..... 21.171.150,00 (vinte e um milhões, cento e setenta e um mil, cento e cinquenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
226/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Espera Feliz (MG) a elevar em Cr\$ ..... 30.725.100,00 (trinta milhões, setecentos e vinte e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
227/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Aimorés (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
228/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Deodápolis (MS) a elevar em Cr\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
229/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Angélica (MS) a elevar em Cr\$ 2.394.000,00 (dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
230/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Luz (MG) a elevar em Cr\$ 92.175.300,00 (noventa e dois milhões, cento e setenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
231/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Machado (MG) a elevar em Cr\$ ..... 153.625.500,00 (cento e cinquenta e três milhões, seiscentos e vinte e cinco mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
232/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Betim (MG) a elevar em Cr\$ 875.103.660,51 (oitocentos e setenta e cinco milhões, cento e três mil, seiscentos e sessenta cruzeiros e cinquenta e um centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
233/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ ..... 15.126.000,00 (quinze milhões, cento e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
234/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ ..... 43.600.000,00 (quarenta e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
235/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Timbó (SC) a elevar em Cr\$ 35.992.260,00 (trinta e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil, duzentos e sessenta cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
236/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Belém (PA) a elevar em Cr\$ 226.141.400,00 (duzentos e vinte e seis milhões, cento e quarenta e um mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
237/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a elevar em Cr\$ 6.359.985.826,47 (seis bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e vinte e seis cruzeiros e quarenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
238/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Alagoas a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinados a Programas de Investimento daquele Estado.	Em tramitação
239/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Caarapó (MS) a elevar em Cr\$ 11.144.700,00 (onze milhões, cento e quarenta e quatro mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
240/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Coxim (MS) a elevar em Cr\$ 12.356.000,00 (doze milhões, trezentos e cinquenta e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
241/81	Comissão de Finanças	Autoriza a Prefeitura Municipal de Manaus a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares norte-americanos) destinados a Programação de Investimentos naquele Município.	Em tramitação
242/81	Henrique Santillo	Cria Comissão Parlamentar de Inquérito para os fins que especifica.	Em tramitação
243/81	Comissão de Economia	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a elevar em Cr\$ ..... 2.505.952.900,00 (dois bilhões, quinhentos e cinco milhões, novecentos e cinquenta e dois mil e novecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
244/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Bahia a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 60,000,000.00 (sessenta milhões de dólares norte-americanos) destinados a diversos programas de desenvolvimento naquele Estado.	Em tramitação
245/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado do Rio Grande do Sul a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ ..... 110,000,000.00 (cento e dez milhões de dólares norte-americanos) destinados ao Programa de obras Viárias e Ligações Troncais daquele Estado.	Em tramitação
246/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ .... 55,000,000.00 (cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinados a Programas de Investimentos do Estado.	Em tramitação
247/81	Comissão de Finanças	Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a contratar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20,000,000.00 (vinte milhões de dólares norte-americanos) destinados ao Programa de Investimentos do Estado.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Autor</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
248/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução do art. 53 e seu parágrafo único da Lei n 35, de 31 de dezembro de 1966, e do Decreto nº 7, de 25 de junho de 1968, ambos do Município de Rancharia, Estado de São Paulo.	Em tramitação
249/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução dos arts. 293, 294, 295 e 296 da Lei nº 123, de 22 de dezembro de 1966, do Município de Santa Fé, Estado do Paraná.	Em tramitação
250/81	Comissão de Constituição e Justiça	Suspende a execução da Lei nº 570, de 13 de dezembro de 1977, do Município de Ibirá, Estado de São Paulo.	Em tramitação
251/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Rubiataba (GO) a elevar em Cr\$ 2.800.500,00 (dois milhões, oitocentos mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
252/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Maués (AM) a elevar em Cr\$ 14.854.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
253/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iporá (GO) a elevar em Cr\$ 2.296.800,00 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil e oitocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
254/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Palestina (SP) a elevar em Cr\$ ..... 7.409.138,40 (sete milhões, quatrocentos e nove mil, cento e trinta e oito cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
255/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de São Luiz de Montes Belos (GO) a elevar em Cr\$ 8.183.700,00 (oito milhões, cento e oitenta e três mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
256/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros (MG) a elevar em Cr\$ ..... 209.108.000,00 (duzentos e nove milhões, cento e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
257/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Araraias (GO) a elevar em Cr\$ ..... 20.726.000,00 (vinte milhões, setecentos e vinte e seis mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação
258/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Boca do Acre (AM) a elevar em Cr\$ ..... 8.613.200,00 (oito milhões, seiscentos e treze mil e duzentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

Nº	Autor	Ementa	Resultado
259/81	Comissão de Economia	Autoriza a Prefeitura Municipal de Iporá (GO) a elevar em Cr\$ 3.991.500,00 (três milhões, novecentos e noventa e um mil e quinhentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.	Em tramitação

c) SÚMULA

Eis os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

Total dos Projetos .....	321
Sendo:	
oriundos de sessões legislativas anteriores .....	62
apresentados nesta sessão legislativa .....	259
Aprovados .....	113
Sendo:	
desta sessão legislativa .....	76
de sessões legislativas anteriores .....	37
Arquivado (desta sessão legislativa) .....	1
Permanecem em estudo .....	207
Sendo:	
desta sessão legislativa .....	182
de sessões legislativas anteriores .....	25
Os Projetos de Resolução aprovados versaram sobre:	
empréstimos ou financiamentos externos .....	17
operações de crédito internas .....	80
suspensão de execução de dispositivos legais .....	12
assuntos da Administração Interna do Senado Federal .....	2
contas do Governo do Distrito Federal .....	1
estabelecimento de alíquotas do imposto sobre transmissão de bens imóveis .....	1

D.5.5 — INDICAÇÕES

a) DE SESSÕES LEGISLATIVAS ANTERIORES

Nº	Autor	Ementa	Resultado
002/75	Itamar Franco	Institui, no Senado Federal, idêntico estágio para universitários, nos moldes do existente na Câmara dos Deputados.	Em tramitação
004/75	Itamar Franco	Sugere à Comissão de Constituição e Justiça proceder estudos no sentido de esclarecer se pode o Governador do Distrito Federal ser convocado para prestar esclarecimentos sobre sua administração ao Plenário do Senado Federal, ou, se for o caso, formular a correspondente proposição legislativa, tendo em vista o que dispõe o § 1º do art. 17 da Constituição Federal.	Em tramitação
001/79	Humberto Lucena	Solicita estudo da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal sobre fato que indica.	Em tramitação

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
001/81	Orestes Quércia	Sugere que a Comissão de Constituição e Justiça elabore projeto de lei sobre nova Lei de Segurança Nacional, atendendo à aspiração popular e inspirada nos recentes pronunciamentos do Ministro da Justiça e de Ministros do Superior Tribunal Militar.	Em tramitação
002/81	Bernardino Viana	Sugere seja objeto de estudo, pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa, assunto relativo a autorização, pelo Senado Federal, para elevação da dívida consolidada de Estados e Municípios.	Em tramitação

D.5.6 — REQUERIMENTOS

a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
045	31-03-80	Almir Pinto	Voto de Aplauso	Em tramitação
177	27-05-80	Amaral Furlan	Voto de Congratulações	Aprovado
206	10-06-80	Itamar Franco	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Indeferido
311	04-08-80	Franco Montoro	Transcrição nos Anais	Em tramitação
483	27-10-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
494	04-11-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
514	06-11-80	Tancredo Neves	Transcrição nos Anais	Aprovado
529	13-11-80	Nelson Carneiro	Retirada de Projeto	Aprovado
530	13-11-80	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
546	24-11-80	Dirceu Cardoso	Transcrição nos Anais	Aprovado
547	24-11-80	Bernardino Viana	Transcrição nos Anais	Aprovado
566	26-11-80	João Calmon	Transcrição nos Anais	Aprovado

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Data	Autor	Assunto	Resultado
001	24-02-81	Líderes do PDS e do PMDB	Votação em um único escrutínio	Aprovado
002	09-03-81	Nilo Coelho	Homenagem de Pesar	Aprovado
003	09-03-81	José Sarney	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
004	09-03-81	José Lins	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
005	09-03-81	Aloysio Chaves	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
006	10-03-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
007	11-03-81	Dirceu Cardoso	Destinação do Expediente	Aprovado
008	11-03-81	Orestes Quércia	Adiamento da Discussão	Aprovado
009	12-03-81	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
010	12-03-81	Orestes Quércia	Adiamento da Discussão	Aprovado
011	13-03-81	Líder do PMDB	Realização de sessão extraordinária do Senado	Aprovado
012	16-03-81	Nilo Coelho	Homenagem de Pesar	Aprovado
013	17-03-81	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
014	18-03-81	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
015	18-03-81	Itamar Franco	Adiamento da Discussão	Aprovado
016	19-03-81	Evandro Carreira	Prorrogação de prazo para CPI	Aprovado
017	19-03-81	Itamar Franco	Adiamento da Votação	Aprovado
018	19-03-81	Paulo Brossard	Adiamento da Discussão	Aprovado
019	23-03-81	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
020	23-03-81	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
021	23-03-81	Paulo Brossard	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
022	23-03-81	Humberto Lucena	Adiamento da Votação	Aprovado
023	23-03-81	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Aprovado
024	24-03-81	Adalberto Sena	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
025	24-03-81	Humberto Lucena	Urgência	Aprovado
026	24-03-81	Humberto Lucena	Adiamento da Votação	Aprovado
027	25-03-81	Dirceu Cardoso	Informações de cunho administrativo	Aprovado
028	25-03-81	Dirceu Cardoso	Informações de cunho administrativo	Aprovado
029	25-03-81	Dirceu Cardoso	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
030	25-03-81	Dirceu Cardoso	Informações de cunho administrativo	Atendido
031	25-03-81	Dirceu Cardoso	Informações de cunho administrativo	Atendido
032	25-03-81	Passos Pôrto	Prorrogação de prazo para CPI	Aprovado
033	25-03-81	Roberto Saturnino	Adiamento da Discussão	Aprovado
034	26-03-81	Orestes Quércia	Adiamento da Discussão	Aprovado
035	26-03-81	Orestes Quércia	Adiamento da Discussão	Aprovado
036	27-03-81	Helvídio Nunes	Transcrição nos Anais	Aprovado
037	27-03-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Aprovado
038	30-03-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
039	30-03-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Aprovado
040	30-03-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
041	30-03-81	Itamar Franco	Audiência de Comissão	Aprovado
042	30-03-81	Itamar Franco	Audiência de Comissão	Aprovado
043	31-03-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
044	1º-04-81	Itamar Franco	Informações	Deferido
045	1º-04-81	Itamar Franco	Informações	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
046	02-04-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Deferido
047	02-04-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
048	02-04-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
049	02-04-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
050	02-04-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
051	02-04-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
052	06-04-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
053	06-04-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
054	06-04-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
055	07-04-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
056	07-04-81	Jaison Barreto	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
057	08-04-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
058	08-04-81	Aderbal Jurema	Adiamento da Discussão	Prejudicado
059	08-04-81	Arnon de Mello	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
060	09-04-81	Itamar Franco	Informações	Deferido
061	09-04-81	Mendes Canale	Informações	Deferido
062	09-04-81	Luiz Viana	Transcrição nos Anais	Em tramitação
063	09-04-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
064	10-04-81	Benardino Viana	Não realização de sessão	Aprovado
065	15-04-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Em tramitação
066	22-04-81	Itamar Franco	Transcrição nos Anais	Em tramitação
067	22-04-81	Leite Chaves	Transcrição nos Anais	Em tramitação
068	22-04-81	Benedito Canelas	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
069	23-04-81	Jorge Kalume	Sessão Especial do Senado	Aprovado
070	23-04-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
071	23-04-81	Líderes do PDS, PP e PMDB	Urgência	Aprovado
072	24-04-81	Franco Montoro	Prorrogação de prazo para CPI	Deferido
073	27-04-81	Itamar Franco	Sessão Especial do Senado	Aprovado
074	27-04-81	Itamar Franco	Informações	Deferido
075	27-04-81	Nilo Coelho	Homenagem de Pesar	Aprovado
076	28-04-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
077	28-04-81	Benedito Canelas	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
078	29-04-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
079	29-04-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
080	05-05-81	Mauro Benevides	Destinação de Expediente	Aprovado
081	05-05-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
082	06-05-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
083	07-05-81	Itamar Franco	Informações	Deferido
084	07-05-81	Pedro Simon	Destinação de Expediente	Aprovado
085	07-05-81	Luiz Viana	Voto de Pesar	Aprovado
086	07-05-81	Benedito Canelas	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
087	08-05-81	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
088	11-05-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
089	11-05-81	Gabriel Hermes	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
090	12-05-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
091	13-05-81	Marcos Freire	Repúdio pelo atentado ao Papa	Aprovado
092	13-05-81	Orestes Quércia	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
093	13-05-81	Mauro Benevides	Votação em globo de substitutivo	Aprovado
094	13-05-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
095	14-05-81	Saldanha Derzi	Transcrição nos Anais	Em tramitação
096	14-05-81	Laélia de Alcântara	Destinação de Expediente	Aprovado
097	14-05-81	Bernardino Viana	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
098	15-05-81	Nilo Coelho	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
099	18-05-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Em tramitação
100	19-05-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
101	20-05-81	José Sarney	Sessão Especial do Senado	Aprovado
102	20-05-81	Dirceu Cardoso	Destinação de Expediente	Aprovado
103	20-05-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Retirado
104	20-05-81	Murilo Badaró	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
105	20-05-81	Orestes Quércia	Prorrogação de prazo para CPI	Aprovado
106	21-05-81	Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
107	21-05-81	Murilo Badaró	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
108	21-05-81	José Lins	Prorrogação do prazo de sessão do Senado	Aprovado
109	21-05-81	José Lins	Prorrogação do prazo de sessão do Senado	Aprovado
110	21-05-81	José Lins	Prorrogação do prazo de sessão do Senado	Aprovado
111	21-05-81	Henrique Santillo	Inversão da Ordem do Dia	Retirado
112	21-05-81	Henrique Santillo	Retirada de Requerimento	Deferido

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
113	22-05-81	Dirceu Cardoso	Transcrição nos Anais	Em tramitação
114	25-05-81	Marcos Freire	Convocação de Autoridade	Aprovado
115	25-05-81	Nilo Coelho	Homenagem de Pesar	Aprovado
116	25-05-81	Helvídio Nunes	Homenagem de Pesar	Aprovado
117	26-05-81	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
118	27-05-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
119	27-05-81	Benedito Ferreira	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
120	28-05-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
121	28-05-81	Líderes do PDS, PP e PMDB	Urgência	Aprovado
122	28-05-81	Mendes Canale	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
123	02-06-81	Lenoir Vargas	Homenagem de Pesar	Aprovado
124	04-06-81	Dirceu Cardoso	Destinação de Expediente	Aprovado
125	04-06-81	Itamar Franco	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Aprovado
126	04-06-81	Bernardino Viana	Destinação de Expediente	Aprovado
127	04-06-81	Orestes Quércia	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
128	09-06-81	Raimundo Parente	Tramitação Conjunta	Aprovado
129	10-06-81	Itamar Franco	Informações	Deferido
130	10-06-81	Tancredo Neves	Prorrogação de prazo para CPI	Aprovado
131	11-06-81	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
132	11-06-81	Affonso Camargo	Inversão da Ordem do Dia	Retirado
133	11-06-81	Affonso Camargo	Retirada de Requerimento	Deferido
134	15-06-81	Itamar Franco	Informações	Deferido
135	15-06-81	Nilo Coelho	Homenagem de Pesar	Aprovado
136	15-06-81	Luiz Fernando Freire	Sessão Especial do Senado	Aprovado
137	16-06-81	Moacyr Dalla	Não realização de Sessão	Aprovado
138	17-06-81	Humberto Lucena	Homenagem de Pesar	Aprovado
139	22-06-81	Gilvan Rocha	Convocação de Autoridade	Em Tramitação
140	22-06-81	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
141	23-06-81	Itamar Franco	Audiência de Comissão	Aprovado
142	23-06-81	Eunice Michiles	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
143	23-06-81	Itamar Franco	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
144	23-06-81	Passos Pôrto	Votação em globo de substitutivo	Aprovado
145	23-06-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
146	25-06-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
147	26-06-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
148	26-06-81	Lenoir Vargas	Licença para tratar de interesse particular	Aprovado
149	26-06-81	Mauro Benevides	Trancrição nos Anais	Em tramitação
150	26-06-81	Alexandre Costa	Dispensa de Interstício	Aprovado
151	26-06-81	Alexandre Costa	Dispensa de Interstício	Aprovado
152	26-06-81	Humberto Lucena	Dispensa de Interstício	Aprovado
153	26-06-81	Alexandre Costa	Dispensa de Interstício	Aprovado
154	26-06-81	Nilo Coelho	Dispensa de Interstício	Aprovado
155	26-06-81	José Lins	Adiamento da Votação	Aprovado
156	26-06-81	José Fragelli	Diligência junto ao Banco Central	Rejeitado
157	26-06-81	José Lins	Prorrogação de sessão do Senado	Aprovado
158	26-06-81	Henrique Santillo	Adiamento da Votação	Rejeitado
159	26-06-81	Orestes Quércia	Adiamento da Votação	Aprovado
160	26-06-81	Orestes Quércia	Adiamento da Votação	Aprovado
161	26-06-81	Orestes Quércia	Adiamento da Votação	Aprovado
162	26-06-81	Orestes Quércia	Adiamento da Votação	Aprovado
163	26-06-81	Orestes Quércia	Adiamento da Votação	Aprovado
164	26-06-81	Orestes Quércia	Adiamento da Votação	Aprovado
165	26-06-81	Benedito Canelas	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
166	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
167	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
168	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
169	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
170	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
171	26-06-81	Cunha Lima	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
172	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
173	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
174	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
175	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
176	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
177	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
178	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
179	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
180	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
181	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
181	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
182	26-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
183	29-06-81	Bernardino Viana	Adiamento da Votação	Aprovado
184	29-06-81	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
185	29-06-81	Passos Pôrto	Prorrogação do prazo de C.P.I.	Aprovado
186	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
187	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
188	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
189	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
190	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
191	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
192	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
193	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
194	29-06-81	Passos Pôrto	Dispensa de Interstício	Aprovado
195	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
196	29-06-81	José Lins	Dispensa de Interstício	Aprovado
197	29-06-81	José Lins	Prorrogação do prazo de sessão do Senado	Aprovado
198	30-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
199	30-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
200	30-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
201	30-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
202	30-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
203	30-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
204	30-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
205	30-06-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
206	30-06-81	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
207	30-06-81	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
208	30-06-81	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
209	30-06-81	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
210	30-06-81	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
211	30-06-81	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
212	30-06-81	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
213	30-06-81	Moacyr Dalla	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
214	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
215	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
216	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
217	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
218	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
219	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
220	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
221	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
222	30-06-81	Alexandre Costa	Dispensa de Interstício	Aprovado
223	30-06-81	José Lins	Prorrogação do prazo de sessão do Senado	Aprovado
224	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
225	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
226	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
227	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
228	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
229	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
230	30-06-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
231	30-06-81	Benedito Canelas	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
232	30-06-81	Benedito Canelas	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
233	30-06-81	Benedito Canelas	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
234	30-06-81	Benedito Canelas	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
235	30-06-81	Benedito Canelas	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
236	30-06-81	Benedito Canelas	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
237	30-06-81	Benedito Canelas	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
238	30-06-81	Raimundo Parente	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
239	30-06-81	Raimundo Parente	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
240	30-06-81	Raimundo Parente	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
241	30-06-81	Raimundo Parente	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
242	30-06-81	Raimundo Parente	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
243	30-06-81	Raimundo Parente	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
244	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
245	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
246	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
247	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
248	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
249	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
250	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
251	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
252	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
253	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
254	30-06-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
255	30-06-81	Raimundo Parente	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
256	03-08-81	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
257	03-08-81	Luiz Viana	Voto de Pesar	Aprovado
258	05-08-81	Franco Montoro	Retirada de Projeto	Aprovado
259	05-08-81	Humberto Lucena	Adiamento da Discussão	Aprovado
260	05-08-81	Franco Montoro	Adiamento da Discussão	Prejudicado
261	05-08-81	Jorge Kalume	Adiamento da Discussão	Prejudicado
262	05-08-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Em tramitação
263	05-08-81	José Lins	Adiamento da Discussão	Aprovado
264	06-08-81	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
265	06-08-81	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
266	06-08-81	Luiz Viana	Dispensa de Interstício	Aprovado
267	06-08-81	Arnon de Mello	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
268	06-08-81	Marcos Freire	Urgência	Em tramitação
269	07-08-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Prejudicado
270	10-08-81	Bernardino Viana	Transcrição nos Anais	Em tramitação
271	11-08-81	Milton Cabral	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo.	Aprovado
272	11-08-81	Marcos Freire	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo.	Aprovado
273	12-08-81	Evandro Carreira	Prorrogação por 120 dias de prazo da CPI criada pela Resolução nº 3, de 1979, Devastação Floresta Amazônica	Aprovado
274	13-08-81	Jutahy Magalhães	Voto de Pesar	Aprovado
275	17-08-81	Henrique Santillo	Convocação de Autoridade	Em tramitação
276	18-08-81	Raimundo Parente	Tramitação conjunta para os PLS nºs 98/80 e 50/81	Aprovado
277	18-08-81	Itamar Franco	Inclusão de matéria em Ordem do Dia	Em tramitação
278	18-08-81	Luiz Viana	Informações sobre assuntos relacionados à CEPLAC	Deferido
279	18-08-81	Aderbal Jurema	Transcrição nos Anais	Em tramitação
280	19-08-81	Nilo Coelho	Urgência	Aprovado
281	20-08-81	Nilo Coelho	Urgência	Aprovado
282	20-08-81	Nelson Carneiro	Adiamento da Discussão	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
283	24-08-81	Adalberto Sena	Homenagem de Pesar	Aprovado
284	24-08-81	José Sarney	Destinação de Expediente	Aprovado
285	25-08-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
286	26-08-81	Leite Chaves	Transcrição nos Anais	Em tramitação
287	26-08-81	Leite Chaves	Transcrição nos Anais	Em tramitação
288	26-08-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
289	26-08-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
290	26-08-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
291	26-08-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
292	26-08-81	Bernardino Viana	Adiamento da Discussão	Aprovado
293	27-08-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
294	27-08-81	Humberto Lucena	Urgência	Aprovado
295	31-08-81	Humberto Lucena	Transcrição nos Anais	Em tramitação
296	31-08-81	Mauro Benevides	Transcrição nos Anais	Em tramitação
297	1º-09-81	Aloysio Chaves	Tramitação Conjunta	Aprovado
298	1º-09-81	Affonso Camargo	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
299	1º-09-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
300	1º-09-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
301	1º-09-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
302	1º-09-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
303	1º-09-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
304	1º-09-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
305	1º-09-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Aprovado
306	02-09-81	Franco Montoro	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
307	02-09-81	Paulo Brossard	Prorrogação por 60 dias do prazo da Comissão Especial do Júri Popular criada pelo Req. nº 436/79	Aprovado
308	03-09-81	Humberto Lucena	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
309	03-09-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Em tramitação
310	03-09-81	Dos Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Rejeitado
311	09-09-81	Nelson Carneiro	Retirada de Requerimento S/Nº	Deferido
312	09-09-81	Itamar Franco	Não realização de sessão	Aprovado
313	09-09-81	Marcos Freire	Urgência	Em tramitação
314	10-09-81	Mauro Benevides	Destinação de Expediente	Aprovado
315	10-09-81	Dirceu Cardoso	Transcrição nos Anais	Em tramitação
316	10-09-81	Benedito Canelas	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
317	10-09-81	Affonso Camargo	Preferência para votação de projeto antes do substitutivo	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
318	10-09-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
319	10-09-81	Líderes do PDS, PMDB e PP	Urgência	Aprovado
320	14-09-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
321	16-09-81	Luiz Viana	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
322	21-09-81	Agenor Maria	Transcrição nos Anais	Em tramitação
323	22-09-81	Evandro Carreira	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
324	22-09-81	Gastão Müller	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
325	23-09-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
326	24-09-81	Dirceu Cardoso	Retirada de Requerimento	Deferido
327	28-09-81	Aloysio Chaves	Tramitação conjunta	Aprovado
328	28-09-81	Itamar Franco	Tramitação conjunta	Aprovado
329	29-09-81	Aderbal Jurema	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
330	30-09-81	Aloysio Chaves	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
331	19-10-81	Mendes Canale	Adiamento da Votação	Prejudicado
332	05-10-81	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
333	05-10-81	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
334	05-10-81	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
335	05-10-81	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
336	06-10-81	Humberto Lucena	Tramitação conjunta	Aprovado
337	06-10-81	Aloysio Chaves	Tramitação conjunta	Aprovado
338	06-10-81	Dirceu Cardoso	Retirada de projeto da Ordem do Dia	Rejeitado
339	07-10-81	Aderbal Jurema	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
340	14-10-81	Líderes do PDS, PP e PMDB	Adiamento da Votação	Aprovado
341	14-10-81	Líderes do PDS, PP e PMDB	Adiamento da Votação	Aprovado
342	14-10-81	Líderes do PDS, PP e PMDB	Adiamento da Votação	Aprovado
343	15-10-81	Nelson Carneiro	Retirada de projeto	Aprovado
344	15-10-81	Benedito Ferreira	Licença para tratar de assuntos particulares	Aprovado
345	16-10-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
346	16-10-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
347	16-10-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
348	16-10-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
349	21-10-81	Henrique Santillo	Informações	Deferido
350	21-10-81	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
351	21-10-81	Dirceu Cardoso	Informações	Deferido
352	21-10-81	Passos Pôrto	Prorrogação do prazo da CPI do Acordo Nuclear Brasil/Alemanha	Aprovado
353	21-10-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
354	21-10-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
355	21-10-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
356	21-10-81	José Lins	Preferência para votação do projeto antes do substitutivo	Aprovado
357	21-10-81	Murilo Badaró	Dispensa de Interstício	Aprovado
358	21-10-81	Murilo Badaró	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
359	23-10-81	Almir Pinto	Não realização de sessão	Aprovado
360	23-10-81	Líderes do PMDB e PP	Urgência	Em tramitação
361	26-10-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
362	29-10-81	Jorge Kalume	Não realização de sessão	Aprovado
363	29-10-81	Nelson Carneiro	Homenagem de Pesar	Aprovado
364	29-10-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Prejudicado
365	03-11-81	Dirceu Cardoso	Informações	Em tramitação
366	04-11-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
367	04-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
368	04-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
369	04-11-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Prejudicado
370	04-11-81	Bernardino Viana	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
371	05-11-81	Hugo Ramos	Audiência de Comissão	Aprovado
372	05-11-81	Murilo Badaró	Destinação de Expediente	Aprovado
373	05-11-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
374	05-11-81	Líderes do PDS, PMDB e PP	Urgência	Aprovado
375	05-11-81	José Lins	Adiamento da Discussão	Aprovado
376	05-11-81	Helvídio Nunes	Destaque para votação em separado de emenda	Aprovado
377	06-11-81	Itamar Franco	Informações	Deferido

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
378	06-11-81	Bernardino Viana	Retirada de Projeto	Em tramitação
379	06-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
380	06-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
381	09-11-81	Helvídio Nunes	Homenagem de Pesar	Aprovado
382	10-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
383	10-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
384	11-11-81	Franco Montoro	Prorrogação da CPI que apura as causas da rotatividade da mão-de-obra no País	Aprovado
385	11-11-81	Bernardino Viana	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
386	12-11-81	Helvídio Nunes	Transcrição nos Anais	Em tramitação
387	12-11-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
388	12-11-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
389	12-11-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
390	12-11-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
391	16-11-81	Nilo Coelho	Audiência da Comissão	Aprovado
392	16-11-81	Alexandre Costa	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
393	16-11-81	Roberto Saturnino	Autorização do Senado para aceitar Missão do Executivo	Aprovado
394	16-11-81	Humberto Lucena	Homenagem de Pesar	Aprovado
395	17-11-81	Luiz Viana	Transcrição nos Anais	Em tramitação
396	17-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
397	17-11-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
398	17-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Aprovado
399	17-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Aprovado
400	18-11-81	Lázaro Barboza	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
401	18-11-81	Bernardino Viana	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
402	18-11-81	Dirceu Cardoso	Inversão da Ordem do Dia	Rejeitado
403	18-11-81	Dirceu Cardoso	Diligência	Prejudicado
404	18-11-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
405	19-11-81	Líderes do PDS e PMDB	Dispensa de Interstício	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Assunto</b>	<b>Resultado</b>
406	19-11-81	Bernardino Viana	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
407	19-11-81	Líderes do PDS, PMDB e PP	Urgência	Aprovado
408	19-11-81	José Lins	Adiamento da Discussão	Aprovado
409	20-11-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Discussão	Prejudicado
410	23-11-81	Henrique Santillo	Adiamento da Discussão	Prejudicado
411	24-11-81	Líderes do PMDB e PP	Urgência	Aprovado
412	27-11-81	Lourival Baptista	Transcrição nos Anais	Em tramitação
413	27-11-81	Itamar Franco	Informações	Deferido
414	19-12-81	Helvídio Nunes	Inversão da Ordem do Dia	Prejudicado
415	02-12-81	Arnon de Mello	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
416	02-12-81	Tarso Dutra	Licença para tratamento de saúde	Aprovado
417	02-12-81	Passos Pôrto	Prorrogação por 120 dias, do prazo da CPI do Acordo Nuclear Brasil— Alemanha	Aprovado
418	02-12-81	Henrique Santillo	Adiamento da Discussão	Prejudicado
419	02-12-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Retirado
420	02-12-81	Líderes do PDS e PMDB	Retirada de requerimento	Deferido
421	02-12-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
422	02-12-81	José Lins	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
423	03-12-81	Bernardino Viana	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
424	03-12-81	José Lins	Manutenção da pauta da Ordem do Dia	Aprovado
425	03-12-81	Dirceu Cardoso	Adiamento da Votação	Não recebido pela Presidência
426	03-12-81	Henrique Santillo	Adiamento da Votação	Prejudicado
427	03-12-81	José Lins	Prorrogação do prazo da sessão	Aprovado
428	04-12-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
429	04-12-81	Líderes do PDS e PMDB	Urgência	Aprovado
430	04-12-81	Almir Pinto	Dispensa de publicação da redação final	Aprovado
431	05-12-81	José Lins	Inversão da Ordem do Dia	Aprovado
432	05-12-81	José Lins	Adiamento da Discussão	Aprovado

c) SÚMULA

Adiamento de Discussão .....	41
Adiamento para diligência .....	2
Adiamento de Votação .....	26
Audiência de Comissão .....	5
Autorização para aceitar Missão do Executivo .....	15
Convocação de Autoridade .....	3
Destaque para votação em separado de emenda .....	1
Destinação de Expediente .....	10
Dispensa de Interstício .....	20
Dispensa de publicação de redação final .....	98
Diversos .....	5
Homenagem de Pesar .....	12
Inclusão de matéria em Ordem do Dia .....	3
Informações .....	21
Inversão da Ordem do Dia .....	36
Licença para tratamento de saúde .....	9
Licença para tratar de interesse particular .....	2
Manutenção da pauta da Ordem do Dia .....	1
Não realização de sessão .....	5
Preferência para votação de projeto .....	2
Prorrogação de prazo para Comissão Especial .....	1
Prorrogação de prazo para CPI .....	10
Prorrogação de prazo da sessão do Senado .....	6
Realização de sessão extraordinária do Senado .....	1
Retirada de projeto .....	4
Retirada de projeto da Ordem do Dia .....	1
Retirada de requerimento .....	5
Sessão especial do Senado .....	4
Tramitação de projeto em conjunto .....	13
Transcrição nos Anais .....	49
Urgência .....	25
Votação em globo .....	2
Votação em único escrutínio .....	1
Voto de Aplauso .....	1
Voto de Congratulações .....	1
Voto de Pesar .....	3
Total .....	444

#### D.5.7 — PARECER

De acordo com o disposto no art. 234, IV, combinado com o art. 251 do Regimento Interno, constituem proposições os pareceres que devam ser discutidos e votados pelo Plenário, quando não concluírem pela apresentação de projeto, requerimento ou emenda.

Nos termos desses dispositivos regimentais, foi apresentado o seguinte parecer:

<b>Nº</b>	<b>Comissão</b>	<b>Conclusão</b>	<b>Matéria</b>	<b>Resultado</b>
270/81	Constituição e Justiça	pelo arquivamento	Projeto de Resolução nº 35, de 1981, que autoriza a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (RS) a elevar o montante de sua dívida consolidada.	Aprovado

#### D.5.8 — ESCOLHA DE AUTORIDADES

Em 32 casos teve o Senado ensejo de se manifestar sobre nomes escolhidos pelo Presidente da República para cargos cujo provimento depende da prévia aquiescência desta Casa.

Os nomes foram submetidos ao Senado através das seguintes Mensagens:

Mensagem nº SF	Origem	Nome	Cargo
239/80	450/80	Ayrton Gonzales Gil Diegues	Embaixador do Brasil junto à República Popular do Congo
305/80	533/80	Amaury Bier	Embaixador do Brasil em Santa Lúcia
306/80	537/80	Amaury Bier	Embaixador do Brasil em São Vicente e Granadinas
019/81	047/81	Alberto Vasconcelos da Costa e Silva	Embaixador do Brasil junto à República Popular do Benin
029/81	044/81	Clovis Ramalhete Maia	Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Thompson Flores.
030/81	045/81	Vidal da Fontoura	Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gilberto Monteiro Pessoa.
032/81	052/81	João Nogueira de Rezende	Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da Aposentadoria do Ministro Mauro Renaut Leite.
033/81	053/81	Marcelo Raffaelli	Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.
034/81	054/81	Sérgio Fernando Guarischi Bath	Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia.
035/81	068/81	Celso Diniz	Embaixador do Brasil junto aos Estados de Bahrain e Catar.
036/81	069/81	Antônio Carlos de Seixas Telles	Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente do Ministro Lima Torres.
038/81	077/81	Marcel Dezon Costa Hasslocher	Embaixador do Brasil junto à República Popular de Moçambique.
039/81	079/81	Antônio Corrêa do Lago	Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano.

<b>Mensagem nº SF</b>	<b>Origem</b>	<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
078/81	123/81	Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva	Embaixador do Brasil junto à República da Áustria.
082/81	147/81	João Hermes Pereira de Araújo	Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.
091/81	168/81	Raul Henrique Castro Silva de Vicenzi	Embaixador do Brasil junto à República Oriental do Uruguai.
092/81	169/81	Jorge Carlos Ribeiro	Embaixador do Brasil junto à República do Chile.
104/81	193/81	Antônio Corrêa do Lago	Embaixador do Brasil junto a Ordem Soberana e Militar de Malta.
108/81	198/81	Luiz José Guimarães Falcão	Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Geraldo Starling Soares.
115/81	216/81	Firmino Ferreira Paz	Ministro do Superior Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Antônio Neder.
116/81	215/81	Roberto Andersen Cavalcanti	Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Almirante-de-Esquadra Hélio Ramos de Azevedo Leite.
182/81	302/81	Marcel Dezon Costa Hasslocher	Embaixador do Brasil junto ao Reino de Lesoto
183/81	306/81	Marco Aurélio Mendes de Faria Mello	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Hildebrando Bisaglia.
186/81	322/81	José Néri da Silveira	Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro João Leitão de Abreu.
190/81	330/81	Ayrton Gonzalez Gil Diegues	Embaixador do Brasil junto à República Ruandesa.
214/81	366/81	Marcelo Raffaelli	Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim.
215/81	365/81	Lauro Escorel Rodrigues de Moraes	Embaixador do Brasil na Espanha.
216/81	364/81	Sérgio Armando Frazão	Embaixador do Brasil na Delegação Permanente junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, República Francesa.
217/81	363/81	Geraldo Egídio da Costa Holanda Cavalcanti	Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.
264/81	418/81	Armando Branco Mendes Cadaxa	Embaixador do Brasil junto à República Popular Polonesa.
281/81	439/81	Ildélio Martins	Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Leopoldo César de Miranda Lima.
284/81	449/81	João Cabral de Melo Neto	Embaixador do Brasil junto à República de Honduras.

## E — O SENADO FEDERAL EM SUAS RELAÇÕES COM OUTROS ÓRGÃOS

### E.1 — ELEMENTOS DE LIGAÇÃO

Atuaram como elementos de ligação junto ao Senado:

#### **Presidência da República**

Dr. Ney Passos Dantas

#### **Ministério da Aeronáutica**

Ten. Cel. Av. Luiz Gonzaga da Costa  
Land

#### **Ministério da Agricultura**

Dr. Nestor Ribeiro

#### **Ministério das Comunicações**

Dr. Álvaro Alberto A. Sampaio

#### **Ministério da Desburocratização**

Dr. Mariano A. Philigret

#### **Ministério da Educação e Cultura**

Dr. Heráclito de Souza Fortes

#### **Ministério do Exército**

Ten. Cel. Nialdo Neves de Oliveira  
Ten. Cel. Manoel Fenelon Saraiva  
Câmara  
Ten. Cel. Cav. Paulo Ricardo Naumann

#### **Ministério da Fazenda**

Dr. Gilberto Amado Pereira Alves

#### **Ministério da Indústria e do Comércio**

Dr. Enio Alex Queiroz

#### **Ministério do Interior**

Dr. Hugo Woloskiz Braga

#### **Ministério da Justiça**

Dr. Antônio de Araújo Costa

#### **Ministério da Marinha**

Comandante Carlos Augusto B. Oliveira

#### **Ministério das Minas e Energia**

Dr. Hélio Goes Ferreira

#### **Ministério da Previdência e Assistência Social**

Dr. Luiz Augusto Castro de Macedo

#### **Ministério da Saúde**

Dr. Olympio Cascaes

#### **Ministério das Relações Exteriores**

Min. João Augusto de Médicis  
Min. Carlos Alberto Leite Barbosa

#### **Ministério do Trabalho**

Dr. Dário Macedo

#### **Ministério dos Transportes**

Dr. Estevam Augusto Santos Pereira

#### **Secretaria de Planejamento**

Dr. Pedro Grossi Júnior

#### **DASP**

Dr. Maurílio Max de Araújo Cunha

#### **GDF**

Dr. Antônio Henrique de Carvalho  
Ellery

## E.2 — JORNALISTAS CREDENCIADOS

O Comitê de Imprensa junto ao Senado Federal funcionou com a seguinte composição:

<b>Jornalistas</b>	<b>Órgãos</b>
Zanoni Azevedo Antunes Sebastião Batista da Silva	Agência de Notícias dos Diários Associados (ANDA)
Evandro Fonseca Paranaguá Sílvia Maria de Barros da Fonseca	Agência Estado (ESP)
Milton Roberto Monteiro Ribeiro	Agência Imprensa Livre Ltda. (Agil Fotojornalismo)
Pang Bingan Chen Jiaying	Agência Noticiosa Xinhua
João Emílio Falcão Costa Filho José Marcondes Sampaio	Agência Folha de Notícias Ltda.
José Tarcísio de Saboya Hollanda José Vanderley Pereira	Agência Jornal do Brasil
Manoel Pompeu Filho	A Província do Pará (Diários Associados)
Alfredo Obliziner	Correio Braziliense
Esaú Afonso de Carvalho Francisco Estivallet Finamor Sérgio Oliveira da Silva	Correio do Povo (Empresa Jornalística Caldas Júnior)
Washington Tadeu de Mello Roberto Marques Piza	Diário da Tarde (S/A Estado de Minas)
Leda Beatriz de Souza Guedes Eduardo Franklin Correia Cornélio Souza Lima Franco	Estado de Minas
Clóvis de Queiroz Sena	Folha da Tarde (Empresa Jornalística Caldas Júnior)
Amália Maranhão Calmon Francisco das Chagas Leite Filho	Folha da Tarde (FSP)
Rubem de Azevedo Lima Marcos de Faria Antônio Frota Neto Haroldo Cerqueira Lima Ruy Lopes	Folha de S. Paulo

<b>Jornalistas</b>	<b>Órgãos</b>
Walter José Nunes Marques Edison Rodrigues Chaves José Antônio de Camargo Barros	Gazeta Mercantil
José Quintiliano da Fonseca Filho	Jornal A Tarde S/A (Salvador — BA)
Francisco José Fiuza Dias Pinto Sérgio Chacon	Jornal da Tarde (ESP)
Carlos Castello Branco Abdias Silva Luiz Orlando Quinhões Carneiro Luiz Inácio Ferreira de Castro	Jornal do Brasil
Francisco de Assis Moreira e Silva Francisco Baker Méio Filho	Jornal de Brasília
Antônio Carlos Paulino de Queiroz	Jornal O Movimento
Rita Maria Francisco Pereira Lira	Jornal Zero Hora
José da Graça de Jesus Negueiros	Jornal da Semana Inteira (Jornal José)
Luiz Alencar Monteiro Manoel Vilela de Magalhães Carlos Chagas José Márcio Almeida de Mendonça Gilnei Bengardini Rampazzo	O Estado de São Paulo
Rita de Cássia Motta Nardelli Luiz Recena Grassi	O Globo
Ossian da Silveira Brito	O Liberal
Wanderval Calaça de Mendonça Francisco Nogueira Saraiva	O Brasil em Notícias (OBN)
Ary Cícero de Moraes Ribeiro Sérgio Borges	Rádio Eldorado (ESP)
Ana Amélia Lemos	Rádio e Televisão Gaúcha S/A
Haig Baghdassarian	Rádio Eldorado — FM (ESP)
José Raymundo Lima Martins	Rádio Globo FM
Francisco de Assis Machado da Nóbrega	Rádio Guaíba (Empresa Jornalística Caldas Júnior)
Flamarion Mossri Laércio Gonçalves da Silva	Rádio Jornal do Brasil
Maria Nilza Pereira da Silva Portocarrero José Garcez de Almeida	Rádio Capital de Comunicações
Carlos Brasil de Araújo Luiz Carlos Rodrigues Pinto	Rádio e Televisão Bandeirantes S/A
Antônio de Pádua Aranha Araújo	Rádio Nacional de Brasília (Radiobrás)
Sílvio Leite Campos Pelágio Duarte Sousa Gondim	Rádio Planalto (Correio Braziliense)

---

**Jornalistas****Órgãos**

---

Mário Antônio Garófalo

Revista Tendência  
(Bloch Editores)

Carlos César do Amaral Marchi

Rádio Cidade do Jornal do Brasil

Luiz Cláudio Fontoura da Cunha

Revista Abril Press

José Aroldo Hollanda

Revista Fatos e Fotos/Gente  
(Bloch Editores S/A)

Hermínio Oliveira da Conceição  
Alexandre Eggers Garcia

Revista Manchete  
(Bloch Editores)

Josemar Toscano Dantas

Revista O Espelho

Mamoru Namba  
Antônio Carlos Antunes Scartezini  
Getúlio Dutra Bittencourt

Revista Veja

José Fábio de Andrade Mendes  
Ruy Fabiano Baptista Rabello

Revista Visão

Vicente Limongi Neto  
Paterson Gomes de Figueiredo  
Dilson Ribeiro de Souza

Tribuna da Imprensa

## **V – ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

**Será publicada, posteriormente, em suplemento**

**VI – O CONGRESSO NACIONAL REUNIDO**

## A — SESSÕES REALIZADAS

Realizaram-se 333 sessões conjuntas, sendo 1 para leitura de documento dando ciência do impedimento temporário do Senhor Presidente da República, por motivo de doença, 324 para tratar de matéria legislativa e 8 solenes.

Deixou de ser realizada a sessão conjunta convocada para o dia 10 de setembro, às 10:30 horas, em virtude de falta de "quorum" para o início dos trabalhos.

As sessões solenes foram as seguintes:

<b>Data</b>	<b>Finalidade</b>
19-03-81	Instalar a 3ª Sessão Legislativa da 46ª Legislatura.
30-06-81	Promulgar a Emenda Constitucional que dispõe sobre aposentadoria especial para professores e professoras.
06-08-81	Promulgar a Emenda Constitucional que altera o art. 151 da Constituição Federal.
11-08-81	Recepcionar o Senhor Luiz Herrera Campins, Presidente da República da Venezuela.
02-09-81	Recepcionar o Senhor Julio Cesar Turbay Ayala, Presidente da Colômbia.
07-10-81	Recepcionar o Senhor Moussa Traoré, Presidente da República do Mali.
20-10-81	Promulgar a Emenda Constitucional que dispõe sobre novos subsídios para os Prefeitos Municipais e para os Vice-Prefeitos quando remunerados.
27-10-81	Promulgar a Emenda Constitucional que dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais.

## B — COMISSÕES MISTAS

### B.1 — PARA ESTUDO DE MATÉRIA LEGISLATIVA

Nesta sessão legislativa foram constituídas 176 Comissões Mistas, sendo:

Para exame de Propostas de Emenda à Constituição .....	67
Para exame de Projetos de Lei .....	29
Para relatar Vetos Presidenciais .....	8
Para exame de Decretos-leis .....	72

## B.2 — PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### a) CPMI SOBRE O CRESCIMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar os problemas relativos ao crescimento populacional brasileiro foi criada através do Requerimento nº 52, de 1980-CN, de iniciativa do Deputado Hugo Mardini e subscrito por um terço dos Membros da Câmara e do Senado.

Ao término da sessão legislativa passada integravam a Comissão os seguintes Congressistas:

#### Senadores

Almir Pinto  
Passos Pôrto  
José Lins  
Jorge Kalume  
Eunice Michiles  
Bernardino Viana

#### Deputados

##### PDS

Bezerra de Mello  
Ludgero Raulino  
João Alves  
Hugo Mardini  
Francisco Rollemberg  
Siqueira Campos

##### PMDB

Lázaro Barbosa  
José Richa  
Jaison Barreto

Pimenta da Veiga  
Carlos Santos  
Luiz Baptista

##### PP

Gilvan Rocha

Borges da Silveira  
Ubaldo Dantas

##### PTB

Leite Chaves

A Comissão não chegou a ser instalada e foi extinta em virtude do término do prazo de duração, ocorrido a 5 de março do corrente ano.

Posteriormente, na sessão conjunta realizada no dia 2-04-81, às 11:00 horas, foi lido e aprovado o Requerimento nº 2, de 1981-CN, de autoria do Deputado Hugo Mardini, propondo novamente a criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar os problemas relativos ao crescimento populacional brasileiro.

Recebidas as indicações das Lideranças, a Presidência, em 23 de abril de 1981, designou os seguintes congressistas para comporem a Comissão:

**Titulares**

**Suplentes**

**SENADORES**

**PDS**

Almir Pinto	Milton Cabral
Lourival Baptista	Martins Filho
Eunice Michiles	Bernardino Viana
José Lins	
Jorge Kalume	
Jutahy Magalhães	

**PMDB**

Jaison Barreto	José Richa
Laélia de Alcântara	Lázaro Barboza
Henrique Santillo	

**PP**

Gilvan Rocha	Gastão Müller
Luiz Fernando Freire	

**DEPUTADOS**

**PDS**

Leorne Belém	Waldmir Belinati
Lygia Lessa Bastos	Inocência de Oliveira
João Alves	Siqueira Campos
Hugo Mardini	
Francisco Rollemberg	
José de Castro Coimbra	

**PMDB**

Max Mauro	Elquisson Soares
Júnia Marise	Euclides Scalco
Jorge Gama	

**PP**

Rubem Dourado	Oswaldo Lima
Ubaldo Dantas	

Na reunião de instalação, realizada no dia 29-4-81, foram eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senadores Gilvan Rocha e Lourival Baptista, sendo designado para a função de Relator o Deputado João Alves.

Os Senadores Jaison Barreto e Laélia de Alcântara foram substituídos pelos Senadores Dejandir Dalpasquale e Adalberto Sena e os Deputados Ubaldo Dantas e Siqueira Campos, pelos Deputados João Menezes e Emídio Perondi, respectivamente. Posteriormente, o Senador Jaison Barreto foi reconduzido como membro da Comissão, em substituição ao Sen. Dejandir Dalpasquale.

Em 12-8-81, o Senador Gilvan Rocha renuncia à Presidência da Comissão.

Esgotado o prazo no dia 31 de outubro de 1981, a Comissão foi extinta.

## b) CPMI SOBRE A AÇÃO TERRORISTA NO PAÍS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada através do Requerimento nº 78, de 1980-CN, de iniciativa dos Senhores Senador Franco Montoro e Deputado Euclides Scalco, com a finalidade de examinar a escalada da ação terrorista que se desenvolve no País.

Ao final da sessão legislativa passada integravam a Comissão os seguintes Congressistas:

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
	<b>PDS</b>
Aloysio Chaves	Ítalo Conti
Murilo Badaró	Erasmio Dias
Moacyr Dalla	Raymundo Diniz
	<b>PMDB</b>
Franco Montoro	Euclides Scalco
	<b>PP</b>
Mendes Canale	Péricles Gonçalves

Permaneceram como Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os Senhores Senadores Mendes Canale e Aloysio Chaves.

Em 12 de março de 1981, nos termos do § 6º do art. 170 do Regimento Interno do Senado, 1º subsidiário do Reimento Comum, e de acordo com as indicações das Lideranças, foram designados suplentes da Comissão:

<b>Senadores</b>	<b>Deputados</b>
	<b>PDS</b>
Jutahy Magalhães	Jorge Arbage
Jorge Kalume	Oswaldo Melo
	<b>PMDB</b>
Lázaro Barboza	Modesto da Silveira

Em 7-4-81, o Deputado Ney Ferreira foi designado para substituir o Deputado Jorge Arbage.

Os trabalhos da Comissão foram prorrogados por 60 (sessenta) dias, a partir de 28-9-81, de acordo com o Requerimento nº 38/81-CN, de autoria do Senador Mendes Canale, aprovado em 22-9-81.

Prestaram depoimento perante a CPMI, nesta sessão legislativa, as seguintes personalidades:

- Cel. Moacyr Coelho, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.
- Jornalista Hélio Fernandes.
- Dr. Eduardo Seabra Fagundes, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.
- Deputado Marcelo Cerqueira
- Vereador Antônio Carlos Carvalho
- Dr. Dimas Perrin
- Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.
- Prof. Dalmo Dallari.
- Dr. Romeu Tuma.

- Dr. Almir Chagas Vilela, Presidente da Associação de Delegados de Polícia do Brasil.
- Sr. Ronald James Watters.
- Dom José Rodrigues de Souza, Bispo de Juazeiro — BA.
- Sr. Fernando Gabeira.
- Dr. José Carlos Dias, ex-Presidente da Comissão de Justiça e Paz.
- Dr. Rômulo Augusto Romero Fontes.
- Dr. Marcos Vinicius F. dos Santos.
- Dr. Carlos Alberto de Araújo.

Em 25-11-81, com a aprovação do Requerimento nº 52/81-CN, de autoria do Senador Mendes Canale, o prazo de duração da Comissão foi novamente prorrogado, por mais 60 dias, a partir de 27-11-81.

## C — MATÉRIA LEGISLATIVA

### C.1 — PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

#### a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

N.º	1º Signatário	Ementa	Resultado
82/80	Dep. Jorge Arbage	Altera a redação do § 12 do art. 153 da Constituição Federal, para o fim de instituir a prisão cautelar.	Prejudicada por decurso de prazo
84/80	Dep. Cristina Tavares	Revoga a letra "d" do item VIII do artigo 8º e modifica a redação do § 8º do artigo 153 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
85/80	Dep. Epitácio Cafeteira	Dispõe sobre a representação política do Distrito Federal no Congresso Nacional.	Prejudicada por decurso de prazo
87/80	Sen. Itamar Franco	Altera o § 1º do art. 17; o item III do art. 42, suprimindo-se o item V do mesmo artigo e renumerando-se os seus itens seguintes, da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
89/80	Dep. Jorge Arbage	Institui a Justiça Agrária.	Prejudicada por decurso de prazo
90/80	Dep. Antônio Morimoto	Altera a redação do § 3º do art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil.	Prejudicada por decurso de prazo
92/80	Dep. Gomes da Silva	Altera a redação do <b>caput</b> do art. 29 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
93/80	Dep. Iranildo Pereira	Acrescenta dispositivo ao art. 197 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
94/80	Dep. Osvaldo Macedo	Altera e acrescenta dispositivos na Constituição Federal, para o fim de tornar regra o ensino gratuito a cargo do poder público.	Prejudicada por decurso de prazo
95/80	Dep. Odacir Soares	Altera a redação dos §§ 3º e 4º do art. 39 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
96/80	Dep. Adhemar de Barros Filho	Acrescenta § 8º ao art. 32 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
97/80	Sen. Nelson Carneiro	Dá nova redação aos artigos 101 e 102 e ao item XIX do art. 165 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo

N.º	1º Signatário	Ementa	Resultado
98/80	Dep. Jorge Uequed	Acrescenta dispositivos à Constituição Federal, determinando a realização de plebiscito para a instalação de usina nuclear no território nacional.	Prejudicada por decurso de prazo
99/80	Dep. Brabo de Carvalho	Dá nova redação ao item VI do art. 13 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
1/81	Dep. Samir Achôa	Introduz parágrafo no artigo 103 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
2/81	Dep. Alexandre Machado	Altera a redação do parágrafo único do art. 145 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
3/81	Sen. Roberto Saturnino	Acrescenta parágrafo ao art. 152 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
4/81	Sen. Roberto Saturnino	Altera a redação do § 34 do art. 153, da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
5/81	Sen. Roberto Saturnino	Altera a redação do § 1º do art. 102 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
6/81	Dep. Hugo Mardini	Assegura a Deputado e Senador o direito de ser nomeado Governador do Distrito Federal, ou exercer a presidência de autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, sem perda do mandato.	Prejudicada por decurso de prazo
7/81	Dep. José Costa	Altera o artigo 29 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
8/81	Dep. Álvaro Dias	Dispõe sobre a aposentadoria dos Professores sob os regimes estatutário e da Consolidação das Leis do Trabalho, aos vinte e cinco anos de serviço, acrescentando parágrafo ao artigo 101 e alínea ao artigo 165 do texto constitucional.	Prejudicada, em virtude da aprovação da PEC nº 9, de 1981
9/81	Dep. Álvaro Valle	Dispõe sobre a aposentadoria especial para professores e professoras.	Emenda Constitucional nº 18
10/81	Dep. Júnia Marise	Modifica disposições dos arts. 101, 102 e 165 do texto constitucional, visando a aposentadoria dos professores aos vinte e cinco anos de serviço.	Prejudicada, em virtude da aprovação da PEC nº 9, de 1981
11/81	Dep. Albérico Cordeiro	Fixa em doze meses, no mínimo, os prazos para cessação dos casos de inelegibilidade.	Emenda Constitucional nº 19
12/81	Dep. Theodorico Ferraço	Altera o inciso III do artigo 44 e o artigo 80 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo

N.º	1º Signatário	Ementa	Resultado
13/81	Dep. Peixoto Filho	Estabelece o prazo de um ano para a desincompatibilização de governadores, prefeitos, ministros de estado, e outros, quando candidatos a Senador, Deputado Federal ou Estadual e Vereador, introduzindo alteração na alínea "c", do parágrafo único, do art. 151.	Prejudicada, em virtude da aprovação do Substitutivo à PEC nº 11/81
14/81	Dep. Iranildo Pereira	Assegura aos professores a aposentadoria voluntária, com proventos ou salário integrais, após vinte e cinco anos de efetivo exercício do magistério.	Prejudicada, em virtude da aprovação da PEC nº 9, de 1981
15/81	Dep. Erasmo Dias	Dá nova redação ao art. 13, § 4º, da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
16/81	Dep. Erasmo Dias	Acrescenta parágrafo ao art. 101 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
17/81	Dep. Vivaldo Frota	Dá nova redação ao parágrafo terceiro do art. 72 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
18/81	Sen. Franco Montoro	Dispõe sobre contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria e disponibilidade.	Prejudicada por decurso de prazo
19/81	Dep. Gomes da Silva	Altera a redação dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 168 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
20/81	Dep. Alexandre Machado	Altera a redação do § 11 do art. 153 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
21/81	Dep. Paulo Lustosa	Altera dispositivos da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
22/81	Sen. Murilo Badaró	Altera o item III e a letra "b" do § 1º do art. 26 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
23/81	Dep. Delson Scarano	Acrescenta dispositivo ao art. 21 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
24/81	Dep. Nivaldo Krüger	Altera o <b>caput</b> e o § 1º do art. 62 e o § 5º do art. 70 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
25/81	Sen. Jutahy Magalhães	Dá nova redação ao § 4º do art. 175 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
26/81	Dep. Haroldo Sanford	Altera a redação do art. 210 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
27/81	Dep. Alberto Goldman	Antecipa para 15 de novembro de 1981 as eleições municipais para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.	Prejudicada por decurso de prazo
28/81	Dep. Santilli Sobrinho	Dispõe sobre a aposentadoria dos funcionários públicos aos trinta e aos vinte e cinco anos, a ser concedida gradativamente, e determina outras providências.	Prejudicada por decurso de prazo
29/81	Dep. Saramago Pinheiro	Altera a redação do § 4º do art. 104 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
30/81	Dep. Cristina Tavares	Aposentadoria para a funcionária pública e a mulher trabalhadora, aos vinte e cinco anos de serviço, com proventos integrais.	Prejudicada por decurso de prazo

N.º	1º Signatário	Ementa	Resultado
31/81	Dep. José de Castro Coimbra	Acrescenta artigo ao Título das Disposições Gerais e Transitórias autorizando a fixação de novos subsídios para os Prefeitos Municipais durante a atual legislatura prorrogada.	Emenda Constitucional nº 20
32/81	Sen. Orestes Quéricia	Altera a Constituição Federal convocando a Assembléia Nacional Constituinte, e assegurando aos partidos políticos ampla liberdade de propaganda.	Prejudicada por decurso de prazo
33/81	Dep. Jorge Ferraz	Determina o reajustamento, a partir de 1º de fevereiro de 1981, da remuneração dos Prefeitos e Vice-Prefeitos cujos mandatos foram prorrogados pela Emenda Constitucional nº 14, de 9 de setembro de 1980.	Prejudicada em virtude da aprovação da PEC nº 31/81
34/81	Dep. Salvador Julianelli	Dá nova redação ao item VI do artigo 13 da Constituição Federal e dispõe sobre subsídios de deputados estaduais.	Emenda Constitucional nº 21
35/81	Dep. Airton Sandoval	Altera o Capítulo VII do Título I e o Título V, para introduzir o regime de governo parlamentar.	Prejudicada por decurso de prazo
36/81	Dep. Mac Dowell Leite de Castro	Dispõe sobre acumulação de cargos de nível superior e aposentadoria integral por invalidez ou redução da capacidade de trabalho.	Prejudicada por decurso de prazo
37/81	Dep. Evandro Ayres de Moura	Modifica o § 4º e acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
38/81	Dep. Alceu Collares	Altera dispositivos da Constituição referentes aos Territórios e ao Distrito Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
39/81	Dep. Alceu Collares	Introduz alterações no art. 176 da Constituição, dispondo sobre provimento e ascensão aos cargos de carreira do magistério.	Prejudicada por decurso de prazo
40/81	Dep. José Frejat	Estabelece a eleição de três Senadores pelo Distrito Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
41/81	Dep. Borges da Silveira	Altera a redação do § 2º do artigo 13 e do item I do artigo 15 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
42/81	Dep. Henrique Brito	Altera a composição do Colégio Eleitoral.	Prejudicada por decurso de prazo
43/81	Dep. Pedro Geraldo Costa	Dá nova redação ao art. 25 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
44/81	Dep. Walmor de Luca	Altera a redação do § 3º e revoga o § 4º do art. 59 da Constituição.	Prejudicada por decurso de prazo
45/81	Presidente da República	Acrescenta os arts. 211 e 212 à Constituição Federal, regulando a situação dos Municípios criados e não instalados, e dispondo sobre a nomeação dos respectivos Prefeitos.	Prejudicada por decurso de prazo

N.º	1º Signatário	Ementa	Resultado
46/81	Dep. Ruy Côdo	Dá nova redação ao art. 15, § 3º, alínea f, e ao art. 177, § 1º, da Constituição Federal.	Em tramitação
47/81	Dep. Airton Sandoval	Altera as redações dos arts. 23, 25 e 26 da Constituição.	Em tramitação
48/81	Dep. Thales Ramalho	Suprime o item V do art. 35; dá nova redação aos arts. 39, <b>caput</b> , e 148; altera o art. 152, §§ 2º e 3º, e acrescenta item VI ao seu § 2º, suprimindo-lhe os §§ 5º e 6º	Em tramitação
49/81	Dep. Genival Tourinho	Veda a utilização do instituto da sublegenda.	Em tramitação
50/81	Dep. Nilson Gibson	Altera a redação do artigo 39, <b>caput</b> , da Constituição Federal.	Em tramitação
51/81	Dep. Airton Sandoval	Acrescenta § 3º ao art. 95 da Constituição.	Em tramitação
52/81	Dep. Ralph Biasi	Altera a redação do art. 164 da Constituição Federal.	Em tramitação
53/81	Dep. Iranildo Pereira	Restabelece benefícios fiscais ao Nordeste.	Em tramitação
54/81	Presidente da República	Altera o artigo 151, parágrafo único, alínea "e" da Constituição Federal.	Em tramitação
55/81	Dep. Hélio Garcia	Altera a redação do art. 15, § 1º, alínea "a", da Constituição Federal, restabelecendo as eleições diretas para Prefeito e Vice-Prefeito dos Municípios considerados estâncias hidrominerais.	Em tramitação
56/81	Sen. Orestes Quércia	Altera dispositivo da vigente Constituição Federal, para o fim de impedir a incidência de tributação do imposto de renda sobre salários.	Em tramitação
57/81	Dep. Navarro Vieira Filho	Altera a redação da letra "a" do § 1º do art. 15 da Constituição Federal, e dá outras providências.	Em tramitação
58/81	Dep. Júnia Marise	Restabelece as eleições diretas para prefeitos dos municípios das capitais e das estâncias hidrominerais.	Em tramitação
59/81	Sen. Mauro Benevides	Restabelece a eleição direta para Prefeito e Vice-Prefeito das Capitais dos Estados.	Em tramitação
60/81	Dep. Jorge Ferraz	Altera a redação do § 4º do art. 15 da Constituição Federal.	Prejudicada por decurso de prazo
61/81	Dep. Maurício Fruet	Dá nova redação ao art. 39 da Constituição Federal.	Em tramitação
62/81	Sen. Affonso Camargo	Altera o art. 98 da Constituição Federal.	Em tramitação
63/81	Dep. Celso Peçanha	Modifica o § 2º do art. 102 da Constituição, que dispõe sobre proventos da inatividade.	Em tramitação

<b>N.º</b>	<b>1º Signatário</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
64/81	Dep. Lúcio Cioni	Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 47 e acrescenta o item VI ao parágrafo 2º do artigo 152 da Constituição.	Em tramitação
65/81	Dep. Daniel Silva	Dá nova redação ao art. 147 da Constituição Federal.	Em tramitação
66/81	Dep. Alceu Collares	Acrescenta item ao art. 35 e modifica a redação dos §§ 4º, do art. 35, e 1º, do art. 47 da Constituição Federal.	Em tramitação
67/81	Dep. Henrique Brito	Altera as alíneas <b>a</b> e <b>b</b> do parágrafo único do art. 151 da Constituição.	Em tramitação
68/81	Dep. Cristina Tavares	Fixa a competência do Congresso Nacional para aprovar os nomes indicados para membros dos Conselhos Administrativos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista da Administração Federal Indireta.	Em tramitação
69/81	Dep. José Camargo	Modifica a redação da alínea <b>a</b> do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal.	Em tramitação
70/81	Dep. Lidovino Fanton	Dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal.	Em tramitação
71/81	Dep. JG de Araújo Jorge	Dá nova redação ao § 3º do art. 152 da Constituição Federal.	Em tramitação
72/81	Sen. Arno Damiani	Altera os arts. 4º, item II, e 5º da Constituição Federal.	Em tramitação
73/81	Sen. Humberto Lucena	Acrescenta dispositivo ao Título V das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal, destinando investimentos federais ao Nordeste.	Em tramitação
74/81	Dep. Júnia Marise	Destina 12% do orçamento da União à educação, e determina outras providências.	Em tramitação
75/81	Dep. Osvaldo Macedo	Acrescenta mais um parágrafo ao art. 98 da Constituição Federal, estabelecendo a gratificação natalina aos servidores públicos.	Em tramitação
76/81	Dep. Eptácio Cafeteira	Altera dispositivos da Constituição Federal, constantes do Capítulo VI — do Poder Legislativo — e do Capítulo VII — do Poder Executivo.	Em tramitação
77/81	Dep. Caio Pompeu	Só permite modificação relativa a matéria eleitoral até um ano antes dos pleitos aos quais se destina.	Em tramitação
78/81	Dep. Mendonça Neto	Cria a Procuradoria Geral do Povo, órgão constitucional destinado à fiscalização dos Atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta, à investigação das violações à lei e à preservação dos direitos fundamentais do cidadão.	Em tramitação

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
79/81	Dep. Nabor Júnior	Dá nova redação ao § 6º do art. 21 da Constituição Federal.	Em tramitação
80/81	Dep. Paulo Lustosa	Acrescenta § 5º ao art. 62 da Constituição Federal.	Em tramitação
81/81	Dep. Paulo Guerra	Altera a redação do § 2º e suprime o § 3º do art. 17 da Constituição.	Em tramitação
82/81	Dep. Corrêa da Costa	Assegura ao Vereador servidor público federal, estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, enquanto no exercício do mandato, a intocabilidade das vantagens do cargo, emprego ou função, e proíbe sua transferência.	Em tramitação
83/81	Dep. Maurício Fruet	Restabelece eleições diretas para prefeitos dos municípios que especifica, cria a representação política do Distrito Federal, e dá outras providências.	Em tramitação

#### c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos às Propostas de Emenda à Constituição:

— Total das Propostas .....	97
Sendo:	
oriundas da sessão legislativa anterior .....	14
recebidas nesta sessão legislativa .....	83
de iniciativa parlamentar .....	81
de iniciativa do Presidente da República .....	2
— Aprovadas .....	4
— Prejudicadas .....	56
Sendo:	
oriundas da sessão legislativa anterior, todas de iniciativa parlamentar .....	14
desta sessão legislativa .....	42
de iniciativa parlamentar .....	41
de iniciativa do Presidente da República .....	1
— Em andamento .....	37
de iniciativa parlamentar .....	36
de iniciativa do Presidente da República .....	1

C.2 — PROJETOS DE LEI

a) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
01/81	07/81	Dispõe sobre a aposentadoria dos juizes temporários da União de que trata a Lei Orgânica da Magistratura Nacional.	Lei nº 6.903, de 30-04-81
02/81	08/81	Altera a composição dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos, e dá outras providências.	Lei nº 6.904, de 30-04-81
03/81	13/81	Fixa os valores de vencimentos ou salários do Grupo-Atividades Aeroespaciais do Serviço Civil do Poder Executivo, e dá outras providências.	Lei nº 6.906, de 11-05-81
04/81	18/81	Restringe a aplicação do art. 2º da Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, e do art. 18, § 2º, do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, e revoga o Decreto-lei nº 1.650, de 19 de dezembro de 1978.	Lei nº 6.910, de 27-05-81
05/81	19/81	Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.	Lei nº 6.911, de 27-05-81
06/81	20/81	Dispõe sobre a constituição, no Território Federal do Amapá, da Companhia de Desenvolvimento do Amapá — CODEASA, e dá outras providências.	Lei nº 6.909, de 27-05-81
07/81	25/81	Faculta a extensão do regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço a diretores não empregados, e dá outras providências.	Aprovado por decurso de prazo Lei nº 6.919, de 02-06-81
08/81	48/81	Altera dispositivos do Decreto-lei nº 1.414, de 18 de agosto de 1975, que dispõe sobre o processo de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas na Faixa de Fronteira, e dá outras providências.	Lei nº 6.925, de 29-06-81
09/81	51/81	Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, e dá outras providências.	Lei nº 6.924, de 29-06-81
10/81	56/81	Altera dispositivo da Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes destinados à agricultura, e dá outras providências.	Lei nº 6.934, de 13-07-81

<b>Nº</b>	<b>Mensagem CN</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
11/81	57/81	Dispõe sobre a averbação, na esfera federal, de tempo de serviço público estadual ou municipal.	Aprovado por decurso de prazo. Lei nº 6.936, de 18-08-81
12/81	58/81	Dispõe sobre o parcelamento especial de débitos no âmbito da Previdência e Assistência Social, e dá outras providências.	Retirado pela Mensagem nº 61, de 1981-CN
13/81	62/81	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Lei nº 6.938, de 31-08-81, com veto parcial
14/81	64/81	Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os Registros Públicos.	Lei nº 6.941, de 14-09-81
15/81	65/81	Institui o regime sumário de registro e arquivamento no Registro do Comércio e dá outras providências.	Lei nº 6.939, de 09-09-81
16/81	68/81	Dispõe sobre o parcelamento especial de débitos no âmbito da Previdência e Assistência Social e altera o prazo de validade do Certificado de Quitação.	Lei nº 6.944, de 14-09-81
17/81	69/81	Atualiza os limites de valor aplicáveis às diferentes modalidades de licitações, simplifica a organização de cadastros de licitantes e dá outras providências.	Lei nº 6.946, de 17-09-81
18/81	70/81	Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de Cr\$ 342.394.500.000,00, e dá outras providências.	Lei nº 6.940, de 09-09-81
19/81	71/81	Autoriza o Poder Executivo a abrir à Justiça Federal de 1ª Instância, o crédito especial de Cr\$ 10.500.000,00, para o fim que especifica.	Lei nº 6.942, de 14-09-81
20/81	72/81	Estabelece normas para criação e funcionamento de Juntas de Conciliação e Julgamento, dá outras providências.	Lei nº 6.947, de 17-09-81
21/81	83/81	Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1982.	Lei nº 6.962, de 7-12-81
22/81	85/81	Altera as Leis nºs 3.807, de 26 de agosto de 1960, e 6.205, de 29 de abril de 1975, fixa novo limite máximo do salário de contribuição e dá outras providências.	Lei nº 6.950, de 04-11-81
23/81	87/81	Institui sublegendas para as eleições de Governador, no ano de 1982, e dá outras providências.	Rejeitado
24/81	93/81	Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicionais até o limite de Cr\$ 3.621.201.000,00, e dá outras providências.	Lei nº 6.958, de 23-11-81
25/81	94/81	Acresce os efetivos do Exército em tempo de paz.	Lei nº 6.956, de 23-11-81
26/81	97/81	Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, e dá outras providências.	Lei nº 6.969, de 10-12-81
27/81	108/81	Dispõe sobre a alienação de imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>Mensagem CN</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
28/81	112/81	Estabelece normas para a realização de eleições em 1982, e dá outras providências.	Em tramitação
29/81	113/81	Autoriza a alienação de ações e direitos de capital, de propriedade da União, em empresas privadas e dá outras providências.	Em tramitação

**b) SÚMULA**

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Lei:

— Total dos Projetos, todos recebidos nesta sessão legislativa .....	29
— Aprovados (sendo 2 por decurso de prazo) e enviados à sanção .....	24
— Rejeitado .....	1
— Retirado pelo Autor .....	1
— Em andamento .....	3

### C.3 — PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

#### a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
97/80	141/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.807, de 6 de outubro de 1980, que “acrescenta parágrafo ao artigo 2º do Decreto-lei nº 61, de 21 de novembro de 1966, que alterou a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 1/81
98/80	142/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.808, de 6 de outubro de 1980, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados ao equipamento que menciona, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 3/81
101/80	143/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.809, de 7 de outubro de 1980, que “institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 4/81
102/80	146/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.810, de 23 de outubro de 1980, que “dispõe sobre a construção de usinas nucleoeletricas”.	Decreto Legislativo nº 5/81
103/80	147/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.811, de 27 de outubro de 1980, que “dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 6/81
104/80	148/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.812, de 11 de novembro de 1980, que “dispõe sobre recursos da União, estranhos ao Fundo Federal de Eletrificação, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 7/81
105/80	149/80	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980, que “institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, e dá outras providências”.	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo.

b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
1/81	10/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.815, de 9 de dezembro de 1980, que “dispõe sobre apuração de resultados do exercício financeiro, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 12/81
2/81	11/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.816, de 10 de dezembro de 1980, que “modifica a sistemática de cálculo da correção monetária incidente sobre as contribuições de previdência social não pagas, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 13/81
3/81	12/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.817, de 11 de dezembro de 1980, que “dispõe sobre a execução, no Território Federal de Rondônia, do Plano Nacional Popular (PLANHAP), e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 14/81
4/81	9/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.814, de 28 de novembro de 1980, que “altera as tabelas do Imposto de Renda incidente na fonte sobre rendimentos de trabalho assalariado e não-assalariado, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 15/81
5/81	15/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.819, de 11 de dezembro de 1980, que “reajusta o valor do soldo base de cálculo da remuneração dos militares”.	Decreto Legislativo nº 16/81
6/81	16/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.820, de 11 de dezembro de 1980, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como das pensões, e dá outras providências”.	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
7/81	22/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.823, de 18 de dezembro de 1980, que “transfere os recursos orçamentários que menciona”.	Decreto Legislativo nº 20/81
8/81	27/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.827, de 22 de dezembro de 1980, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências”.	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
9/81	29/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.829, de 22 de dezembro de 1980, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Ofícios Judiciais do Distrito Federal e dos Territórios”.	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
10/81	30/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.830, de 22 de dezembro de 1980, que “reajusta os valores de vencimentos e proventos dos Membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e respectivo Ministério Público, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 24/81
11/81	31/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.831, de 22 de dezembro de 1980, que “reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo 25/81

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
12/81	23/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.824, de 22 de dezembro de 1980, que "altera disposições da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, modificada pelo Decreto-lei nº 1.693, de 30 de agosto de 1979, extingue gratificação, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 19/81
13/81	32/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.832, de 22 de dezembro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
14/81	26/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.826, de 22 de dezembro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo.
15/81	36/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.836, de 23 de dezembro de 1980, que "dá nova redação ao parágrafo único do art. 24 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
16/81	37/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.837, de 23 de dezembro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais, e dá outras providências".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo.
17/81	34/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.834, de 23 de dezembro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
18/81	35/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.835, de 23 de dezembro de 1980, que "acrescenta alínea ao artigo 3º do Decreto-lei nº 999, de 21 de outubro de 1969, que institui a Taxa Rodoviária Única".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
19/81	14/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.818, de 11 de dezembro de 1980, que "dispõe sobre a reavaliação de bens do ativo imobilizado da Rede Ferroviária Federal S/A".	Decreto Legislativo nº 17/81
20/81	38/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.840, de 23 de dezembro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
21/81	40/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.838, de 23 de dezembro de 1980, que "reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral, e dá outras providências".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
22/81	41/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.841, de 29 de dezembro de 1980, que "dispõe sobre benefícios fiscais a investimentos de interesse econômico-social, altera o Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, e dá outras providências".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
23/81	17/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.821, de 11 de dezembro de 1980, que "reajusta os valores de vencimentos e proventos dos membros da Magistratura Federal, do Distrito Federal e Territórios e do Tribunal de Contas da União, bem assim os de pensões, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 21/81
24/81	21/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.822, de 16 de dezembro de 1980, que "autoriza a elevação do capital do Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, e dá outras providências".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
25/81	24/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.825, de 22 de dezembro de 1980, que "isenta de imposto de renda os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás, e dá outras providências".	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
26/81	45/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.845, de 30 de dezembro de 1980, que "prorroga a isenção concedida no artigo 2º do Decreto-lei nº 1.507, de 23 de dezembro de 1976, e concede dispensa de pagamento da Taxa de Melhoramento dos Portos (TMP) e do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), nos casos que especifica".	Decreto Legislativo nº 28/81
27/81	46/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.846, de 30 de dezembro de 1980, que "prorroga, até 31 de dezembro de 1984, o prazo da isenção fiscal concedida pelo Decreto-lei nº 1.396, de 12 de março de 1975".	Decreto Legislativo nº 30/81
28/81	42/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.842, de 29 de dezembro de 1980, que "acrescenta parágrafo único ao art. 18 do Decreto-lei nº 1.801, de 18 de agosto de 1980, que consolida a legislação sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante e o Fundo da Marinha Mercante".	Decreto Legislativo nº 27/81
29/81	49/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.848, de 6 de janeiro de 1981, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.693, de 30 de agosto de 1979, e 1.824, de 22 de dezembro de 1980".	Decreto Legislativo nº 34/81
30/81	52/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.850, de 15 de janeiro de 1981, que "isenta de laudêmio as transferências do domínio útil de terrenos de marinha, destinados à construção de conjuntos habitacionais de interesse social".	Decreto Legislativo nº 35/81
31/81	53/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.851, de 27 de janeiro de 1981, que "altera o limite mínimo do benefício fiscal concedido pelo Decreto-lei nº 1.358, de 12 de novembro de 1974, a pessoas físicas mutuárias do Sistema Financeiro de Habitação, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 37/81
32/81	54/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.852, de 27 de janeiro de 1981, que "regula a distribuição	Decreto Legislativo nº 38/81

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
		aos Municípios da parcela do imposto de renda sobre transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos”.	
33/81	55/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.853, de 9 de fevereiro de 1981, que “dá nova redação a dispositivo do Decreto-lei nº 1.732, de 20 de dezembro de 1979, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo”.	Decreto Legislativo nº 40/81
34/81	60/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.855, de 10 de fevereiro de 1981, que “dispõe sobre a retribuição dos professores civis do Magistério do Exército, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 41/81
35/81	59/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.854, de 10 de fevereiro de 1981, que “dispõe sobre a renúncia, pela União, ao domínio direto de áreas situadas no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, necessárias à ampliação da Base Aérea e à implantação do Aeroporto de Guarulhos”.	Decreto Legislativo 42/81
36/81	63/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.856, de 10 de fevereiro de 1981, que “autoriza o Ministro da Fazenda a conceder isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, nos casos que especifica”.	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
37/81	43/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.843, de 29 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o incentivo fiscal a que se refere o Decreto-lei nº 1.547, de 18 de abril de 1977”.	Decreto Legislativo nº 33/81
38/81	44/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.844, de 30 de dezembro de 1980, que “dá nova redação ao item IV do artigo 1º do Decreto-lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980”.	Decreto Legislativo nº 31/81
39/81	47/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.847, de 30 de dezembro de 1980, que “concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados para equipamentos de produção cinematográfica”.	Decreto Legislativo nº 32/81
40/81	50/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.849, de 13 de janeiro de 1981, que “altera a redação do art. 4º e seus parágrafos da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, e dá outras providências”.	Decreto Legislativo nº 36/81
41/81	66/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.857, de 10 de fevereiro de 1981, que “altera alíquotas da Tarifa Aduaneira do Brasil (TAB), prorroga prazos de vigência de Decretos-leis que dispõem sobre acréscimos às alíquotas do imposto de importação, e dá outras providências”.	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo
42/81	67/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.858, de 16 de fevereiro de 1981, que “reestrutura a carreira do Magistério de 1º e 2º Graus do Serviço Público Civil da União e das Autarquias Federais, e dá outras providências”.	Prejudicado, em virtude da aprovação do Decreto-lei por decurso de prazo

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
43/81	75/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.860, de 18 de fevereiro de 1981, que "fixa o valor do soldo dos postos de Coronel PM, da Polícia Militar e Coronel BM, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 51/81
44/81	79/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.863, de 26 de fevereiro de 1981, que "concede isenção de tributos às Missões Diplomáticas e Representações Consulares de Carreira, com base na reciprocidade de tratamento".	Decreto Legislativo nº 58/81
45/81	78/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.862, de 25 de fevereiro de 1981, que "autoriza a elevação do capital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 52/81
46/81	76/81 e 77/81	Aprova os textos dos Decretos-leis nºs 1.861, de 25 de fevereiro de 1981, e 1.876, de 25 de março de 1981, que "alteram a legislação referente às contribuições compulsórias recolhidas pelo IAPAS à conta de diversas entidades, e dão outras providências".	Decreto Legislativo nº 54/81
47/81	80/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.864, de 26 de fevereiro de 1981, que "dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de petróleo".	Decreto Legislativo nº 59/81
48/81	74/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.859, de 17 de fevereiro de 1981, que "extingue o Fundo Nacional de Desenvolvimento, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 53/81
49/81	81/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.865, de 26 de fevereiro de 1981, que "dispõe sobre a ocupação provisória de imóveis para pesquisa e lavra de substâncias minerais que contenham elementos nucleares".	Decreto Legislativo nº 61/81
50/81	90/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.869, de 14 de abril de 1981, que "dispõe sobre a isenção de impostos e taxas nas importações realizadas pela Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL".	Decreto Legislativo nº 68/81
51/81	89/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.868, de 30 de março de 1981, que "altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, que declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal".	Decreto Legislativo nº 67/81
52/81	88/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.866, de 9 de março de 1981, que "dispõe sobre a nomeação de prefeito em município declarado de interesse da segurança nacional".	Decreto Legislativo nº 69/81
53/81	92/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.871, de 8 de maio de 1981, que "dispõe sobre a isenção de impostos e taxas nas importações realizadas pela PRÓLOGO S.A. — Produtos Eletrônicos".	Decreto Legislativo nº 72/81

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
54/81	91/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.870, de 6 de maio de 1981, que "atribui competência para a dispensa da retenção de imposto de renda de reduzido valor, dispõe sobre a retenção do imposto incidente sobre rendimentos de depósito a prazo fixo, e dá outras providências".	Decreto Legislativo nº 73/81
55/81	96/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.873, de 27 de maio de 1981, que "dispõe sobre a concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores públicos federais, e dá outras providências".	Em tramitação
56/81	98/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.874, de 8 de julho de 1981, que "dispõe sobre o reposicionamento de servidores pertencentes às Categorias Funcionais que especifica e dá outras providências".	Em tramitação
57/81	100/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.876, de 15 de julho de 1981, que "dispensa do pagamento de foros e laudêmios os titulares do domínio útil dos bens imóveis da União, nos casos que especifica, e dá outras providências".	Em tramitação
58/81	95/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.872, de 21 de maio de 1981, que "dispõe sobre a aquisição, pelos concessionários, de energia elétrica excedente gerada por autoprodutores, e dá outras providências".	Em tramitação
59/81	99/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.875, de 15 de julho de 1981, que "dispõe sobre a simplificação de normas gerais de Direito Financeiro aplicáveis a Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes".	Em tramitação
60/81	101/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.877, de 15 de julho de 1981, que "inclui gratificação no Anexo II do Decreto-lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências".	Em tramitação
61/81	102/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.878, de 23 de julho de 1981, que "altera disposições do Decreto-lei nº 1.703, de 18 de outubro de 1979".	Em tramitação
62/81	103/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.879, de 23 de julho de 1981, que "autoriza a conversão dos créditos que especifica em ações de sociedades de economia mista ou empresas públicas".	Em tramitação
63/81	104/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.880, de 27 de agosto de 1981, que "acrescenta parágrafo ao artigo 1º do Decreto-lei nº 1.798, de 24 de junho de 1980".	Em tramitação
64/81	107/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.883, de 2 de setembro de 1981, que "dispõe sobre a concessão de adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores públicos civis do Distrito Federal, e dá outras providências".	Em tramitação

Nº	Mensagem CN	Ementa	Resultado
65/81	105/81	Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981, que "altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios — FPM e dá outras providências".	Em tramitação
66/81	106/81	<b>Aprova o texto do Decreto-lei nº 1.882, de 1º de setembro de 1981, que "altera disposições da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, modificada pelos Decretos-leis nºs 1.824, de 22 de dezembro de 1980, e 1.848, de 6 de janeiro de 1981".</b>	Em tramitação

Através das Mensagens abaixo indicadas, foram, ainda, encaminhados à deliberação do Congresso Nacional decretos-leis em relação aos quais não chegaram a ser formulados os respectivos projetos de decreto legislativo. Ao término do prazo constitucional de tramitação, os textos desses decretos-leis foram tidos como aprovados.

Mensagem CN	Decreto-lei
28/81	1.828, de 22 de dezembro de 1980, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores das Secretarias dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências.
33/81	1.833, de 23 de dezembro de 1980, que extingue a vinculação a categorias econômicas na aplicação, pelos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, de recursos tributários transferidos pela União, e dá outras providências.
39/81	1.839, de 23 de dezembro de 1980, que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências.

#### c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Decreto Legislativo:

— Total dos Projetos .....	73
Sendo:	
da sessão legislativa anterior .....	7
desta sessão legislativa .....	66
— Aprovados .....	43
Sendo:	
da sessão legislativa anterior .....	6
desta sessão legislativa .....	37
— Prejudicados .....	18
Sendo:	
da sessão legislativa anterior .....	1
desta sessão legislativa .....	17
— Em andamento .....	12

## C.4 — PROPOSTAS DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA

### a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	1º Signatário	Ementa	Resultado
04/79	Dep. Rubem Figueiró	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Produção Animal, e determina outras providências.	Em tramitação
05/79	Dep. Horácio Ortiz	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério das Minas e Energia em Ministério das Minas e Ministério de Energia.	Em tramitação
06/79	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Mulher e da Criança	Em tramitação
07/79	Sen. Lázaro Barboza	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Família e do Menor.	Em tramitação
08/79	Dep. Júnia Marise	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Ministério da Família e do Menor.	Em tramitação
01/80	Dep. Carlos Augusto	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República criando um parque alcoolquímico no litoral do Estado do Piauí.	Aprovada pela Comissão Mista nos termos do Projeto de Resolução nº 1/81-CN
03/80	Dep. Sérgio Murilo	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste, e dá outras providências.	Em tramitação
04/80	Dep. Lúcia Viveiros	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei dispondo sobre a criação do Ministério da Amazônia.	Em tramitação
05/80	Dep. Vivaldo Frota	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para a elaboração de lei dispondo sobre o desdobramento do Ministério do Interior em Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério da Amazônia.	Em tramitação

<b>Nº</b>	<b>1º Signatário</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
06/80	Dep. Carlos Sant'Ana	Propõe delegação de poderes ao Sr. Presidente da República para a elaboração de lei dispendo sobre a reestruturação dos Ministérios da Saúde e da Previdência e Assistência Social.	Em tramitação
07/80	Sen. Jorge Kalume	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando a Secretaria Especial para Assuntos da Região Amazônica (SEARA).	Em tramitação

#### b) SÚMULA

Eis os dados numéricos relativos às Propostas de Delegação Legislativa:

— Total das Propostas, todas de sessões legislativas anteriores .....	11
— Aprovada pela Comissão iMsta nos termos de Projeto de Resolução .....	1
— Em andamento .....	10

## C.5 — PROJETOS DE RESOLUÇÃO

### a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Nº	Autor	Ementa	Resultado
03/80	Comissão Mista	Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de lei criando o Instituto Nacional do Babaçu e determinando outras providências.	Rejeitado

### b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Nº	Autor	Ementa	Resultado
01/81	Comissão Mista	Delega poderes ao Presidente da República para criar um parque alcoolquímico no litoral do Estado do Piauí, e dá outras providências.	Em tramitação

### c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Projetos de Resolução:

— Total dos Projetos .....	2
Sendo:	
da sessão legislativa anterior .....	1
desta sessão legislativa .....	1
— Rejeitado (da sessão legislativa anterior) .....	1
— Em andamento (desta sessão legislativa) .....	1

## C.6 — VETOS PRESIDENCIAIS

### a) DA SESSÃO LEGISLATIVA ANTERIOR

Mensagem CN	Nº Origem	Projeto	Ementa	Resultado
144/80	463/80	PLS nº 260/79 (nº 2.760/80, na Câmara)	Interpreta o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 6.082, de 10 de julho de 1974.	Mantido o veto total por decurso de prazo

### b) DA PRESENTE SESSÃO LEGISLATIVA

Mensagem CN	Nº Origem	Projeto	Ementa	Resultado
1/81	643/80	PL nº 35, de 1980 — CN	Dispõe sobre a extinção e criação de cargos dos Quadros Permanentes das Secretarias do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
2/81	644/80	PLC nº 59/80 (nº 1.425/79, na origem)	Altera o art. 1º da Lei nº 5.698, de 31 de agosto de 1971, dispondo sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da previdência social.	Mantido o veto total por decurso de prazo
3/81	645/80	PLS nº 88/78 (nº 5.478/78, na Câmara)	Inclui na composição do Conselho Monetário Nacional o presidente do Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Mantido o veto total por decurso de prazo
4/81	649/80	PLC nº 73/80 (nº 3.598/80, na origem)	Cria o Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
5/81	655/80	PLS nº 209/79 (nº 3.052/80, na Câmara)	Elimina o prazo para candidatura a cargo eletivo, no caso de desligamento de um partido e filiação a outro.	Mantido o veto total por decurso de prazo

<b>Mensa- gem CN</b>	<b>Nº Origem</b>	<b>Projeto</b>	<b>Ementa</b>	<b>Resultado</b>
6/81	652/80	PLC nº 92/80 (nº 3.361/80, na origem)	Dispõe sobre a inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, destinados à agricultura, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo
73/81	296/81	PLC nº 60/81 (nº 4.645/81, na origem)	Dispõe sobre os mandatos dos Ministros Classistas, dos Juizes Classistas dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Suplentes e dos Vogais de Juntas de Conciliação e Julgamento.	Mantido o veto total por decurso de prazo
84/81	336/81	PL nº 13, de 1981-CN	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.	Mantido o veto parcial por decurso de prazo

#### c) SÚMULA

Foram os seguintes os dados numéricos relativos aos Vetos:

— Total dos Vetos .....	9
Sendo:	
oriundo da sessão legislativa anterior .....	1
desta sessão legislativa .....	8
— Aprovados (todos por decurso de prazo) .....	9

## C.7 — REQUERIMENTOS

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
1	23-03-81	Sen. Adalberto Sena	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 95, de 1980.	Aprovado
2	02-04-81	Dep. Hugo Mardini	Constituição de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para examinar os problemas relativos ao crescimento populacional brasileiro.	Aprovado
3	07-04-81	Dep. Ney Ferreira e outros	Retirada de assinaturas da Proposta de Emenda à Constituição que fixa em doze meses, no mínimo, os prazos para a cessação dos casos de inelegibilidade, e que tem como 1º signatário o Deputado Albérico Cordeiro.	Deferido
4	07-04-81	Dep. Rômulo Galvão	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que fixa em doze meses, no mínimo, os prazos para cessação dos casos de inelegibilidade, e que tem como 1º signatário o Deputado Albérico Cordeiro.	Deferido
5	13-05-81	Sen. Almir Pinto	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1981.	Aprovado
6	14-05-81	Dep. Maurício Fruet	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Mensagem nº 21, de 1981-CN.	Aprovado
7	14-05-81	Sen. Evandro Carreira	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Mensagem nº 24, de 1981-CN.	Aprovado
8	22-05-81	Dep. Iturival Nascimento	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que permite reeleição de Prefeitos e Governadores, e que tem como 1º signatário o Deputado Henrique Brito.	Deferido
9	22-05-81	Dep. José Costa e outros	Retirada de assinaturas da Proposta de Emenda à Constituição que altera as alíneas a e b do parágrafo único do art. 151 da Constituição, e que tem como 1º signatário o Deputado Henrique Brito.	Deferido
10	22-05-81	Dep. Henrique Eduardo Alves e outros	Retirada de assinaturas da Proposta de Emenda à Constituição que altera as alíneas a e b do parágrafo único do art. 151 da Constituição, e que tem como 1º signatário o Deputado Henrique Brito.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
11	27-05-81	Dep. Adhemar Santillo	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição nºs 11 e 13, de 1981.	Aprovado
12	27-05-81	Sen. Cunha Lima	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que permite a reeleição de Prefeitos e Governadores, e que tem como 1º signatário o Deputado Henrique Brito.	Deferido
13	05-06-81	Dep. Borges da Silveira	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que permite a reeleição de Prefeitos e Governadores, e que tem como 1º signatário o Deputado Henrique Brito.	Deferido
14	05-06-81	Dep. Iturival Nascimento	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que modifica a redação da alínea a do parágrafo único do artigo 151 da Constituição Federal e que tem como 1º signatário o Deputado José Camargo.	Deferido
15	05-06-81	Dep. Carlos Santos	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que modifica a redação da alínea a do parágrafo único do artigo 151 da Constituição Federal e que tem como 1º signatário o Deputado José Camargo.	Deferido
16	05-06-81	Dep. Daso Coimbra	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que modifica a redação da alínea a do parágrafo único do artigo 151 da Constituição Federal, e que tem como 1º signatário o Deputado José Camargo.	Deferido
17	12-06-81	Dep. Edison Khair	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que permite reeleição de Prefeitos e Governadores, e que tem como 1º signatário o Deputado Henrique Brito.	Deferido
18	15-06-81	Dep. Bonifácio de Andrada	Homenagem de pesar pelo falecimento do Brigadeiro Eduardo Gomes.	Aprovado
19	16-06-81	Dep. Mário Frota	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que permite a reeleição de Governadores e Prefeitos e que tem como 1º signatário o Deputado Henrique Brito.	Deferido
20	22-06-81	Sen. Nilo Coelho	Preferência ao Substitutivo da Comissão Mista a fim de ser submetido ao Plenário antes da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 1981.	Aprovado
21	25-06-81	Dep. Cantídio Sampaio e outros	Inversão da Ordem do Dia a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1981, seja votada em 1º lugar e a de nº 14, de 1981, em 2º lugar.	Aprovado

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
22	25-06-81	Dep. Cantídio Sampaio e outros	Destaque, para aprovação, da expressão "com salário integral", constante do art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1981.	Aprovado
23	25-06-81	Dep. Thales Raimalho e outros	Destaque, para rejeição, da alínea d do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal na redação dada pelo Substitutivo da Comissão Mista incumbida de apreciar as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 11 e 13, de 1981.	Rejeitado
24	25-06-81	Dep. Thales Raimalho e outros	Destaque, para rejeição, do nº 2 da alínea c do parágrafo único do art. 151 da Constituição Federal, oferecido pelo Substitutivo da Comissão Mista incumbida de apreciar as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 11 e 13, de 1981.	Retirado
24-A	25-06-81	Dep. Thales Raimalho e outros	Retirada do requerimento de destaque, para rejeição, do nº 2 da alínea c do parágrafo único do artigo 151 da Constituição Federal, oferecido pelo Substitutivo da Comissão Mista incumbida de apreciar as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 11 e 13, de 1981.	Deferido
25	05-08-81	Sen. Mauro Benevides	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1981.	Aprovado
26	14-08-81	Sen. Aloysio Chaves	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1981.	Aprovado
27	14-08-81	Dep. José Carlos Fagundes	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 1981.	Aprovado
28	20-08-81	Dep. Djalma Bessa	Destaque, para aprovação, da Emenda nº 2, oferecida ao Projeto de Lei nº 14, de 1981-CN.	Aprovado
29	20-08-81	Dep. Fernando Coelho	Destaque, para aprovação, da Emenda nº 3 oferecida ao Projeto de Lei nº 14, de 1981-CN.	Rejeitado
30	20-08-81	Dep. Djalma Bessa	Destaque, para aprovação, da Emenda nº 7 oferecida ao Projeto de Lei nº 14, de 1981-CN.	Aprovado
31	20-08-81	Dep. Djalma Bessa	Destaque, para aprovação, da Emenda nº 10 oferecida ao Projeto de Lei nº 14, de 1981-CN.	Aprovado
32	20-08-81	Dep. Fernando Coelho	Destaque, para aprovação, da Emenda nº 11 oferecida ao Projeto de Lei nº 14, de 1981-CN.	Rejeitado
33	25-08-81	Dep. Benedito Marcílio	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que altera a redação do artigo 29, <b>caput</b> , da Constituição Federal, e que tem como 1º signatário o Deputado Nilson Gibson.	Deferido

Nº	Data Leitura	Autor	Finalidade	Resultado
34	09-09-81	Dep. Nabor Júnior e outros	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que dá nova redação ao art. 39 da Constituição Federal, introduzindo o sistema majoritário na eleição para a Câmara dos Deputados, e que tem como 1º signatário o Deputado Nilson Gibson.	Deferido
35	09-09-81	Dep. José Thomé	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição que dá nova redação ao art. 39 da Constituição Federal, introduzindo o sistema majoritário na eleição para a Câmara dos Deputados, e que tem como 1º signatário o Deputado Nilson Gibson.	Deferido
36	14-09-81	Sen. Mendes Canale	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 1981, que altera a redação do artigo 39, <i>caput</i> , da Constituição Federal.	Aprovado
37	21-09-81	Sen. Agenor Maria	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 31 e 33, de 1981.	Aprovado
38	22-09-81	Sen. Mendes Canale	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que examina a ação terrorista no País.	Aprovado
39	29-09-81	Dep. José Costa	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 1981.	Aprovado
40	13-10-81	Dep. Amadeu Geara	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina o Projeto de Lei nº 22, de 1981-CN.	Aprovado
41	14-10-81	Sen. Mauro Benevides	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 38 e 40, de 1981.	Deferido
41-A	22-10-81	Dep. Odacir Klein e outros	Encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 23, de 1981-CN, que institui sublegendas para as eleições de Governador, no ano de 1982, e dá outras providências.	Aprovado
42	22-10-81	Dep. Ricardo Fiúza e outro	Adiamento da votação do Projeto de Lei nº 23, de 1981-CN, por 24 horas.	Rejeitado
43	22-10-81	Dep. Odacir Klein	Prorrogação do prazo de duração da sessão por 4 horas.	Aprovado
44	22-10-81	Dep. Ricardo Fiúza	Preferência para votação da Emenda nº 1 (Substitutiva), em relação ao Substitutivo oferecido pela Comissão Mista ao Projeto de Lei nº 23, de 1981-CN.	Rejeitado
45	22-10-81	Dep. Odacir Klein e outros	Convocação de sessão conjunta destinada à votação do Projeto de Lei nº 22, de 1981-CN.	Indeferido
46	23-10-81	Dep. Paulo Rattes	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 1981.	Aprovado
47	27-10-81	Dep. Carlos Alberto e outro	Prorrogação da sessão por uma hora.	Aprovado

<b>Nº</b>	<b>Data Leitura</b>	<b>Autor</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Resultado</b>
48	27-10-81	Sen. Nilo Coelho e outros	Destaque, para aprovação, de partes da Emenda nº 38, a fim de substituir o art. 1º do Projeto de Lei nº 22, de 1981-CN.	Aprovado
49	27-10-81	Sen. Nilo Coelho e outros	Destaque, para aprovação, da Emenda nº 30, a fim de substituir o art. 2º do Projeto de Lei nº 22, de 1981-CN.	Aprovado
50	04-11-81	Dep. Bonifácio de Andrada e outro	Preferência para votação do Substitutivo oferecido pela Comissão Mista à Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 1981.	Aprovado
51	20-11-81	Sen. Raimundo Parente	Prorrogação do prazo da Comissão Mista que examina a Proposta de Emenda à Constituição nº 53, de 1981.	Aprovado
52	25-11-81	Sen. Mendes Canale	Prorrogação do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que examina a ação terrorista no País.	Aprovado

**D — PARTICIPAÇÃO DOS CONGRESSISTAS NOS TRABALHOS**

Senadores	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
Adalberto Sena	6	6	1	—	2	1	4	—	—	—	—	—	1	3	—	
Aderbal Jurema	15	18	8	—	—	—	—	2	3	5	—	—	—	1	4	
Affonso Camargo	22	31	13	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—	—	5	
Agenor Maria	21	20	4	1	—	—	15	—	—	—	—	—	1	—	1	
Alberto Silva	31	25	10	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	
Almir Pinto	35	44	18	—	1	1	—	6	11	8	1	—	1	—	2	
Aloysio Chaves	17	24	13	—	2	—	1	7	7	9	—	—	1	2	1	
Amaral Furlan	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	
Amaral Peixoto	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Arno Damiani	3	15	3	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—	
Benedito Canelas	6	6	3	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	
Benedito Ferreira	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Bernardino Viana	38	29	17	—	—	1	—	6	6	5	—	1	—	—	4	
Cunha Lima	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	
Dejandir Dalpas- quale	6	1	—	—	—	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—	
Dinarte Mariz	1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	
Dirceu Cardoso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	
Eunice Michiles	7	5	6	—	—	1	—	2	1	—	—	—	—	—	—	
Evandro Carreira	7	10	5	—	—	—	1	—	1	2	—	—	1	—	1	
Evelásio Vieira	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Franco Montoro	7	11	7	—	1	—	3	—	1	1	—	—	1	9	7	

Senadores	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
Gabriel Hermes	15	15	8	—	—	—	—	2	3	2	—	—	—	—	2	—
Gastão Müller	26	22	9	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Gilvan Rocha	—	—	1	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Helvídio Nunes	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Henrique Santillo	21	24	5	—	1	1	4	—	—	—	—	—	—	—	6	—
Hugo Ramos	—	1	4	—	—	—	—	—	2	4	—	1	—	—	—	—
Humberto Lucena	15	16	8	—	1	—	7	—	1	1	—	1	1	—	20	9
Itamar Franco	6	9	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	8
Jaison Barreto	2	2	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
João Calmon	5	4	1	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—
João Lúcio	21	23	9	—	—	—	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—
Jorge Kalume	37	35	11	—	1	2	—	4	6	5	—	—	—	—	1	2
José Caixeta	1	4	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
José Fragelli	21	26	12	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
José Guiomard	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
José Lins	34	24	10	—	1	1	—	1	9	5	1	—	—	—	1	4
José Richa	14	12	7	—	1	1	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Jutahy Magalhães	46	35	20	—	1	2	—	8	11	13	—	—	1	—	—	11
Laélia de Alcântara	7	1	4	—	—	1	3	—	—	—	—	—	—	—	2	—
Lázaro Barboza	20	15	7	—	—	2	5	—	—	—	—	—	—	—	1	6
Leite Chaves	12	12	10	—	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Lenoir Vargas	8	17	6	—	1	—	—	3	2	—	1	—	—	—	—	—
Lomanto Júnior	16	13	3	—	—	—	—	3	1	1	—	—	—	—	—	1
Lourival Baptista	25	15	10	—	1	1	—	9	3	3	—	—	—	—	—	—

Senadores	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
Luiz Cavalcante	16	4	1	—	—	—	—	4	—	—	—	—	—	2	—	
Luiz Fernando Freire	13	3	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Marcos Freire	2	—	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	11	
Martins Filho	29	22	13	2	—	1	—	9	2	2	—	—	—	—	—	
Mauro Benevides	19	29	8	—	—	—	13	—	1	1	—	1	2	—	3	
Mendes Canale	3	13	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	
Milton Cabral	9	2	1	—	1	1	—	—	1	2	—	—	—	—	1	
Moacyr Dalla	24	20	7	—	—	—	—	6	3	2	—	—	—	—	—	
Murilo Badaró	13	13	8	—	2	—	—	2	4	3	—	1	—	2	3	
Nelson Carneiro	8	6	4	—	1	—	4	—	—	—	—	—	—	9	5	
Nilo Coêlho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	1	2	
Octávio Cardoso	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Orestes Quércia	10	8	4	—	—	—	1	—	—	—	—	2	—	1	3	
Passos Pôrto	29	22	15	—	1	—	—	7	10	12	—	1	—	2	—	
Paulo Brossard	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	
Pedro Simon	5	16	5	—	—	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	
Raimundo Parente	25	34	12	—	2	—	—	7	7	5	—	—	1	1	—	
Roberto Saturnino	25	10	8	—	—	—	3	—	1	—	1	3	—	1	—	
Saldanha Derzi	14	4	2	—	1	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	
Tancredo Neves	1	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	
Tarso Dutra	2	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	
Teotônio Vilela	—	1	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	
Valdon Varjão	7	9	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Vicente Vuolo	3	2	—	—	1	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	



Deputados	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
José Freire	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
José Frejat	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	33	—	33
José Maria de Carvalho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4
José Maurício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
José Mendonça Bezerra	10	3	4	—	—	—	—	1	1	2	—	—	—	—	—	—
José Penedo	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
José Ribamar Machado	4	1	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—
José Thomé	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
José Torres	5	—	1	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Josias Leite	31	47	18	—	—	—	—	3	5	5	—	—	—	—	—	3
Josué de Souza	4	2	4	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—
Juarez Batista	—	—	2	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Juarez Furtado	12	11	3	—	1	—	3	—	—	—	2	—	—	—	—	15
Júlio Campos	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Júlio Costamilan	2	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Júlio Martins	3	4	2	—	—	—	—	—	2	2	—	—	—	—	—	14
Júnia Marise	4	4	1	—	—	1	1	—	—	—	—	3	—	—	—	2
Lázaro Carvalho	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Leite Schimidt	—	6	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Léo Simões	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Leopoldo Bessone	—	2	2	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	2	1
Leorne Belém	4	5	2	—	—	1	—	1	2	2	—	—	—	—	—	9
Leur Lomanto	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Lidovino Fanton	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1

Deputados	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
Lourenberg Nunes Rocha	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Lúcia Viveiros	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	17
Lúcio Cioni	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	2
Ludgero Raulino	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10
Luiz Baccharini	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Luiz Baptista	—	5	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	14
Luiz Cechinel	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13
Luiz Leal	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Luiz Rocha	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Luiz Vasconcellos	1	1	2	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Lygia Lessa Bastos	2	1	2	—	—	1	—	—	2	2	—	—	—	—	—	2
Mac Dowell Leite de Castro	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Magnus Guimarães	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	4
Maluly Netto	—	2	3	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	2	—	—
Manoel Arruda	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	12
Manoel Gonçalves	1	1	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Manoel Novais	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Manoel Ribeiro	3	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Marão Filho	4	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Marcello Cerqueira	3	1	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	5	—	6
Marcelo Cordeiro	7	3	—	—	—	—	—	3	—	—	—	1	—	—	—	5
Marcelo Linhares	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	—
Márcio Macedo	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Marcondes Gadelha	—	1	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Marcus Cunha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	4
Mário Frota	1	2	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	9

Deputados	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
Mário Hato	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Mário Moreira	3	3	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
Mário Stamm	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Maurício Fruet	5	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	2	1	7	16
Mauro Sampaio	2	1	1	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	1
Max Mauro	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Melo Freire	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Menandro Menahim	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mendes de Melo	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Mendonça Neto	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	33
Milton Brandão	6	3	1	—	1	—	—	2	4	4	—	—	—	—	—	97
Milton Figueiredo	—	3	2	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	19
Milvernes Lima	2	2	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Miro Teixeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
Moacir Lopes	3	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Modesto da Silveira	—	2	2	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	8	30
Murilo Mendes	2	3	3	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	9
Nabor Júnior	2	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	1	—	4
Nagib Haickel	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Natal Gale	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Navarro Vieira Filho	2	2	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	—	2
Nélio Lobato	—	1	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Nelson Morro	—	3	1	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	10
Newton Cardoso	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	1
Ney Ferreira	3	3	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Nilson Gibson	10	19	11	1	—	—	—	5	4	6	—	—	1	—	15	13
Nivaldo Krüger	5	3	4	—	—	—	4	—	1	—	—	—	1	—	1	8

Deputados	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
Norton Macedo	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	
Nosser Almeida	4	4	2	—	1	—	—	2	3	2	1	—	—	—	1	
Octacílio Almeida	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	
Octacílio Queiroz	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	
Octávio Torrecilla	2	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Odacir Klein	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	2	20	
Odulfo Domingues	3	—	2	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Olivir Gabardo	2	3	2	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	1	13	
Osmar Leitão	2	3	2	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	
Ossian Araripe	11	3	2	—	—	—	—	2	3	3	—	—	—	—	—	
Oswaldo Macedo	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	15	
Oswaldo Melo	—	13	1	—	—	1	—	2	2	—	—	—	—	4	33	
Oswaldo Coelho	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Oswaldo Lima	—	4	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Pacheco Chaves	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	
Paulino Cícero de Vasconcellos	2	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	
Paulo Borges	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Paulo Ferraz	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Paulo Guerra	7	9	3	—	—	—	—	3	3	4	—	1	—	—	7	
Paulo Lustosa	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	—	2	14	
Paulo Pimentel	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Paulo Rattes	—	4	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	
Paulo Studart	3	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Paulo Torres	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Pedro Carolo	3	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Pedro Collin	1	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	





Deputados	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
Tidei de Lima	2	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	26
Túlio Barcelos	—	—	4	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	3	—
Ubaldo Meirelles	3	—	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Ubaldo Barém	2	2	1	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—
Ubaldo Dantas	—	1	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Ulysses Guimarães	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Vasco Neto	2	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	12
Vicente Guabiroba	3	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Victor Faccioni	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	17
Victor Fontana	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Victor Trovão	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Vieira da Silva	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Vilela de Magalhães	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1
Vingt Rosado	—	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—
Vivaldo Frota	2	—	3	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	1	—	—
Walber Guimarães	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6
Waldir Walter	1	3	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	6
Waldmir Belinati	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	5	—	1
Walmor de Luca	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1
Walter de Castro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Walter de Prá	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10
Walter Silva	7	3	4	—	—	—	3	—	—	—	—	1	—	2	—	50
Wanderley Mariz	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Wildy Viana	6	2	2	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Wilson Braga	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Wilson Falcão	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—
Zany Gonzaga	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—

**ERRATA DO RELATÓRIO DE 1980**

Página 62 — onde se lê: 299/79, leia-se 299/78

Página 131 — onde se lê: 011/, leia-se: 011/80

Página 158 — onde se lê: 079 16-04-80 Dirceu Cardoso, leia-se: 079-A 16-04-80 Dir-  
ceu Cardoso

Deputados	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
Alípio Carvalho	3	1	1	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	2	
Altair Chagas	—	7	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	
Aluizio Bezerra	5	2	2	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	8	
Álvaro Dias	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	13	
Álvaro Gaudêncio	1	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Álvaro Valle	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	13	
Amadeu Gera	3	—	6	—	—	—	1	—	1	—	1	—	1	—	7	
Amílcar de Queiroz	6	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Angelino Rosa	3	6	2	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	1	
Ângelo Magalhães	5	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	—	1	
Antônio Amaral	3	3	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Antônio Annibelli	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Antônio Carlos de Oliveira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	
Antônio Dias	1	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	
Antônio Ferreira	5	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Antônio Florêncio	2	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	
Antônio Gomes	2	—	1	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—	
Antônio Mariz	—	7	3	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	8	
Antônio Mazurek	2	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	4	
Antônio Moraes	—	7	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	
Antônio Morimoto	3	6	2	—	1	—	—	2	1	—	—	—	—	—	7	
Antônio Pontes	16	11	6	—	—	—	—	3	4	3	—	—	—	1	—	
Antônio Russo	3	2	3	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	12	
Antônio Ueno	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Antônio Zacharias	3	—	1	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	
Arnaldo Schmitt	—	3	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2	13	











Deputados	Participação em Comissões Mistas											Proposições Apresentadas			Pronun- ciamentos	
	Decreto- Lei	PEC	PL	PrDL	Veto	CPMI	Função			Parecer	Relatório	Voto em Separado	PEC	Req.		Emenda
							Pres.	Vice	Relator							
João Linhares	—	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15	
João Menezes	—	2	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	14	
Joaquim Guerra	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Joel Ferreira	5	1	2	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	9	
Joel Lima	—	2	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	11	
Joel Ribeiro	2	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	1	
Joel Vivas	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Jorge Arbage	2	5	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	4	47	
Jorge Cury	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	14	
Jorge Ferraz	—	4	2	—	—	—	—	—	1	—	—	2	—	—	3	
Jorge Gama	3	8	2	—	1	1	1	—	—	—	1	—	—	—	—	
Jorge Moura	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Jorge Paulo	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	
Jorge Uequed	4	5	2	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	7	43	
Jorge Vargas	—	4	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	
Jorge Vianna	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22	
José Alves	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	2	
José Amorim	1	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Bruno	—	3	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	
José Camargo	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	
José Carlos Fagundes	5	1	1	—	—	—	—	2	1	1	—	—	1	—	—	
José Carlos Vasconcelos	1	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8	
José de Castro Coimbra	1	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	17	
José Costa	1	7	1	—	1	—	1	—	—	—	—	1	2	1	7	

